

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

LUÍS DA SILVA CAZUMBÁ

Um estudo sobre juventude, racismo e violência de
jovem de 15 a 29 anos em Duque de Caxias

UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE

NITERÓI, RJ

2014

LUÍS DA SILVA CAZUMBÁ

Um estudo sobre juventude, racismo e violência de jovem de 15 a 29 anos
em Duque de Caxias

Dissertação apresentada pelo aluno
Luís da Silva Cazumbá como
requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Política Social.

Área de Concentração:
Geração e Política Social

Linha de Pesquisa:
Sujeitos e Proteção Social

Orientadora:
Nivia Valença Barros

NITERÓI/RJ
Setembro/2014

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

C386 CAZUMBÁ, LUÍS DA SILVA.

Um estudo sobre juventude, racismo e violência de jovem de 15 a 29 anos em Duque de Caxias-RJ / Luís da Silva Cazumbá. – 2014.

99 f.

Orientador: Nivia Valença Barros.

Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2014.

Bibliografia: f. 92-99.

1. Juventude. 2. Racismo. 3. Genocídio. 4. Política social. I. Barros, Nivia Valença. II. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD 305.235

LUÍS DA SILVA CAZUMBÁ

**Um estudo sobre juventude, racismo e violência
de jovem de 15 a 29 anos em Duque de Caxias**

Aprovado em 30 de Setembro de 2014

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nivia Valença Barros – UFF
Universidade Federal Fluminense – UFF

1º Examinador: Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Santos Freitas – UFF
Universidade Federal Fluminense – UFF

2º Examinador: Prof. Dr. Jacques Sochaczewski
Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

AGRADECIMENTOS

Saúda o teu dia com a oração de reconhecimento. Tu estás vivo. Enquanto ávida se expressa, multiplicam-se as oportunidades de crescer e ser feliz. Cada dia é uma benção nova que Deus te concede, dando-te prova de amor. Acompanha a sucessão das horas cultivando otimismo e bem-estar

JOANNA DE ÂNGEL

Agradeço a Deus pela vida e pela oportunidade de fazer esse trabalho.

Agradeço a minha Orientadora, Prof.^a Dr.^a Nivia Valença Barros, que com sua orientação me fez ver que existem pessoas que se importam com as outras, independentemente da raça. Esse trabalho fez com que eu me visse em cada jovem negro assassinado. Ao longo da construção da Dissertação tive várias reflexões, discussões com minha orientadora, que foram fundamentais para a conclusão dessa Dissertação. Agradeço pela paciência e atenção que ela teve ao atender meus telefonemas, buscando orientação, principalmente nos sábados, domingos e feriados, sempre me atendeu, sou grato. Agradeço pela oportunidade de participar do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania – Nudhesc. Agradeço a Deus por você ser minha Orientadora. Encontrei na orientação a sensibilidade e o comprometimento que o tema exigia para ser analisado. Agradeço a Deus, Prof.^a Dr.^a Nívia, por te ter conhecido.

Agradeço ao Professor Dr. André Brandão - UFF e ao Professor Dr. Antônio Carlos - PUC, por fazerem parte da banca de qualificação e pelas suas contribuições.

Agradeço a todos os professores e a todas as professoras do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social - UFF: Adilson, André, João, Lenaura, Luci, Luciene, Monica, Nivia (Orientadora) e Rita.

Agradeço a Luzia e Raquel, Letícia e Flávia pela atenção durante esses anos.

Agradeço à Banca Examinadora, Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Freitas e Prof. Dr. Jacques Sochaczewski.

Agradeço ao Prof. Dr. André, ao Prof. Dr. João e a Doutoranda Rosália pelo apoio na minha caminhada.

Agradeço a Ailton, a Joice, a todos/todas do Nudhesc, que contribuíram para esse momento desde 2011.

Agradeço a professora Cenira pelas suas reflexões no Nudhesc.

Agradeço mais uma vez a minha Orientadora, Nivia, por quem tenho carinho.

Agradeço à Prof. Dr^a Rita pelo carinho no acolhimento em 2011, quando cheguei à UFF.

Agradeço a Liandra e Danielle, pelo apoio na construção do projeto de pesquisa.

Agradeço a Rosália, a Joice e a Mariana, pela amizade e apoio.

Agradeço aos companheiros do papa-copy, pelas cópias tiradas nesses dois anos.

Agradeço a Deus, aos amigos desencarnados e encarnados, pelo apoio em todos os momentos na minha caminhada.

RESUMO

Esta Dissertação tem o objetivo de problematizar sobre os assassinatos de jovens de 15 a 29 anos no Município de Duque referente. Compreender quais são as implicações que fazem com que os jovens sejam as maiores vítimas de assassinatos no Município. O Interesse pelo tema é devido o Município ter um alto índice de assassinatos de jovens que o coloca em primeiro lugar entre os noventa e dois (92) Município do Estado do Rio de Janeiro. Diante desses índices, e sem pesquisa neste campo que busque compreender o que faz destes jovens, negros e pobres as vítimas preferenciais dos assassinatos. Surge o interesse pelo tema, busco aprofundar o estudo para compreender, quais as implicações que levam aos assassinatos dos jovens negros e pobres em Duque de Caxias. Para o aprofundamento deste estudo será realizada uma pesquisa bibliográfica, uma pesquisa documental. Serão analisados os dados coletados em conjunto com a literatura especializada além de outros teóricos. O resultado esperado é compreender quais são as motivações que estão levando aos assassinatos em massa dos jovens negros e pobres no Município. Para contribuir com informações que possam auxiliar na formulação de política social pública de prevenção ao genocídio da população jovem negra e pobre do Município.

Palavras-Chave: Juventude, Racismo, Genocídio, Política Social.

ABSTRACT

This thesis aims to discuss about the murders of young people 15-29 years in the municipality of Duque referent. Understand what the implications are that make young people are the biggest victims of murders in the city. The Interest in the subject is due the City have a high rate of murders of youth that puts first among the ninety-two (92) Municipality of the State of Rio de Janeiro. Given these rates, and no research in this field that seeks to understand what makes these young, black and poor preferred victims of the murders. Interest in the topic arises, seek further study to understand the implications that lead to the murders of young black and poor in Duque de Caxias. To deepen this study a literature search is performed, documentary research. Data collected in conjunction with the literature as well as other theorists will be analyzed. The expected outcome is to understand what are the motivations that are leading to mass killings of young black and poor in the city. To contribute information that may assist in the formulation of public social policy to prevent the genocide of poor black youth population of the municipality.

Keywords: *Youth, Racism, Genocide, Social Policy.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Municípios da Baixada Fluminense.....	65
Gráfico 1 - Negros assassinados população total ano 2010	42
Gráfico 2 - Brancos Assassinados população Total Ano 2010	43
Gráfico 3 - Taxas de homicídio por 100 mil da população negra, ano 2010	44
Gráfico 4 - População por raça cor da Bahia.....	46
Gráfico 5 - População negra e branca da Bahia	47
Tabela 1 - Ranking dos 10 países com maior população prisional.....	52
Tabela 2 – População jovem de Duque de Caxias por raça e faixas de idade.....	69
Tabela 3 - Renda/branca Renda/Preta Renda/Amarela Renda/Parda Renda /Indígena	69
Tabela 4 - Duque de Caxias - Números de homicídios juvenis de 15 a 24 anos. RJ. Brasil. 2006.....	72
Tabela 5 - Duque de Caxias - Número e taxas Médias de Homicídio (em 100.000) na População de 15 a 29 anos. R.J - Brasil 2003/2007.....	73
Tabela 6 - Evolução do número de homicídios da população total de jovens por raça no Brasil. 2002/2010.....	73
Tabela 7 - Duque de Caxias - Número e taxas (em 100 mil) de Homicídio Juvenil	74
nos Municípios com 10 Mil Jovens ou Mais. Brasil, 2006/2008.	74
Tabela 8 - Duque de Caxias - Homicídio da População jovem. Brasil - 2010.....	74
Tabela 9 - Taxas de Homicídio da população total Jovem, Não-Jovem e vitimização Juvenil (%) por homicídio. Brasil 2005/2010	75
Tabela 10 - Número de assassinatos de total jovens no Município de Duque de Caxias, 2011	75
Tabela 11 - Número de Assassinatos total de jovens no Município de Duque de Caxias. 2008/2010	75
Tabela 12 - Número de Assassinatos por raça/cor de jovens em Duque de Caxias. 2010/2012.....	76
Tabela 13 - Município de Duque de Caxias e o seu Saneamento básico referente 2010.....	77
Tabela 14 - Município de Duque de Caxias e o seu abastecimento de água referente 2010.....	77
Tabela 15 – Bens duráveis por domicílio.....	78

Tabela 16 - Panorama geral das famílias beneficiárias residentes no Município de Duque de Caxias	81
Tabela 17 - Vitimas de violência no Município de Duque de Caxias - jan/ago - 2013/2014 - ISP	82
Tabela 18 - Panorama geral da violência no Município de Duque de Caxias - jan/ago - 2013/2014- ISP	85

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. JUVENTUDES, RACISMO E VIOLÊNCIA	15
1.1 Juventude e direito de viver	15
1.2 Racismo, preconceito e discriminação	18
1.1.1 Manifestações do racismo.....	29
2 O RACISMO EM QUESTÃO: HOMICÍDIO E JUVENTUDE.....	34
2.1 Racismo como determinante primário da violência e do extermínio.....	35
2.2 O racismo institucional e a violência dirigida a jovens negros e pobres.....	38
2.3 O racismo nas políticas públicas.....	48
3 A CONSTRUÇÃO DA VIOLÊNCIA E DA POBREZA CONTRA O NEGRO, SENDO INTERNALIZADA DESDE O BRASIL COLÔNIA E NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS	62
3.1 A violência e a pobreza como processo educativo de submissão do negro no Brasil Colônia e sua permanência no Município de Duque de Caxias	63
3.2 A Construção sociohistórica do Município de Duque de Caxias	64
3.3 Duque de Caxias, sua população e sua juventude.....	68
3.4 Os jovens assassinados no Município de Duque de Caxias	70
3.5 Análise dos dados da pesquisa sobre Duque de Caxias e o seu contexto social	76
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	92

INTRODUÇÃO

O dramático quadro do aumento da mortalidade por homicídio de jovens negros no Brasil tem chamado a atenção de demógrafo e epidemiologista, sendo considerado atualmente um grave problema de saúde pública. Ainda no campo da saúde, faz-se necessário ressaltar que a produção acadêmica biomédica focada nas interfaces entre raça e saúde ainda é tímida no contexto brasileiro, não havendo estudos sobre as consequências da discriminação racial nos agravos a saúde. (CECCHETTO & MONTEIRO, 2006, p. 203)

A escolha do tema racismo, juventude e extermínio dos jovens residentes em Duque de Caxias surgiu no Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania (Nudhesc) da Universidade Federal Fluminense (UFF). O Núcleo tem vários projetos, entre os quais o Projeto de Pesquisa “Violência Silenciada - Criança e Adolescente”, no qual sou colaborador. Nas reuniões semanais tive a oportunidade de discorrer sobre a violência intrafamiliar contra a criança em Duque de Caxias. Pude acompanhar esta temática – violência contra criança e adolescentes – como estagiário no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) de Duque de Caxias, durante a graduação em Serviço Social. No processo de estudos e pesquisa, a Coordenadora do Nudhesc fez referência aos índices de homicídio de jovens ocorridos em Duque de Caxias na faixa etária até então de 15 a 24 anos (hoje, pela Lei 12.852, de 5 de Agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, são considerados jovens as pessoas de 15 a 29 anos de idade), e essas informações fizeram com que eu buscasse dados para saber como se encontravam estes índices na atualidade, despertando meu interesse pelo tema.

Utilizo o conceito de extermínio¹ segundo Neto e Minayo:

(...) o extermínio é parte de um projeto político de grupos que se arrogam o direito e o poder de selecionar camadas da sociedade a serem eliminadas, expulsas ou circunscritas. Este poder, segundo Chauí (1987), não é algo que se localiza num setor particular da sociedade, mas é aquilo que define, para esta parcela, o que é justo e injusto, legal e ilegal, possível e impossível, legítimo e iníquo, dentro do projeto social que

¹Ver: Neto e Minayo (1994, p. 211).

concebe o passado e o futuro. Portanto trata-se de uma ideologia construída. (NETO & MINAYO 1994, p.203).

O alto índice de assassinatos em massa de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos no município levou-me a pesquisar os Mapas da Violência, de 2008-2010-2011-2012-2013 e 2014. Em todos os “Mapas”, o município de Duque de Caxias está em primeiro lugar no assassinato de jovens. Tal constatação ressalta dois fatores: o primeiro é a verificação da permanência de Duque de Caxias nos altos índices de homicídios de jovens, e o segundo é a baixa produção bibliográfica acerca desta questão. Um único estudo foi localizado, de Souza (1993), referente ao período de 1979 a 1987.

Toda essa questão despertou meu interesse em pesquisar sobre esses jovens vítimas de assassinatos no município. Sou morador de Duque de Caxias desde 1975, sou negro, e desconhecia que o município é um dos que mais matam jovens, sobretudo negros. Conforme a pesquisa de Souza (1993, p. 58), 71,8% dos assassinados eram negros. Quase três décadas depois, o município continua sendo o primeiro que mais mata jovens negros do Estado do Rio de Janeiro, e está na 42ª posição em nível nacional entre os cem municípios que mais matam negros no Brasil.

Essa descoberta fez com que me aprofundasse para compreender o porquê se matava tantos jovens e, sobretudo, os negros e pobres.

Pesquisei primeiramente o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros de 2008, p. 07², que informa: “Um novo fenômeno chamou a nossa atenção: se até 1999 os polos dinâmicos da violência localizavam-se nas grandes capitais e metrópoles, a partir dessa data observou-se o deslocamento da dinâmica para o interior dos estados”. Esses dados são significativos quando analisamos que o Rio de Janeiro tem 92 municípios. O Município de Duque de Caxias é o primeiro em homicídio de jovens do Estado do Rio de Janeiro entre os 92 Municípios que compõem a Estado (WAISELFISZ, 2013, p. 56) desde o mapa da violência de 2008.

O extermínio da população jovem de 15 a 29 anos entre 1980 a 2010 no Brasil chegou a 386.983 homicídios, sendo que em 2010 foram 21.843 jovens que tiveram suas vidas ceifadas (WAISELFISZ, 2013, p. 11). Em 2013, o Município se manteve em primeiro lugar na morte de jovens, ficando na 46ª posição entre os cem municípios mais violentos dentre os 5.565 municípios do Brasil. Ressalte-se o alto índice de homicídio de

² Classificação utilizada pelo Mapa da violência IV: os jovens do Brasil: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, SEDH, 2004.

jovens do Município. Os jovens representam 25% da população total de Duque de Caxias, que tem 219.901 jovens (IBGE 2010).

O meu interesse pelo tema, que aborda racismo, juventude e assassinato, está relacionado a meu pertencimento de raça e morador do Município de Duque de Caxias, no qual, durante o final de 1979 até 1989, vários jovens colegas e conhecidos foram assassinados. E não se tinha uma explicação, dizia-se que era o ‘Mão Branca’.

A oportunidade de participar das reuniões do Nudhesc até o momento me possibilitou construir uma metodologia de pesquisa na qual pude analisar os dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro de 2014, a pesquisa feita na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Duque de Caxias e os Mapas da Violência 2008-2010-2011-2012-2013 e 2014, retirando de cada mapa o conteúdo que me possibilitou, com outras fontes, no caso, IBGE, IPEA, Unicef, DataSenado, Jornais Online e vários sites governamentais e não governamentais, construir ao longo desses dois anos uma análise dos assassinatos no Município de Duque de Caxias.

No primeiro capítulo apresento os conceitos que nortearam esse trabalho, de forma a tornar compreensível que os jovens no seu cotidiano têm tratamentos diferenciados na nossa sociedade relacionados à raça. A violência perpetrada contra eles tem como determinante primário o racismo na sociedade, e o racismo institucional pelo Estado.

Essa discussão nos permitirá compreender os mecanismos de discriminação racial utilizados em nosso país, que, para uma parte da nossa sociedade, é o país da democracia racial e da harmonia racial, no qual o negro e o branco estão em igualdade de condições. Mas, como mostra a pesquisa, não estão.

Discutir sobre racismo na nossa sociedade ainda causa certo desconforto, até mesmo porque, sendo a maioria da população negra – 50,7% (IBGE, 2010) –, os meios de produção encontram-se nas mãos dos brancos, que são a minoria e dominam todos os setores da sociedade. Cabe à população negra servi-los, como no Brasil Colônia escravocrata. Ainda permanecem em uma parte da nossa sociedade a ideia e o sentimento de que a população negra tem que servir ao branco (IPEA, 201, p. 15).

No segundo capítulo é discutido o racismo, e o assassinato de jovens que estão excluídos da sociedade são criminalizados e marcados para morrer por serem negros e pobres.

Faço um breve histórico da violência contra a população negra desde o Brasil Colônia, para compreendermos a sua continuidade no século XXI, com o assassinato em massa da população jovem e negra no Brasil.

A Política Social, desde o Brasil Colônia, foi formulada para proteger a população branca e sua continuidade até hoje. Não temos uma Política Social de prevenção aos assassinatos da população negra e, sobretudo, jovem, que responsabilize o Estado e o governante pelos altos índices de assassinatos. Temos que compreender que o racismo levado ao extremo mata, que o racista quer destruir aquele que é de outra raça (WIEVIORKA, 2006, p. 180).

No terceiro capítulo discuto a influência da violência com a qual a população negra era tratada no Brasil Colônia e é reproduzida no Município de Duque de Caxias até os dias atuais, pois, na construção do Município, a violência e a pobreza são usadas para manter o poder e o controle da população (ALVES, 20-21); e como essa violência e a pobreza se manifestam na atualidade. O Município é o segundo mais rico do Estado mas uma parcela significativa da população vive na pobreza.

Concluo o capítulo com a pesquisa de campo que foi realizada na Secretária de Assistência Social.

Este trabalho tem como escopo explicitar, com dados objetivos, qual é a raça dos jovens assassinados no Município de Duque de Caxias.

O que ocorre nesse microespaço pode ser ou é uma representação do que ocorre no país: uma matança seletiva da população jovem pobre e negra.

Este trabalho levou-me a refletir. Por que não se formula políticas sociais de prevenção e combate ao assassinato em massa da população jovem, negra e pobre do Brasil?

É a essa pergunta que busco responder.

1. JUVENTUDES, RACISMO E VIOLÊNCIA

“Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, Artigo III.

Este trabalho utiliza o conceito de ‘juventudes’ por considerar como importante a multiplicidade de tratamentos dirigidos aos vários segmentos sociais que compõem a juventude no Brasil, onde alguns jovens não têm oportunidades para desenvolver seus potenciais, enquanto outros têm todas as oportunidades.

A desigualdade social existente no país resulta em diferentes inserções sociais. Este fator fica ainda mais evidenciado quando se analisa a violência contra os jovens no Brasil e, particularmente, em Duque de Caxias, o que confirma a existência de diversas ‘juventudes’ e indica que a violência atinge mais um grupo juvenil de uma raça³ específica.

“A realidade social demonstra (...) que não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades” (ESTEVES E ABRAMOVAY, 2007, p. 21).

1.1 Juventude e direito de viver

Está estabelecido pela Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, que juventude corresponde a jovens entre 15 e 29 anos de idade:

Artigo 1º - Esta Lei institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude SINAJUVE. §1º Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. §2º Aos adolescentes com

³A *raça* neste trabalho é entendida, em seu sentido sociológico, como uma construção social que, segundo Guimarães (2002, p. 49- 50), “tem existência nominal efetiva e eficaz apenas no mundo social e, portanto, somente no mundo social pode ter realidade plena”.

idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente.

O Estatuto, como um marco legal, estabelece que, independentemente da cor da pele, da renda, do espaço demográfico onde resida o jovem e do seu grau de escolaridade, todos são considerados jovens, com direito de viver.

A reflexão sobre a existência de distintas juventudes em nossa sociedade nos possibilita problematizar o porquê de determinados segmentos juvenis não disporem, na prática, das condições necessárias para exercer seus direitos e até sobreviver. Enxergar que existe mais de uma juventude nos leva a refletir sobre a realidade social, sobre a permanência histórica de uma desigualdade social, econômica, espacial, territorial e sobre os crescentes assassinatos de jovens negros e pobres nas periferias do Brasil. Antecipamos, por isso, parte da discussão desenvolvida mais adiante sobre a existência de uma juventude específica que sofre maior discriminação e maior violência que as demais, a juventude formada por pessoas negras e pobres.

Esteves e Abramovay (2007), ao afirmar que existem grupos juvenis, dizem:

A realidade social demonstra, no entanto, que não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades. Nesse sentido, a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc. (ESTEVES e ABRAMOVAY, 2007, p. 21)

Segundo os autores (2007, p. 21), a juventude é uma construção social com todas as implicações e características de um determinado período societário e de como a sociedade vê o jovem.

Em uma sociedade hierarquizada e ainda com fortes marcas escravagistas como a nossa, a discriminação racial é uma tônica presente e faz com que a população jovem e branca que faz parte da elite viva em um Brasil totalmente diferente da população pobre e negra, conforme afirma Lemgruber:

Diversos estudiosos sustentam que o Brasil assiste um verdadeiro genocídio de jovens pobres, sobretudo negros, principalmente como re-

sultado do aumento vertiginoso das dinâmicas criminais ligadas ao tráfico de drogas e ao fácil acesso às armas de fogo. (LEMGRUBER, 2003, p. 2)

A discriminação racial presente em nossa sociedade confirma a existência de diferentes juventudes. Não é incomum perceber que jovens negros⁴ recebem tratamento diferenciado em relação aos jovens brancos. A reflexão sobre juventudes é imprescindível para a melhor compreensão dos assassinatos de jovens negros em nossa sociedade, e em particular, no Município de Duque de Caxias, cenário da pesquisa deste estudo.

Nossa hipótese é de que o tratamento dado aos jovens varia primeiramente em função da cor da pele, e a discriminação racial beneficia diretamente a população branca.

Nascer branco numa sociedade multirracial constitui uma espécie de posse (...) a discriminação racial, como fonte imediata de benefícios para a maioria de brancos nas sociedades multirraciais, torna-se a efetivação da ideologia racista que permeia a maioria das instituições da sociedade. (HASENBALG, 1979, p. 116 e 117)

Pode-se inferir, considerando a afirmação de Hasenbalg, que, quanto mais clara é a cor da pele, melhor será o tratamento e a oportunidade para viver. E quanto mais escura for a cor da pele, pior será o tratamento e maiores as dificuldades para sobreviver, pois “a maioria dos brancos aproveita-se do racismo e da opressão racial, porque lhe dá uma vantagem competitiva, vis-à-vis a população negra (...)” (HASENBALG, 1979, p. 115).

Os jovens negros e pobres são altamente “visíveis” quando impedidos de fazer seus ‘rolezinhos’⁵ em espaços antes só frequentados por brancos de determinada classe social. Esses jovens negros e pobres, ao serem excluídos desses espaços têm, conseqüentemente, o seu direito de ir e vir cerceado, ou só são visíveis nas abordagens policiais. O ‘rolezinho’ parece ser um fato insignificante, mas devemos analisar quem é esse jovem que está tendo seu direito de ir e vir a determinados espaços cerceado. O direito de ir e vir restrito pode levar a um conflito, devido ao preconceito racial, que tem seu início com “insultos verbais, que ficam cada vez mais intensos e terminam com o consentimento para o extermínio” (GUIMARÃES, 2012, p. 48-49). Essa população é considerada indesejada pelos brancos que querem uma limpeza social. É por isso que o ‘rolezinho’ foi posto como exemplo de

⁴ A definição de negro utilizada neste trabalho é retirada do Ipea (2013, p. 2), sendo “a soma de pretos e pardos, segundo a classificação utilizada pelo IBGE e pelo SIM/MS”.

⁵ Movimento acontecido em 2013, amplamente divulgado pela mídia, em que jovens de comunidades pobres e da periferia marcavam de se encontrar em shopping centers frequentados pela classe média sendo impedidos de circular neste ambiente.

uma forma de tratamento segregacionista, que vai se naturalizando até chegar aos assassinatos de jovens negros e pobres, assassinatos em massa com os quais a sociedade não se choca (IPEA, 2013, p. 87).

Na atualidade, em nossa sociedade, os espaços dos shopping centers de zonas nobres de São Paulo ou do Rio de Janeiro destinam-se prioritariamente ao público branco em geral e de classe média ou alta. Os jovens pobres e negros, principalmente das periferias e das favelas, querem entrar em todos os espaços, mas são impedidos de fazer os seus ‘rolezinhos’. A população branca da nossa sociedade não quer estar no mesmo espaço de lazer com jovens das periferias, ainda mais se esses jovens forem provenientes das camadas pobres e forem negros.

Há diferenças de oportunidades e poder, conforme explicitadas pelos autores Esteves e Abramovay (2007, p. 21). Na minha análise, são diferenças construídas racialmente e socialmente como forma de controlar a população jovem, negra e pobre, que tem desvantagem em relação à população branca, seja ela pobre e principalmente da classe média, em determinados espaços sociais, pois para os brancos eles não devem sair das periferias nem das favelas.

Nascer negro ou mulato no Brasil normalmente significa nascer em famílias de baixo status. As probabilidades de fugir às limitações ligadas a uma posição social baixa são consideravelmente menores para os não-brancos que para os brancos da mesma origem social. Em comparação com os brancos, os não-brancos sofrem uma desvantagem competitiva em todas as fases do processo de transmissão de status. (HASENBALG, 1979, p. 115, grifo nosso).

Esta forma de pensar o lugar do negro e pobre tem a sua historicidade social no país e ocorre desde sua colonização (PRIORE, 2009, p. 13). Todo esse processo foi se naturalizando com o passar do tempo, muitas vezes, com o consentimento da nossa sociedade, de forma direta ou indireta. Nesse contexto, abre-se a possibilidade para que alguns jovens, com um determinado perfil, tenham privilégio no acesso a bens e serviços e outros não, sendo discriminados, excluídos e por vezes assassinados.

1.2 Racismo, preconceito e discriminação

Entendemos por racismo, neste trabalho, a definição de Guimarães (2004):

Chama-se (...) de racismo o sistema de desigualdades de oportunidades, inscritas na estrutura de uma sociedade, que podem ser verificadas apenas

estatisticamente através da estrutura de desigualdades raciais, ou seja na educação, na saúde pública, no emprego, na renda, na moradia etc. (GUIMARÃES, 2004, p. 18).

Racismo também é definido como “um conjunto de práticas materiais de discriminação racial” (HASENBALG, 1979, p. 115). Wieviorka (2006, p. 180) afirma que o racismo tem como escopo a destruição de uma raça.

Para Schucman, os privilégios que a população branca tem em relação à população negra podem ser considerados racismo. Afirma a autora: “(...) consideramos racismo qualquer fenômeno que justifique as diferenças, preferências, privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres humanos, baseado no conceito de raça” (SCHUCMAN, 2014, p. 85).

Segundo Guimarães (2012, p. 49, grifo nosso), “(...) o insulto, a discriminação, a segregação, a violência física e o **extermínio** são decorrentes do preconceito, ou seja, de valores e atitudes que funcionam como predisposições”. O racismo institucional, sendo um transbordamento do racismo, tem entre seus mecanismos o uso da histerectomia⁶, para não permitir que a mulher negra possa ter filhos, segundo Flauzina (2008, p. 121-123).

Guimarães (2004, p.18) afirma que o “(...) racismo é um sistema⁷ de desigualdades de oportunidades, inscrita na estrutura de uma sociedade (...)”. Segundo o dicionário Houaiss (2010, p. 719), “sistema”, expressão utilizada por Guimarães, é um conjunto de elementos concretos organizados para alcançar um fim. Tanto Flauzina (2008, 165) quanto Guimarães (2004, p.18), na minha análise, estão se referindo ao conjunto de precariedades “inscritas na estrutura” da nossa sociedade para dificultar a sobrevivência da população negra. Da mesma forma que, para Hasenbalg (1979, p. 77), racismo é o “conjunto de mecanismos sociais” que visam a assegurar o privilégio da população branca.

“(...) o significado e funções do preconceito e discriminação raciais são alterados, visto que era necessário criar mecanismos sociais que, em nome de uma desigualdade natural, permitam a acomodação dos negros a um sistema assimétrico de posições e privilégios.” (HASENBALG, 1979, p. 77).

Preconceito e discriminação social estão presentes em nosso cotidiano.

⁶ Ver: Flauzina (2008); histerectomia: Retirada do útero.

⁷ Segundo o dicionário Houaiss (2010, p. 718), Sistema. s.m. 1 conjunto de elementos, concretos ou abstratos, relacionados entre si .2. conjunto de unidades organizadas de determinada forma para alcançar um fim.

O preconceito seria apenas a crença prévia (preconcebida) nas qualidades morais, intelectuais, físicas, psíquicas ou estéticas de alguém, baseada na ideia de raça. Diferencia-se da discriminação racial, pois esta tem sua materialidade que gera a segregação e a desigualdade racial. (GUIMARÃES, 2004, p.18)

O tratamento dado aos jovens pobres e negros em nossa sociedade, altamente hierarquizada e segregadora, nem sempre deixa explícitos o racismo e suas expressões. Segundo Hasenbalg (1979, p. 243), “(...) concepções preconceituosas sobre os negros e práticas discriminatórias disfarçadas coexistem com uma polida etiqueta racial, pela qual as manifestações públicas de preconceito e as formas abertas de discriminação incorrem numa severa desaprovação”.

O racismo institucional, que tem sido a base de toda uma série de discriminações, permite que os preconceitos raciais se manifestem em todos os setores da sociedade. O racismo está naturalizado e

(...) aparece como um conjunto de mecanismos, não percebido socialmente e que permite manter os negros em situação de inferioridade, sem que seja necessário que os preconceitos racistas se expressem, sem que seja necessária uma política racista para fundamentar a exclusão ou a discriminação. O sistema nessa perspectiva funciona sem autores, por si próprio. (WIEVIORKA, 2006, p. 168).

O racismo⁸, estrutural e institucionalizado, é o determinante primário da pobreza e dos assassinatos da população negra. Os conflitos são mascarados pelos discursos de que vivemos em harmonia racial, apesar de as evidências demonstrarem o contrário.

Até a ONU⁹ reconhece a democracia racial como mito. "O Brasil não pode mais ser chamado de uma democracia racial e alguns órgãos do Estado são caracterizados por um **racismo institucional**, nos quais **as hierarquias raciais são culturalmente aceitas como normais**", destacou a ONU. Os técnicos da entidade estiveram no país entre os dias 4 e 14 de dezembro de 2013 e constataram que **os negros sofrem mais assassinatos, têm menor nível de instrução, os menores salários, menor acesso à saúde, os que morrem mais cedo e o que menos participam no Produto Interno Bruto (PIB)**. A ONU sugere que se "**desconstrua a ideologia do branqueamento que continua a afetar as mentalidades de uma porção significativa da sociedade**". Mas falta dinheiro, segundo o órgão, para que o sistema educativo reforce aulas de história da população afro-brasileira, um dos

⁸ Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/node/29822> Acessado em 12/09/2014.

⁹ Organização das Nações Unidas

mecanismos mais eficientes para combater o mito da democracia racial. A sociedade internalizou que vivemos numa democracia racial e social, tendo esta ideia criado raízes e se reproduzido na mente da população brasileira em geral e em particular nas elites social e intelectual.

[A ideia de] democracia racial está de tal forma enraizada na autoimagem do país que as elites nacionais podem contar com grupos de extermínio institucionalizados, sem que isso comprometa seu perfil de benevolência e tolerância no trato com os grupos historicamente marginalizados. (FLAUZINA, 2008, p. 100).

Por discriminação racial entende-se a definição dada pela Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial e no artigo 1º, no seu parágrafo único, considera:

I - A discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça/cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo das vidas pública ou privada.

Segundo Guimarães (2004, p.18), “(...) a discriminação racial consiste no tratamento diferencial de pessoas baseado na ideia de raça, podendo tal comportamento gerar segregação e desigualdade raciais”.

A discriminação racial nem sempre é claramente visível, pode ocorrer de forma sutil, como no caso da negação da discriminação depois de feita, onde a atitude racista se dá sem enunciação explícita ou implícita de caráter racial (SALES 2006, p. 243). Na maioria das vezes, impossibilita qualquer ação da pessoa discriminada, principalmente quando ela percebe as ideias racistas contidas em determinados discursos e o seu interlocutor nega, afirmando que foi um mal-entendido, desta forma desresponsabilizando-se pelo que foi dito. Este modo racista de proceder tem a ver com o que Sales (2006, p. 235) chama de “o não dito racista”, que se caracteriza por estes discursos, se apresenta com uma diversidade de recursos que impossibilita ao ofendido qualquer ação, pois a pessoa racista afirma que não teve a intenção, eximindo-se do que foi dito no seu discurso.

Considero que o preconceito sutil é uma das variantes responsáveis pela segregação que existe na nossa sociedade e, em particular, no Município de Duque de Caxias. Segundo Guimarães (2012, p. 51), “o preconceito sutil (...) [é] aquele revelado por pessoas com

educação suficiente para se precaverem de qualquer insinuação de que suas opiniões são racistas ou preconceituosas”. Esse preconceito é que tenta impedir o acesso de jovens negros e pobres em espaços antes considerados exclusivos para brancos “bem educados”, escamoteando-se em discursos preconceituosos.

Além da sutileza do preconceito, o mito de que vivemos em uma democracia racial¹⁰ dificulta a percepção de que o racismo existe na nossa sociedade.

Para Schucman:

A democracia racial faz parte do imaginário brasileiro e constrói um ideal do qual os brasileiros, em sua maioria, não abrem mão. Hasenbalg (1979) aponta que o conceito de democracia racial é uma arma ideológica que, por fim, socializa a população brasileira de brancos e não brancos como iguais, evitando com isso um conflito racial no Brasil. (SCHUCMAN, 2014, p. 86).

Para Hasenbalg (1979, p. 241) “o mito da ‘democracia racial’ brasileira é indubitavelmente o símbolo integrador mais poderoso criado para desmobilizar os negros e legitimar as desigualdades raciais vigentes desde o fim do escravismo”. Esta estratégia de que vivemos em “democracia racial” impossibilita uma análise crítica de como vive a população negra na nossa sociedade, tendo que sobreviver com um “arsenal¹¹ de vulnerabilidades” (FLAUZINA, 2008, 165) que dificulta a sua existência.

Para os brasileiros brancos o endosso público da ideologia da democracia racial e da harmonia racial funciona – como na confissão católica – como forma de expiar a culpa despertada por sentimentos racistas interiores e disfarçar suas práticas discriminatórias privadas. (HASENBALG, 1979, p. 201)

Neste sentido, não é uma atitude unilateral do Estado, pois ele atua com o consentimento velado da sociedade que não se percebe racista. O “racismo latente”, segundo Schucman (2014, p. 92), faz com que a sociedade branca não perceba seus privilégios, dificultando o reconhecimento de aceitar que “somos racistas”.

Segundo Gomes (2007, p. 534)

Está-se aqui diante de classificações constitutivas da realidade, posto que ao ser considerado e mantido no lugar de inferior, o grupo tende a passar a se ver desse modo e a agir nesses termos, de modo a confirmar tais

¹⁰ Ver: Skidmore (1989, p. 56 e 63); Guimarães (2005, p. 60); Flauzina (2008, p. 100). Esses autores afirmam que vivemos o mito da democracia racial. Com o qual concordo.

¹¹ Segundo o dicionário Houaiss (2010, p. 70), Arsenal s.m. 1. Fábrica de depósito de armas. 2. Grande quantidade de qualquer coisa; conjunto.

sentidos. **Esse lugar inferior é declarado por meio, inclusive da linguagem;** o que ajuda a pensar os termos e apelidos pejorativos e depreciativos aplicados aos negros e indicadores da baixa expectativa em relação a eles, que associadas ao poder simbólico, gerado pelo diferencial de poder criam a realidade a ser confirmada, instituem a verdade pela enunciação, e ainda, fundamentam a estereotipagem grupal a partir da associação daquele lugar de inferioridade continuamente reproduzido com um atributo biológico: o que transforma a condição social em sintoma de inferioridade humana, perdendo-se de vista os processos históricos de sua construção e a figuração social. (GOMES, p. 534).

Uma formação na qual a criança aprende que ser branca é ser superior, ela se torna indiferente, ao sofrimento do outro ser humano negro, desde a infância quando vê o negro sendo maltratado e reproduz a mesma violência com perversidade. (PRIORE, 2009, p. 244).

O assassinato em massa da população negra tem ligação com uma educação racista, que naturaliza a discriminação racial e legitima o tratamento desumano dado a população negra. Segundo Scarano (2009, p. 105) “Triste realidade num Brasil, no qual a formação moral e intelectual, bem como os códigos de sociabilidade, raramente aproximam as crianças de conceitos como civilidade e cidadania.”. Essa incivilidade se inicia no processo educacional, no qual a criança branca aprende que é superior por ser branca e por isso, inteligente e capaz. Esse aprendizado de superioridade é construído e materializa-se, na indiferença, quando jovens negros são assassinados a sociedade acha normal. (IPEA, 2013, p. 87). Enquanto a criança negra aprende desde a infância que é intelectualmente incompetente e incapaz, construindo uma baixa autoestima, que a leva muitas vezes, a incorporar a servidão e submissão ao branco como única forma de sobreviver, essa obediência é legitimada pelo branco que, quer manter seus privilégios.

Segundo Gomes (2007, p. 532),

Ao se olhar para o exemplo de uma criança negra na escola, percebe-se que as expectativas a respeito dos negros são quase sempre informadas por preconceitos e estereótipos, de modo que as crianças devem antes de qualquer coisa lutar contra o estigma da incompetência, da incapacidade intelectual, do fracasso. Em meio a condições socioeconômicas desestimulantes e impossibilitadas de compreender de onde surgem tantas imagens negativas a seu respeito e estratosféricamente distantes da possibilidade de alcançar o padrão ideal, muitas crianças e adolescentes desenvolvem um trabalho das emoções não no sentido de se adequar ao gosto de estudar (esperado), mas no sentido de proteger sua própria subjetividade da completa degradação diante de metas inatingíveis. (GOMES, 2007, p. 532)

Com um discurso da harmonia racial que mascara uma hierarquia social. No Brasil Segundo afirma Malaguti (2003, p. 78) “O lugar do negro na sociedade brasileira é um exemplo deste processo, que uma rígida hierarquia social é naturalizada a ponto de se torna imperceptível.” Por isso a criança negra, é ensinada a ser submissa desde a infância, para torna-se um ‘negro bom’ obediente ao branco e invisível. Segundo Malaguti (2003, p. 96) (...) “o bom pobre hoje é aquele que é invisível, que não reivindica que sofre em silêncio.”. Cabe ao negro dentro desse processo educacional ser dócil e subserviente.

Para mudar tal realidade requer um esforço contínuo de uma educação voltada para discutir o racismo, afim de que possa desconstruir a mentalidade social e cultural da violência contra a população negra, e construir uma sociedade que tenha uma consciência, de que todos temos “direito à vida”, conforme o Artigo 5º da Constituição Federal de 1988.

Compreender o processo educacional parte do conjunto de práticas matéricas, que perpetuam o racismo no país. Pensar alternativas para desconstruir uma mentalidade pautada na violência contra a população negra no geral e jovem especificamente.

Discutindo-se sobre os fatores que levam aos assassinatos da população negra e as questões raciais na nossa sociedade, através de uma “educação dialógica.” (FREIRE, 2005). Esta educação pode desconstruir o racismo internalizado durante séculos. Principalmente com a Lei 10.639¹² que prever o estudo da “História e Cultura Afro-Brasileira” de forma a contribuir e desconstruir o pensamento racista que ainda viger no país. E construir outra realidade educacional, com novos códigos sociais, na qual a população negra não seja alvo de extermínio, e a população branca não fique indiferente ao extermínio da população negra, devido à internalização de conteúdos racistas a mais de quinhentos anos. Segundo Priore (2009, p. 105). “(...) num país onde, há quinhentos anos, a formação social da criança passa mais pela violência explícita ou implícita (...)”

O impacto dos direitos sociais negados à população negra no Brasil colônia, leva essa população a ter uma vida na miséria, devido a todo um conjunto de prática materiais de discriminação racial que dificulta a vida e a sobrevivência dos negros. Para a população branca é generalizada, todas as oportunidades que facilitam sua vida. Por isso o negro perde para o branco, em qualquer setor da sociedade (HANSEGALG, 1979, p. 220). O racismo é quem determina.

¹²LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências Acessado em 15/09/2014 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>.

Uma sociedade na qual a população negra é violentada em seus direitos básicos, abandonadas pelo Estado, que não garante suas necessidades de sobrevivências, não dando as condições para que a população negra viva saudavelmente. Fazendo com que ela viva de forma precária sem as possibilidades de sair da miséria na qual se encontra por ausência do Estado. Generalizou benefícios para a população branca, auxiliando-a em todos os momentos, permitindo que ela saísse na frente do “ponto de partida” com o apoio do Estado dando-lhe todo apoio e incentivos. Enquanto a população negra teve o pior “ponto de partida” não teve apoio do Estado e permanece na miséria até hoje. (SOUZA, 2012, p.155-157).

Para uma melhor compreensão, do sistema de desigualdades raciais no país. Segundo o CNAS¹³ na sua afirmação, de que, o percentual da população extremamente pobre é de negros, com 71%.

No que se refere à questão racial, o fato de a maioria absoluta dos extremamente pobres ser negra (pretos e pardos) resulta não somente de discriminação ocorrida no passado, mas, também de um processo ativo de preconceitos e estereótipos raciais que legitimam, ainda nos dias de hoje, procedimentos discriminatórios.

Desnaturalizar a indiferença em relação à morte dos negros na nossa sociedade é o primeiro passo, pois questionar o que está posto como natural se faz necessário para construirmos outra realidade condizente com o processo civilizatório exposto na Carta Constitucional de 1988, no Título seu artigo 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a **inviolabilidade do direito à vida**, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, direito à vida que muitas vezes não é respeitado na nossa sociedade em relação aos negros.

Kabengele Munanga (2013, p. 8), ao ser entrevistado pela Revista Fórum, afirmou que “nosso racismo é um crime perfeito” pelo fato de nós responsabilizarmos a vítima do racismo e desresponsabilizarmos o racista. A legitimação e naturalização da violência contra a população negra evidenciam-se por diversos fatos, entre os quais a prisão recente de um jovem negro¹⁴ que, embora não tenha sido morto, foi preso pelo pescoço e deixado

¹³ Conselho Nacional de Assistência Social.

¹⁴ Em fevereiro último, um adolescente, acusado de roubo, foi preso nu a um poste na cidade do Rio de Janeiro com uma trava de bicicleta por um grupo que se autoproclamou “justiceiros”. O caso ganhou espaço na imprensa nacional e nas redes sociais da Internet. Enquanto críticos à violência classificam a situação

nu em um poste no bairro do Flamengo, no Rio de Janeiro. Esses atos vêm ocorrendo no nosso país, tendo como vítimas jovens pobres e negros.

Outra notícia relata o linchamento até a morte de um jovem negro.

O corpo negro¹⁵ ensanguentado e o olhar assustado que você na foto é do menino Alailton Ferreira, de 17 anos, cercado por um grupo armado com pedras, barras de ferro e pedaços de madeira. Momentos depois, ele seria alvo de um espancamento coletivo. Desacordado, foi levado ao hospital, mas não resistiu e morreu na noite de terça-feira (8).

A indiferença das pessoas que espancaram o jovem até a morte fica evidente. Conforme afirma o autor do texto, “o fato de ser um menino negro teria sido um elemento potencializador do ódio coletivo e da precipitação de um julgamento instantâneo – acusação, julgamento, condenação e execução: Foi ele! Pega ele! Só pode ter sido ele!”

Uma reflexão para que possamos compreender a indiferença de como lidamos com a morte de um jovem negro e de um jovem branco. Se fosse um jovem branco, o tratamento seria o mesmo, que foi dado ao adolescente linchado? Imaginem, seguindo o autor do texto:

Imagine que Alailton é branco! Imagine que Amarildo é branco!; Imagine que Douglas é branco!; Imagine que José Carlos, é branco.; Imagine que o menino torturado e amarrado nu em um poste na zona sul do Rio de Janeiro é branco.; Imagine que quem a polícia mata 3 vezes mais que negros, são os brancos.; Imagine um mundo onde as pessoas pudessem viver em paz. Consegue?¹⁶

A citação evidencia a hipótese de que há um extermínio da população negra na nossa sociedade, um extermínio silencioso, pois a mídia não divulga e não discute a questão, impossibilitando que a população negra tenha consciência do que está ocorrendo, podemos inferir que “(...) um genocídio nas proporções e nos moldes do empreendido contra a população negra no país só pode se processar contra uma massa de espoliados que não se compreende como grupo” (FLAUZINA, 2008, p. 128). É por isso que a população negra precisa ter uma consciência racial, para que possa se identificar como negra e lutar, para

como "volta à Idade Média", parte da população do país adotou a ironia "adote um bandido", para criticar os e as defensores/as de direitos humanos. Disponível em <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?boletim=1&lang=PT&cod=80537>>. Acessado em 10/5/2014.

¹⁵ Disponível em <<http://www.geledes.org.br/jovem-negro-e-espancado-e-morto-por-populares-espírito-santo-por-douglas-belchior/>>.

¹⁶ <http://www.geledes.org.br/jovem-negro-e-espancado-e-morto-por-populares-espírito-santo-por-douglas-belchior/>. Acessado em 14/6/2014.

transformar a realidade, pois, a população negra representa 50,7% da população (IBGE, 2010).

O escritório das Nações Unidas apresentou nesta quinta-feira (10) um levantamento sobre as taxas de homicídio em que conclui que as Américas são as regiões mais violentas do planeta. O Brasil está entre países mais violentos. Das 30 cidades mais violentas do planeta, 11 são brasileiras. Segundo a publicação, Maceió é a quinta cidade do mundo com mais homicídios por cada 100 mil habitantes. A cidade de Vitória do Espírito Santo, vizinha ao local onde Alailton foi assassinado por populares, é a 14ª da lista mundial¹⁷.

Acredito ser necessário amadurecer a nossa percepção, para que possamos olhar a sociedade buscando compreender, o que a princípio, parece ser imperceptível, devido ao fato de termos construído e internalizado ideias racistas, ao mesmo tempo, com o mito da democracia racial e social, o que é um paradoxo. Nossa sociedade consegue conviver bem com o mito da harmonia racial e da democracia racial (FLAUZINA, 2008, p. 93). A internalização dessas ideias fez com que nós tenhamos aversão a discutirmos o racismo como determinante das desigualdades sociais e do extermínio dos jovens negros.

O Ipea (2013) destaca:

A ideologia do racismo - onde negro é visto como um ser inferior com características indesejáveis -, a vida de um negro valeria menos que a vida de um branco. Neste ponto, podemos tentar nos lembrar de tantas notícias sobre mortes violentas de inocentes brancos em negros. Será que a repercussão, o impacto na mídia e a reação midiática natural das autoridades é a mesma? (IPEA, 2013, p. 13).

Outra notícia dá conta de mais um caso.

Eram¹⁸ cerca de 9h desse domingo, quando uma viatura do 9º BPM (Rocha Miranda) descia a Estrada Intendente Magalhães, no sentido Marechal Hermes, na Zona Norte do Rio, com o porta-malas aberto. Depois de rolar lá de dentro e ficar pendurado no para-choque do veículo apenas por um pedaço de roupa, o corpo de uma mulher foi arrastado por cerca de 250 metros, batendo contra o asfalto conforme o veículo fazia ultrapassagens. Apesar de alertados por pedestres e motoristas, os PMs não pararam. Um cinegrafista amador que passava pelo local registrou a cena num vídeo. A mulher arrastada era Claudia Silva Ferreira, de 38 anos, baleada durante uma troca de tiros entre policiais do 9º BPM e

¹⁷ <<http://www.geledes.org.br/jovem-negro-e-espantado-e-morto-por-populares-espírito-santo-por-douglas-belchior/>>.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questao-racial/violencia-racial/23875-claudia-silva-ferreira-38-anos-auxiliar-de-limpeza-morta-arrastada-por-carro-da-pm>>. Acesso em: 18/3/2014.

traficantes do Morro da Congonha, em Madureira, enquanto ia comprar pão. Em depoimento à Polícia Civil, os PMs disseram que a mulher foi socorrida por eles ainda com vida, e levada para o Hospital Carlos Chagas, em Marechal Hermes, mas não resistiu. Já a secretaria Estadual de Saúde informou que a paciente já chegou à unidade morta. Ela levou um tiro no pescoço e outro nas costas. Mãe de quatro filhos, Cláudia, conhecida no Morro da Congonha como Cacau, era auxiliar de serviços gerais do Hospital Naval Marcílio Dias, no Lins. Nascida e criada em Madureira, ela ainda cuidava de quatro sobrinhos. A vítima faria 20 anos de casada com o vigia Alexandre Fernandes da Silva, de 41 anos, em setembro deste ano.

Imagine que fosse uma mulher branca: qual teria sido a repercussão na mídia? O que teria acontecido com os policiais?

Uma pesquisa sobre a percepção do racismo foi desenvolvida pelo Senado Federal, através do DataSenado¹⁹. Foi uma pesquisa telefônica de âmbito nacional sobre violência contra a juventude negra em nossa sociedade, em 123 municípios do país, incluindo-se todas as capitais, no período de 1º a 11 de outubro de 2012. Foram entrevistadas 1.234 pessoas com 16 anos ou mais, que moram no Brasil e têm telefone fixo. Segundo o DataSenado, a pesquisa conta com um nível de confiança de 95% e com uma margem de erro de 3%.

Nosso racismo institucional²⁰ naturaliza as mortes dos jovens negros e pobres das periferias, a tal ponto que esta fica indiferente com a morte violenta de um jovem negro, conforme revela a pesquisa. Quando a pesquisa (2012, p. 88) perguntou aos entrevistados “você concorda ou discorda da seguinte frase: a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte violenta de um jovem branco?”, 55,8% disseram que concordam com a frase 43% discordam, e 1,1% não sabem ou não responderam. O interessante é que concordam com a frase 59,6% de outra religião, 59% dos evangélicos; 56,3% dos espíritas; 56,3% das pessoas sem religião; 54,1% dos católicos; e 40,0% NS/NR. Tal resposta demonstra uma total indiferença em relação à vida de um ser humano por causa da cor da pele até mesmo entre os religiosos.

¹⁹“O DataSenado realizou em 2012 a inédita pesquisa de opinião pública Violência contra a juventude negra no Brasil. Ela é parte do Protocolo de Intenções firmado entre o Senado Federal e a Secretaria de Políticas de promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir/PR)” (DataSenado, 2012, p. 3)

²⁰Segundo Junior e Lima (2011, p. 22) “O racismo institucional não se expressam em atos manifestos, explícitos ou declarados de discriminação, mas atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam de forma diferenciada, do ponto de vista racial, na distribuição de serviços benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população”.

Na minha análise, os entrevistados do DataSenado (2012, p. 36) que responderam: “A cor influencia na quantidade dessas mortes” têm uma percepção de que o racismo é o motivador ou a base desses assassinatos em massa, pois os dados desagregados mostram que 74,7% dos que concordaram são da raça negra e 67,0% da raça branca. São 7,7% a mais do que os brancos e 3,3% a mais do total, que ficou em 71,4%.

A diferença entre o percentual da população branca (67,0 %) e da população negra (74,7) que respondeu que a cor influencia na morte confirma o que Guimarães (2012, p. 79) afirma: “Quem sofre com o racismo pode defini-lo”. Eu diria que pode defini-lo com mais precisão, por isso a diferença da percepção da população negra que sofre com o racismo em relação à população branca que não sofre é de 7,7%.

Quando o pesquisador perguntou aos entrevistados: “E você acha que a cor desses jovens influencia ou não influencia na quantidade dessas mortes?” 71,4% dos entrevistados disseram que a cor influencia e 25,8% falaram que não influencia e 2,9% não sabem ou não responderam à pergunta da pesquisa DataSenado (2012, p. 36). Ressalto que, segundo o DataSenado, “só responderam a esta pergunta os entrevistados que acham que jovens de uma cor morrem mais que os de outra cor” (DATASENADO, 2012, p. 37).

Diante do exposto, e com a confirmação de Guimarães (2012, p. 49) de que as atitudes de preconceitos e ações discriminatórias levam ao extermínio, pode-se inferir que esta variável serve para a compreensão de como o racismo se manifesta na nossa sociedade.

1.1.1 Manifestações do racismo

Este tópico procura refletir sobre a forma do preconceito que se utiliza da linguagem desqualificatória, através do insulto que tem como primeiro objetivo humilhar o outro ser humano por causa da sua raça. Depois, legitimar a agressão verbal, levando a insultos cada vez mais negativos, que naturalizam como uma brincadeira uma atitude preconceituosa. Essa atitude ainda se encontra presente nas nossas relações raciais, muitas vezes com toda a sutileza, e manifesta-se de várias maneiras:

1º) Linguagem insultuosa (*Antilocution*).

Pessoas que têm preconceito falam dele. Com amigos em quem confiam ou, ocasionalmente, com estranhos podem expressar livremente seu antagonismo. Mas muitos nunca vão além dessa fora suave de ação antagonista. (ALLPORT *apud* GUIMARÃES, 2012, 48-49)

A linguagem utilizada pelo racista tem o caráter de eximi-lo do que foi dito, quando ele, depois de ter desqualificado o outro, diz que não teve a intenção de ofender, que estava brincando. Sales (2006, p. 235) evidencia que o discurso racista tem uma diversidade de recurso que vai do silêncio a piadas, chegando à injúria racial. Guimarães (2002, p. 170) afirma que “a função ou a intenção do insulto podem variar, mas está sempre ligada a uma relação de poder”. Pode-se inferir o porquê das piadas, da associação do ser humano negro sempre de forma negativa. O comentário preconceituoso da jornalista Micheline Borges feito no Facebook no dia 27/7/2013 a respeito dos médicos cubanos que vieram trabalhar no Brasil mostra o insulto desqualificando os cubanos, dizendo que médico tem cara, quer dizer, tem que ser branco.

Me perdoem se for preconceito, mas essas médicas cubanas têm uma cara de empregada doméstica... Será que são médicas Mesmo? *Afe* que terrível. Médico, geralmente, tem postura, tem cara de médico, se impõe a partir da aparência... Coitada da nossa população. Será que eles entendem de dengue? Febre amarela? Deus proteja o nosso povo!

Este é apenas um exemplo de como a sociedade expressa o seu racismo. Em 28/08/2013, o Jornal “O Dia” apresentou como manchete: “Preconceito contra quem quer trabalhar: **Médicos mandam colegas cubanos ‘voltar à senzala’**”.

A forma como a linguagem é utilizada para desqualificar o ser humano negro mostra o quanto a sociedade precisa reconhecer que é racista, para que possamos fazer uma discussão sobre o racismo e sua forma sutil de se manifestar.

2º) Evitação

O preconceito mais intenso leva o indivíduo a evitar membros do grupo indesejado, mesmo talvez ao custo de inconveniências consideráveis. Nesse caso, o portador do preconceito não causa mal diretamente ao grupo que odeia, preferindo acomodar-se retirando-se inteiramente da convivência. (ALLPORT apud GUIMARÃES, 2012, 48-49).

Na medida em que o preconceito vai enraizando-se, o preconceituoso branco, que se acha superior ao outro ser humano pelo fato dele ser negro, evita a pessoa e o ambiente ao qual frequentava, e passa a evitar o ambiente, para não se encontrar com seres humanos que ele considera indignos de estarem naquele mesmo ambiente por serem negro.

3º) Discriminação

Nesse caso, o preconceito age de modo ativo em detrimento de seu desafeto. Seu comportamento procura impedir os membros de um determinado grupo de usufruírem certos tipos de emprego, áreas residenciais, direitos políticos, oportunidades educacionais ou recreativas, igrejas, hospitais, ou algum tipo de privilegio social. A segregação é uma forma institucionalizada de discriminação, protegida pelas leis ou pelos costumes. (ALLPORT apud GUIMARÃES, 2012, 48-49)

A terceira forma de preconceito analisada por Guimarães (2008, p. 49) é a discriminação, que faz parte do cotidiano da maioria das pessoas da nossa sociedade, principalmente dos jovens, negros e pobres, que são impedidos de fazerem seus rolezinhos nos shopping, onde os frequentadores habituais que são brancos não admitem que jovens negros e pobres frequentem esses espaços. O exemplo abaixo mostra como a discriminação no nosso país é sutil, e como que essa sutileza leva ao extermínio de jovens negros e pobres das periferias. A reportagem a seguir fala “Sobre rolezinhos²¹ no país da apartação” no dia 15 de janeiro de 2014.

Agora, resolveram dar rolezinhos em shopping centers, veja você. Os manos se acharam no direito de calçar um mizuno, botar um bonezinho na cabeça, um bermudão, top e shortinho e andar de escada rolante, refrescar-se em ar condicionado, lamber vitrines e lamber uma casquinha do Mac Donalds. Não deu outra. Como na “invasão” às praias, a burguesada em coro tentou explicar o “fenômeno”: isso está ocorrendo porque o governo não investe em diversão na periferia, sem opção de lazer, dizem eles, os suburbanos vieram parar nos shopping. Por que esses caras não vão simplesmente andar de carrinho de rolimã, jogar golzinho na rua, brincar de polícia e bandido, jogar bola de gude? Por que não surge um Garotinho e constrói logo um Shoppingzão de Ramos? O curioso é que esse é o mesmo país que chorou a morte de Mandela, o negão boa praça que ao invés de tomar o poder dos brancos, decidiu dividir com eles. Aqui, os brancos não querem compartilhar nada com os pretos, nem fotos no Facebook. O Brasil é o país da apartação social e quer cada um no seu quadrado. Mas o povo não aceita mais ser segregado, quer pertencer, fazer parte. É como se dissesse, você pode não entrar na favela, mas a favela entra em você

²¹ Disponível em <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/lele-teles-sobre-rolezinhos-no-pais-da-apartacao.html>>. Acessado em 16/1/2014

4º) Ataque físico

Sob certas condições de forte emoção o preconceito pode levar a atos de violência ou quase-violência. Uma família negra indesejada pode ser expulsa á força de um bairro ou sentir-se tão ameaçada e amedrontada que prefira partir. Túmulos de cemitérios judeus podem ser profanados. Uma gang italiana pode emboscar uma gang irlandesa. (ALLPORT apud GUIMARÃES, 2012, 48-49).

Passamos ao quarto e último exemplo do preconceito, baseado na violência física. é o que está mais perto da realidade dos jovens das periferias, da nossa sociedade e principalmente em Duque de Caxias.

No Jornal “Meia Hora” do dia 26/06/2013 a manchete foi: “Inferno na Maré: 9 mortos, Povão tá bolado: ‘Na favela a bala não é de borracha’”.

As agressões físicas à população negra são constantes, ao ponto de 61,8% da população negra vítima de agressão não procurar a polícia, enquanto o percentual da população branca que não procura a polícia é de 38,2% (IPEA, 2013, p. 6).

O fato de a maioria da população negra não procurar a polícia para relatar as agressões sofridas é uma consequência da violência e do terror que a polícia impõe aos negros e pobres principalmente nas periferias, favelas e morros no Estado do Rio de Janeiro.

A pesquisa do IPEA revela que 60,30% dos negros não acreditam na polícia, enquanto o percentual foi de 39,70 % da população branca que não acredita na polícia.

5º) Extermínio

Linchamentos, pogroms, massacres e o programa nazista de genocídio marcam o último estágio da expressão violenta do preconceito. (ALLPORT apud GUIMARÃES, 2012, 48-49)

O quinto preconceito étnico no seu extremo leva ao extermínio, que começa com um insulto verbal.

Como uma população que não tem seus direitos respeitados, como cidadão pela própria polícia, pode acreditar nela? Segundo Lemgruber (2004, p. 7), “a polícia do Rio de Janeiro mata mais que toda a polícia do Estados Unidos juntas”. Essa matança pode explicar por que a população negra não acredita na polícia.

Por maior que seja a nossa negação em relação ao extermínio de jovens, temos que encarar a realidade, de forma e compreender que o extermínio de jovens negros e pobres é um fato irrefutável na nossa sociedade.

É interessante analisar os assassinatos total na população negra é a maioria absoluta em relação a população branca, foram 26.652 negros assassinados em 2002 e 18.867 brancos no mesmo período, tendo uma diferença de 7.785 assassinatos a mais de negros; em 2006 foram 29.925 negros assassinados e 15.753 brancos, foram assassinados 14.172 negros a mais no mesmo período. Observa-se que houve um aumento de assassinatos de negros de 3.273 em 2006 em relação a 2002. Já na população branca teve uma queda de 3.114 em 2006 em relação a 2002. Em 2010 foram 34.983 negros assassinados e 14.047 brancos no mesmo período, tendo uma diferença de 20.936 negros assassinados a mais, que brancos no mesmo período. Isto é genocídio?

(...) numa sociedade de classe, a justiça não pode deixar de ser uma justiça de classe, não só porque os juízes juristas recebem uma educação universitária que os filhos de classe pobre não podem ter, mas porque, se a lei é expressão dos interesses da classe dominante, é inevitável que o juiz, como fiel interprete da lei, acabe sendo, muitas vezes sem dar-se conta, um instrumento de domínio social da classe que está no poder (...) (BALDEZ, 2012, p. 4).

2 O RACISMO EM QUESTÃO: HOMICÍDIO E JUVENTUDE

A consciência negra é, em essência, a percepção pelo homem negro da necessidade de juntar forças com seus irmãos em torno da causa de sua atuação – a negritude de sua pele – e de agir com um grupo, a fim de se libertarem das correntes que os prendem em uma servidão perpétua. Procura provar que é mentira considerar o negro uma aberração do “normal”, que é ser branco. É a manifestação de uma nova percepção de que, ao procurar fugir de si mesmos e imitar o branco, os negros estão insultando a inteligência de quem os criou negros. Portanto, a Consciência negra toma conhecimento de que o plano de Deus deliberadamente criou o negro, negro. Procura infundir na comunidade negra um novo orgulho de si mesma, de seus esforços, seus sistemas de valores, sua cultura, religião e maneira de ver a vida. (STEVE BIKO, 1990, p. 5)

Neste capítulo utilizo o conceito de homicídio para me referir aos assassinatos dos jovens, pois o homicídio está relacionado sempre a algum atrito interpessoal que leva à morte de um ou do outro que está em conflito. Segundo Minayo & Neto (1994, p. 199), “o homicídio pode ser considerado a expressão máxima da exacerbação dos conflitos das relações interpessoais”. A exacerbação do racismo leva aos homicídios dos jovens negros, conforme os índices de homicídios expostos. Para Waiselfisz (2013, p. 8), “o homicídio tem como característica uma agressão intencional de terceiros, que utiliza qualquer meio para provocar danos, lesões que levam à morte da vítima”.

O homicídio pode ser considerado como o resultado de um conflito interpessoal que tem a intenção de provocar a morte do outro. Os dados levam a inferir que os assassinatos de jovens pobres e negros têm como implicação o racismo na nossa sociedade, que tem uma seletividade na raça desses jovens assassinados.

Segundo Guimarães (2012, p.79), “para que o racismo entrasse na agenda das ciências sociais brasileiras seria preciso que fosse, antes, posto na agenda política como tema. E quem poderia acusar o racismo e defini-lo, senão quem o sofre?”. Esta pergunta de Guimarães é fundamental para a compreensão do que está ocorrendo com os jovens negros na nossa sociedade. Da mesma forma que Brandão²² (2004, p. 110) ao afirmar que “(...) mesmo as mais severas condições de pobreza dificilmente promovem uma completa

²² Brandão: Miséria da periferia: desigualdades raciais e pobreza na metrópole do rio de Janeiro (2004).

homogeneização entre brancos e negros e isto mostra a impossibilidade de reduzir a questão racial no país a uma questão de classe social”. Segundo Guimarães (2012, p. 48-49), as ações discriminatórias podem levar ao extermínio, porém são poucos os estudiosos²³ que discutem o extermínio da juventude negra. Guimarães (2012, p. 49) aponta o extermínio de jovens pobres e negros como “decorrente do preconceito” ou do transbordamento do racismo.

2.1 Racismo como determinante primário da violência e do extermínio

Pensar em classe para discutir a miséria na qual vive a população negra, acaba por invisibilizar o racismo como determinante primário, tanto da miséria como do extermínio que está passando a população negra. “(...) o racismo brasileiro apenas torna-se visível quando a estrutura social brasileira deixa de ser pensada e imaginada nos termos de uma sociedade de classes, nos moldes europeus, e passa a ser conceitualizada nos termos de uma sociedade hierárquica (...)” (GUIMARÃES, 2005, p. 83).

Segundo pesquisa da Anced, que analisou os dados sobre os homicídios dolosos contra crianças e adolescentes brasileiros levantados por uma comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Federal, no período de 1988 e 1990 foram mortos 4.661 adolescentes com até 17 anos. Segundo os estudos, estes adolescentes não tinham envolvimento com a criminalidade nem com o tráfico de drogas. Os índices representam cerca de quatro assassinatos por dia, sendo 52% praticados por policiais ou vigilantes da segurança privada. Dos mortos, 82% eram negros, 67% do sexo masculino, tendo ficado a maior faixa entre os adolescentes com 15 a 17 anos (BARROS, 2005, p. 28-29).

Em três décadas foram assassinados 407.169 jovens no Brasil, conforme Waiselfisz (2013, p. 17), confirmando-se um cenário que está além de fatos relacionais, o que parece ser o caso desses assassinatos em massa, que podem ser caracterizados conceitualmente como extermínio.

Consideramos que o “racismo como determinante primário” (HASENBALG, 1979, p. 114) é uma variável importante como motivadora desses assassinatos, pois, os “(...) adolescentes e jovens pobres entre 15 e 19 anos são os grupamentos mais atingidos pelos homicídios dolosos no país” (BARROS, 2005, p. 27). Um dado importante neste índice é

²³ Ver: Souza, (1993); Neto e Minayo, (1994); Souza, (2003)); Lemgruber (2004), Barros, (2005/2006).

que a maioria absoluta é de negros, o que deve constituir marca importante nos estudos da questão racial em nosso país.

O extermínio de jovens, negros e pobres está presente tanto no macroterritório que é o país como em seus microterritórios, que são os municípios. Em 1998, em Salvador, a maioria absoluta das mortes violentas atingiu pessoas negras (BARROS, 2005, p. 27). Estes assassinatos ainda são uma realidade em todo o país, dos quais destacamos os dois Estados que mais matam jovens no total, Bahia e Rio de Janeiro. Essa estatística me leva a inquirir se existe um extermínio de jovens negros em nossa sociedade.

Segundo Neto e Minayo:

Em relação ao conceito de extermínio, embora do ponto de vista acadêmico se venha preservando um cuidado na utilização do termo, a realidade tem sido forte em reafirmá-la. As expressões “execução sumária”, “assassinatos em massa”, “eliminação”, “morte não acidental” “chacina”, “desova” e “execução extrajudicial” escondem todas, histórias de vida de gente pobre, social e ideologicamente excluída (...). (NETO E MINAYO, 1994, p.211).

O Unicef (2011, p. 39-40), referindo-se aos dados do Ministério da Saúde, de 2009, mostra que a taxa de homicídio dos jovens entre 15 a 19 anos por 100 mil era de 43,2, o que dava em média 19 jovens assassinados por dia no Brasil.

Foram cometidos “407.169 mil homicídios entre 1980 e 2011” contra jovens no país (WAISELFISZ, 2013, 17). Os jovens assassinados na nossa sociedade são a materialidade concreta e alarmante desse extermínio.

De acordo com estudos produzidos por Waiselfisz (2012, p. 30), foram assassinados, em 2010, 19.840 jovens negros e 6.503 jovens brancos.

(...) entre 2002 e 2010 a taxa de homicídio de jovens brancos cai de 40,6 para 28,3 em cada 100 mil, o que representa uma queda de 30,1%, a taxa dos jovens negros não acompanhou esse movimento, pelo contrário, ainda cresceu, passando de 69,6 para 72 homicídios em cada 100 mil negros. (WAISELFISZ, 2012, p. 33)

Não temos na mídia discussões sobre o “racismo como determinante primário” (HASENBALG, 1979, p. 114) dos assassinatos da população negra e jovem, que possibilitem um debate em nível nacional, visando explicitar os dados referentes à temática, que são alarmantes. Utilizar o racismo como determinante primário é o mais apropriado para uma profunda reflexão a respeito dos assassinatos de jovens negros e pobres perpetrado pela nossa sociedade racista.

Sendo o perfil racial negro o requisito preferencial dos jovens que são assassinados na nossa sociedade, se for pobre e negro o risco de ser exterminado é maior do que sendo branco e pobre. Segundo Júnior & Lima (2011, p. 21), “no conjunto da população residente nos 226 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, calcula-se que a possibilidade de um adolescente negro ser vítima de homicídio é 3,7 vezes maior em comparação com os brancos. Podemos refletir que na nossa sociedade racista os jovens negros são as maiores vítimas de assassinatos. As oportunidades em todos os setores ficam com a população branca, quanto mais clara for a pele maior será a mobilidade em todos os setores da sociedade. Hasenbalg (1979, 235-36), com muita propriedade, afirma que esses gradientes de cor favorecem a população branca.

As principais implicações do contínuo de cor são que: a) como regra geral, as oportunidades diferenciais de mobilidade social ascendente estão ligadas a diferentes matizes de cor; b) parte dos membros mais claros e ambiciosos da população não-branca pode ser absorvida nos níveis médio e eventualmente superior do sistema branco, sem constituir uma ameaça ao monopólio de propriedade, poder e prestígio da classe dominante branca. (HASENBALG, 1979, p. 235-236)

É importante observarmos a análise de Barros (2005, p. 27) que afirma: “A maioria das mortes violentas atingiu pessoas entre 12 e 19 anos, dos quais 93% eram de negros, 95% moravam na periferia e 98% tinham baixa escolaridade. Mais da metade da população jovem brasileira não completou o Ensino Fundamental”. Esse dado de 98% dos adolescentes negros com baixa escolaridade, que Barros (2005, p. 27) analisa na sua tese de doutorado, corrobora o que Hasenbalg (1979, 185) já explicitava no fim da década de 70:

(...) as desigualdades raciais na educação são mostradas em sua verdadeira magnitude. A desigualdade racial de oportunidades educacionais – definida como diferenças na realização educacional de acordo com a adstrição racial – aparece claramente na distinta distribuição de pessoas brancas e não-brancas na hierarquia educacional.” (HASENBALG, 1979, 185)

O autor conclui que os não-brancos sofrem desvantagens em todas as fases do processo de transmissão de status²⁴, enquanto os brancos têm todas as vantagens, “devido às práticas discriminatórias sutis e de mecanismos racistas mais gerais, os não-brancos têm

²⁴ Acredito que as desvantagens dos negros não estar só na transmissão do status, ou o que Bourdieu (1996, p. 30-31) chama de capital econômico, capital cultural e capital político, mas principalmente na raça/cor.

oportunidade educacional mais limitadas que os brancos de mesma origem social” (HASENBALG, 1979, 220-221).

Entretanto, em relação aos assassinatos de jovens, os negros têm um alto índice em relação à população branca, o que levou Lemgruber (2004, p. 2) a afirmar que “diversos estudiosos sustentam que o Brasil assiste a um verdadeiro genocídio de jovens pobres, sobretudo negros (...)”. São afirmações que devem nos levar a refletir, pois já faz uma década que se alertava para o extermínio de jovens pobres e negros que continuam ocorrendo no nosso país e em particular no Município de Duque de Caxias, objeto desta pesquisa.

2.2 O racismo institucional e a violência dirigida a jovens negros e pobres

Algumas ações têm sido desenvolvidas para o enfrentamento desta questão no país, como a pesquisa realizada pelo Senado Federal em conjunto com a Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) da Presidência da República, que tem como intuito a ampliação dos debates sobre a igualdade racial e contribuir no processo de esclarecimento e conscientização da população brasileira sobre a importância do enfrentamento do racismo.

O Brasil apresenta uma das taxas de homicídio mais altas do mundo, com registro anual de 50.000 mortes por ano. Entre os jovens, a proporção de mortes é duas vezes maior se comparada com a idade adulta. E entre os jovens brasileiros que morrem, 78% são negros²⁵.

Para analisar a violência contra os jovens negros e pobres, utilizarei a definição da Organização Mundial de Saúde, que afirma que a violência é:

(...) o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (OMS, 2002)

Discute-se sobre os assassinatos em números proporcionais, assim como em números absolutos, a fim de que se possa fazer uma leitura social crítica desses

²⁵ <http://anistia.org.br/direitos-humanos/blog/mortes-na-favela-dpav%C3%A3o-pav%C3%A3ozinho-devem-ser-totalmente-esclarecidas-e-autor>> Acessado em 25/04/2014.

assassinatos, levando em consideração o racismo como variável, nos possibilitando compreender os assassinatos em massa dos jovens negros e pobres.

É fundamental para compreendermos quais são os fatores que determinam os assassinatos da juventude negra e pobre que possamos ter uma variável que responda de forma concreta a esses assassinatos. Pode ser o racismo? Acredito que esta variável não deve ser descartada. Segundo Hasenbalg (1979, p. 114), “o racismo, como construção ideológica incorporada em e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação racial, é o determinante primário da posição dos não-brancos nas relações de produção e distribuição”. Se o racismo é o determinante primário que determina um conjunto de práticas discriminatórias, podemos inferir, com base em Hasenbalg (1979, p. 114), que o extermínio de jovens negros faz parte desta prática racista na nossa sociedade.

É necessário olhar para o passado para compreendermos o presente e fazermos um futuro diferente, onde todos tenham direito de viver independentemente da cor da pele. Compreender a nossa história marcada por violência contra a população negra é imprescindível, para entender o extermínio de jovens negros e pobres. (PRIORE, 2009, p. 8)

Segundo o Ipea (2013, p.13), “o negro é duplamente discriminado no Brasil, por sua situação socioeconômica e por sua cor de pele. Tais discriminações combinadas podem explicar a maior prevalência de homicídios de negros vis-à-vis o resto da população”.

A juventude negra não se constitui de seres humanos diferentes, o que há é a discriminação racial contra os jovens negros e pobres, que são tratados diferentemente devido ao preconceito racial que ainda vigora na nossa sociedade racista (IPEA, 2013, p. 2). A raça a qual estes jovens pertencem influencia em como estes jovens são tratados.

“(…) enquanto a taxa de homicídios de negros no Brasil é de 36 mortes por 100 mil negros, a mesma medida para os “não negros” é de 15,2. Essa razão de 2,4 negros para cada indivíduo de outra cor morto é muito mais ampla quando se analisa a vitimização por Unidades Federativas.” (IPEA, 2013, p. 6)

Cabe ao Estado Democrático de Direito proteger todos os seres humanos de acordo com seus princípios fundamentais da Constituição de 1988, no qual destacamos no seu artigo I, o inciso III, “A dignidade da pessoa humana”, proteger a vida de todas as pessoas, independente da sua raça é um dever do Estado Democrático de Direito.

O Estado deveria fornecer aos cidadãos, independentemente de sexo, idade, classe social ou raça, uma ampla estrutura de proteção contra a

possibilidade de virem a se tornar vítimas de violência. Este é um direito do qual nenhum indivíduo poderia ser legitimamente excluído, fundamento do próprio contrato social. Contudo, a segurança pública é uma das esferas da ação estatal em que a seletividade racial se torna mais patente. (JÚNIOR & LIMA, 2011, p. 21)

No Brasil²⁶, a exposição da população como um todo à possibilidade de morte violenta já é grande. Ser negro corresponde a pertencer a um grupo de risco, pois a cada três assassinatos, dois são de negros. Somando-se a população residente nos 226 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, calcula-se que a possibilidade de um adolescente negro ser vítima de homicídio é 3,7 vezes maior em comparação com os brancos.

Wieviorka (2003, p. 168) afirma que o racista quer a destruição do outro ser humano devido ao fato de ele ser branco e se achar superior, buscando inferiorizar o outro por ser negro.

O racismo, se considerarmos nosso ponto de vista sobre as duas lógicas que o fundamentam, é feito ao mesmo tempo de inferiorização, interditando os grupos discriminados de se beneficiarem de um tratamento igualitário, e de diferencialismo, tendo por objetivo rejeitá-los, mantê-los à margem, até mesmo destruí-los. (WIEVIORKA, 2003, p. 168)

Segundo pesquisa da CNI-Ibope²⁷, “quase metade da população (46%) se mostra a favor da adoção da pena de morte no Brasil, enquanto a mesma parcela de brasileiros é contra esta medida”, 46% da população legitima de forma direta ou indireta o extermínio de jovens negros. O racista quer a destruição do outro ser humano, porque pensa que “ser branco determina características morais e intelectuais e estéticas dos indivíduos” (SCHUMAN, 2014, p. 83). O ser humano no geral e o branco em particular, através de uma educação que não discute a questão racial criticamente, internaliza a ideia de superioridade fortalecendo o racismo.

A implementação da Lei 10.639/2003 é fundamental para a desconstrução do racismo e a **construção de uma sociedade, onde haja realmente uma igualdade racial, que por enquanto não há.**

²⁶Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20248&catid=8&Itemid=6>. Acessado em 18-10-2013.

²⁷Disponível em: <<http://brasil247.com/pt/247/rio247/19555/46-dos-brasileiros-apoiam-a-pena-de-morte.htm>>. Acessado em 27/7/2012.

Acredito que intelectuais comprometidos com a questão racial e social devem compreender a realidade para transformá-la. A convicção de que tudo o que acontece no mundo deve ser compreensível pode levar-nos a interpretar a história por meio de lugares comuns. Compreender não significa negar nos fatos o chocante, eliminar deles o inaudito, ou, ao explicar fenômenos, utilizar-se de analogias e generalidades que diminuam o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa, antes de mais nada, examinar e suportar conscientemente o fardo que nosso século colocou sobre nós, sem negar sua existência, nem vergar humildemente ao seu peso. Compreender significa, em suma, encarar a realidade sem preconceitos e com atenção e persistir a ela, qualquer que seja. (ARENDETT, 1989, p. 13)

Esta característica indica a relação entre o racismo e o racista e os assassinatos dos jovens negros no Estado do Rio de Janeiro. Segundo Waiselfisz (2012, p. 30), em 2002 foram 3.008 jovens negros contra 1.407 jovens brancos assassinados – percebe-se que a quantidade de jovens negros assassinados é mais que o dobro; em 2006 foram 2.668 jovens negros e 1.090 jovens brancos assassinados – os jovens negros continuam sendo assassinados mais que o dobro em relação aos jovens brancos; em 2010 foram 1.899 jovens negros e 736 jovens brancos assassinados – neste ano também mais que o dobro de jovens negros assassinados em relação aos jovens brancos. O racismo mata em nossa sociedade a população negra e particularmente os jovens negros (IPEA 2013, p. 15).

Confunde-se segregação racial com racismo, o primeiro é um caso particular do segundo. Mas os números são evidentes. Segundo nossos cálculos, mais de 39 mil pessoas negras são assassinadas todos os anos no Brasil, contra 16 mil indivíduos de todas as outras “raças”. **Pra além da extinção física, há milhares de mortes simbólicas por trás das perdas de oportunidades e de crescimento pessoal que muitos indivíduos sofrem, apenas pela sua cor de pele. São vidas perdidas em face do racismo no Brasil.** (IPEA, 2013, p. 15 grifo nosso)

Os assassinatos em massa da população jovem negra mostram que há sim, grupos juvenis sob ameaça de serem assassinados por causa da sua raça. No ano de 2010 foram assassinados no Brasil 19.840 jovens negros e 6.503 jovens brancos (WAISELFISZ, 2012, p. 30).

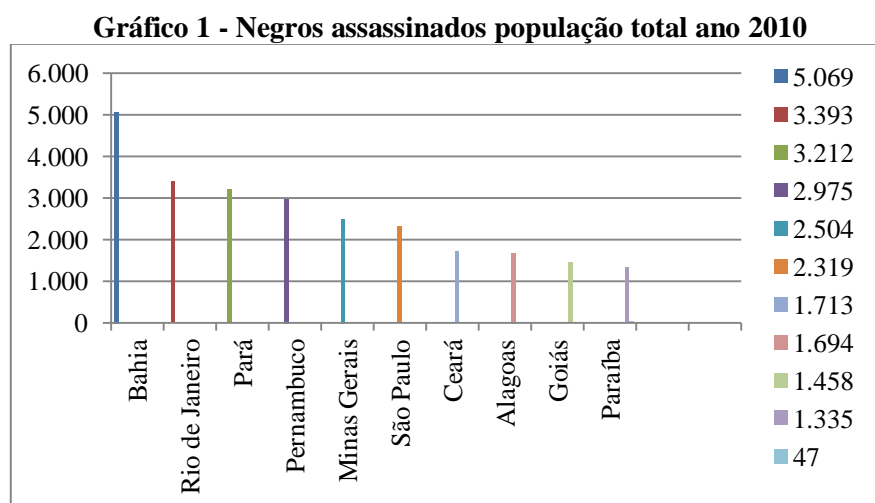
Os jovens entre 15 e 29 anos que são negros, pobres, das periferias e das favelas são as maiores vítimas de uma violência intencional, que resulta na morte desses jovens. Segundo Paixão (2010, p. 257), no “Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil, 2009-2010”, entre 2001 e 2007 foram assassinados 15.433 jovens negros contra 7.392 jovens brancos com idades entre 15 e 17 anos. Percebe-se que os assassinatos de jovens negros são mais que o dobro dos jovens brancos; os assassinatos de jovens negros, entre 18

e 24 anos, foram de 65.102, no mesmo período, entre 2001 e 2007, foram assassinados 32.721 jovens brancos – a diferença é de 32.381 jovens negros assassinados.

Esses dados mostram que o racismo é uma variável importante para a discussão e compreensão dos assassinatos dos jovens negros e pobres. Segundo o Ipea (2013, p.5), “(...) a ideologia do racismo afeta a prevalência de homicídios de negros”. O racismo é uma variável que deve ser considerada para explicar estes assassinatos em massa dos negros na nossa sociedade.

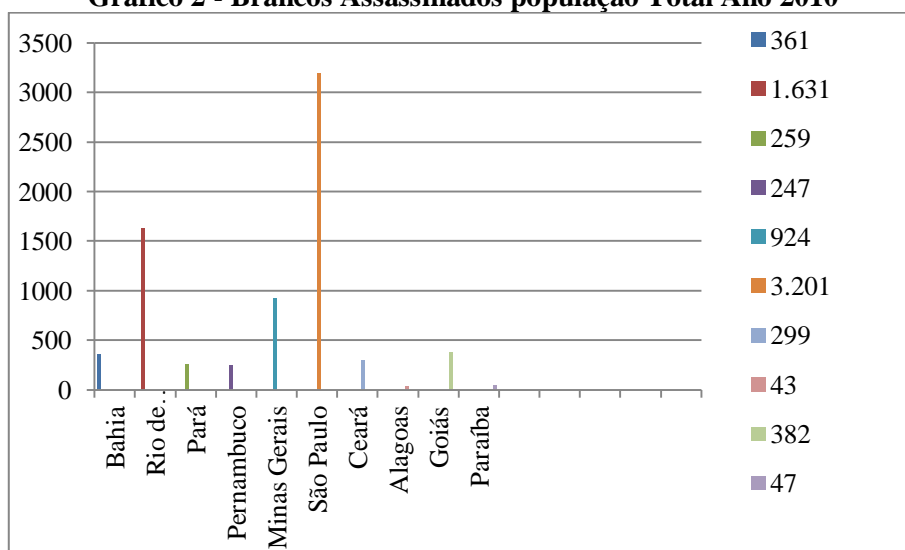
Caracterizar o perfil dos jovens assassinados é uma forma de dar visibilidade e suscitar debates e pesquisas sobre estas questões, porém os dados obtidos através do Unicef (2011, p. 39-40) não fazem essa caracterização do perfil dos jovens assassinados no Brasil, o que dificulta um debate que possibilite o aprofundamento dos fatores que geraram esses assassinatos.

O Gráfico 1 mostra o quanto se mata negros no Brasil, comparando com o Gráfico 2, onde se encontra o número de assassinatos da população branca no mesmo período.



Fonte: Mapa da Violência: A cor dos homicídios no Brasil, 2012, p. 12

Gráfico 2 - Brancos Assassinados população Total Ano 2010



Fonte: Mapa da Violência: A cor dos homicídios no Brasil, 2012, p. 12.

Quando analisamos os gráficos 1 e 2, confirmamos o que Ipea (2013, p. 6), segundo as informações do SIM/MS e do IBGE (2010), afirma sobre a vitimização da população negra em relação à branca. Houve 5.069 assassinatos em números absolutos da população negra (Gráfico 1) e 361 assassinatos da população branca (Gráfico 2) no mesmo período de 2010 (WASELFSZ, 2012, p. 12). Verifica-se a desproporcionalidade dos assassinatos da população negra em relação à população branca. Esses dados corroboram que a base desses assassinatos em massa é o racismo.

As taxas por 100 mil habitantes, conforme o Gráfico 2, nos permitem refletir sobre a proporção de negros que são assassinados em nosso país, sem que a sociedade se mobilize contra esse “extermínio” (GUIMARÃES, 2012, p. 49) que tem a ver com a naturalização²⁸ da violência contra a população negra.

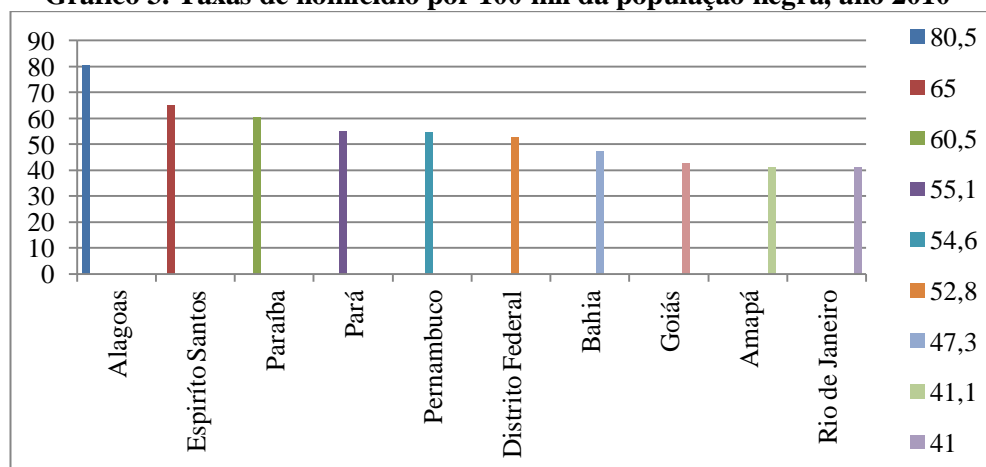
No país, a Bahia está em primeiro lugar em números absolutos de assassinatos de negros, o que leva a pensar na afirmação do Ipea (2013, p. 5) de que “a ideologia do

²⁸ A naturalização é uma construção social que é internalizada e tida como natural. Segundo Bourdieu (1998, p. 161 grifo nosso) “A estrutura do espaço social se manifesta, assim nos contextos mais diversos, sob a forma de oposições especiais, o espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. Não há espaço. Em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizada e que não exprima **as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma** (mais ou menos) **deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta: diferenças produzidas pela história podem, assim, parecer surgidas da natureza das coisas** (basta pensar na ideia de “fronteira natural”). É o caso, por exemplo, de todas as projeções espaciais da diferença social entre os sexos (na igreja, na escola, nos lugares públicos e até em casa)”.

racismo afeta a prevalência de homicídios de negros”. Isto posto, faz com que o Estado da Bahia, em 2010, tenha sido o que mais matou a população negra em números absolutos, com 5.069 assassinatos de negros contra 361 brancos assassinados no mesmo período. Quando desagregamos, percebe-se que 3.160 são jovens negros assassinados, contra 203 jovens brancos assassinados (WASELFISZ, 2012, p. 12-30).

No Gráfico 1, o Rio de Janeiro é o segundo que mais mata negros no país em números absolutos, com 3.393 assassinatos em massa da população negra. Na medida em que utilizamos a taxa por 100 mil habitantes o Estado do Rio de Janeiro cai para a 10ª posição. O Espírito Santo, que não está entre os dez Estados que mais matam negros na população total: em 2010 foram 1.303 negros e 287 brancos assassinados no Espírito Santo, ficando o Estado em 12º em nível nacional, passa para o segundo lugar quando utilizamos a taxa por 100 mil habitantes. Para uma melhor compreensão da taxa por 100 mil habitantes, o Gráfico 3 mostra a taxa de assassinatos em massa da população negra.

Gráfico 3. Taxas de homicídio por 100 mil da população negra, ano 2010



Fonte: Mapa da Violência: a cor dos Homicídios no Brasil 2012.p. 15.

A partir destes dados podemos refletir o quanto o racismo mata na nossa sociedade. Para os pobres que vivem nas favelas e nas periferias os dados apresentados demonstram que as mortes são seletivas. Passa-se por uma seletividade racial em que se define quem deve viver – os jovens brancos, em geral, e os da classe média e alta, em particular – e quem deve morrer – os jovens pobres e negros. “Quando consideradas todas as violências letais, isto é: homicídios, suicídios e acidentes, os homens de cor negra são os que apresentam a maior perda de expectativa de vida” (Ipea, 2013, p. 8).

Nas últimas três décadas, segundo Waiselfisz (2013, p. 17) – que divulgou os índices de assassinatos da população jovem brasileira de 15 a 24 anos entre 1980 e 2011 –, houve 407.169 mil homicídios, o que equivale a quase a população total do município de Niterói - RJ, que é de 487.562 (IBGE, 2010).

Segundo as informações de Waiselfisz (2012, p. 12), os assassinatos por 100 mil habitantes na população total por raça colocam o Estado de Alagoas em primeiro lugar em assassinato de negros em nível nacional, sendo que, quando observamos o Estado de Alagoas, nos anos de 2002, 2006 e 2010, encontramos os seguintes dados: em 2002 foram 650 negros e 107 brancos assassinados; em 2006 foram 1.073 negros e 64 brancos assassinados e em 2010, foram 1.694 negros e 43 brancos assassinados. Percebe-se que o número de brancos assassinados foi baixando, enquanto o número de assassinatos de negros foi subindo.

Em números absolutos, Alagoas é o oitavo estado que mais mata negros, com 1.694 assassinatos no ano de 2010. A Bahia, que é o primeiro em números absolutos, com 5.069 assassinatos de negros em 2010, passa a ser o sétimo, quando utilizamos a proporção por 100 mil habitantes (WAISELFISZ, 2012, p. 12).

A população total de negros do Estado de Alagoas²⁹ é de 2.080.646, o que corresponde a 67,9% da população total do Estado de Alagoas, já a população branca é de 984,955 pessoas, o que equivale a 32,1% da população total do Estado de Alagoas, a população negra de Alagoas é um pouco mais que o dobro da branca. Mas, quando analisamos os assassinatos verificamos que na população negra é de 172 assassinatos por 100 mil negros, enquanto na população branca é de 8 assassinatos por 100 mil brancos. Isto faz com que Alagoas fique em primeiro lugar do país, devido as altas taxas de homicídios da população negra (WAISELFISZ, 2012, p. 15).

Em relação à população da Bahia, o IBGE, (2010) disponibiliza no seu site os seguintes dados, 10.690,306 ou 77,5% são de negros e 3.110,605 ou 22,5% são de brancos. A Bahia tem o maior percentual de negros do Brasil, e é também o Estado que mais mata negros no país. Segundo Waiselfisz (2012, p. 12) na Bahia em números absolutos foram assassinados 5.069 negros em 2010 e 361 brancos no mesmo período.

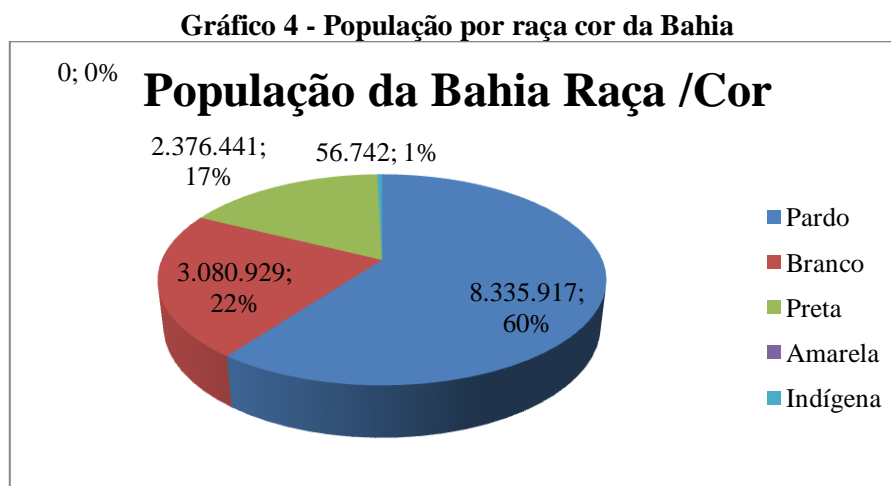
²⁹ Disponível em <<http://monitoramento.seppir.gov.br/paineis/pjv/index.vm?f=vulnerabilidades>> Acessado em 3/6/2014.

São 104 assassinatos por 100 mil jovens negros e 25 assassinatos por 100 mil jovens brancos,³⁰ constituindo-se em perda de expectativa de vida para a população jovem e negra da nossa sociedade. Foram assassinados em 2010 na Bahia 3.160 jovens negros, no mesmo período foram assassinados 203 jovens brancos. Waiselfisz (2012, p. 30).

Levando em conta os altos índices de assassinatos da população jovem e negra nota-se, no Mapa da Violência (2012, p. 14), que, apesar destes índices, o mapa registra em menos de uma linha escrita o aumento de assassinatos na Bahia, e não faz nenhuma crítica a esse “extermínio” (GUIMARÃES, 2012, p. 49) da população jovem e negra, e aos altos índices de assassinatos no país. Segundo o Ipea (2013, p. 15), “os números são evidentes”, não há como refutá-los.

A Paraíba, que registra o menor índice de assassinatos de negros na população total, entre os dez Estados que mais matam negros, atinge os 1.335 assassinatos. Este índice ainda é alarmante, pois esse mesmo Estado registra 47 assassinatos de brancos na população total.

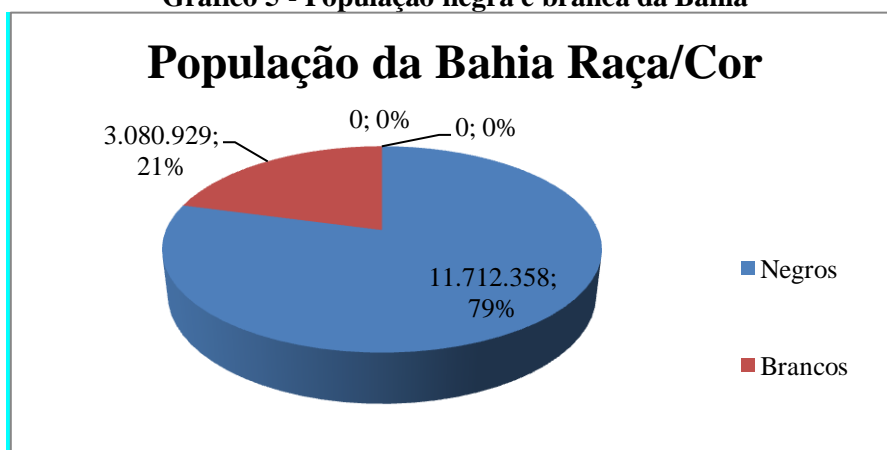
A Bahia registra 5.069 assassinatos de negros na população total e 316 assassinatos de brancos na população total (WAISELFISZ, 2013, p. 12).



Fonte: IBGE – 2010

³⁰Disponível em <<http://monitoramento.seppir.gov.br/paineis/pjv/index.vm?f=vulnerabilidades>> Acessado em 3/7/2014.

Gráfico 5 - População negra e branca da Bahia



Fonte: IBGE - 2010

Segundo o Censo do IBGE (2010), a população parda representa 60% do total da Bahia enquanto a branca representa 22% da população total, ficando perto da população preta que representa 17% da população total. O Estado da Bahia tem uma população total de 14.016.906 habitantes.

Esta população quando somada (parda e preta), conforme o Gráfico 5, mostra que o percentual de negros é de 79% da população da Bahia (IBGE, 2010).

Enquanto a média nacional de adolescentes vivendo em situação de extrema pobreza³¹ era de 17,6% em 2009, entre os meninos e meninas negros, o índice verificado foi de 22%. Os adolescentes negros que vivem nas regiões Norte e Nordeste são ainda mais vulneráveis. No Norte, a extrema pobreza atingia 13% dos adolescentes brancos em 2009, Já entre os negros esse número era quase o dobro, 24%. No Nordeste, enquanto 26% dos meninos e meninas brancos eram extremamente pobres em 2009, entre os negros esse índice era de 31,5%. (UNICEF, 2011, p. 51, grifo nosso).

³¹UNICEF (2011, p. 30) – O IBGE, a partir dos dados do Censo 2010, identificou no país 16 milhões de pessoas que vivem com renda per capita mensal de até R\$ 70, 00. Essa é a linha da extrema pobreza definida pelo governo federal, que embasa o programa Brasil sem Miséria. Embora o governo brasileiro tenha adotado esse recorte de extrema pobreza, optamos por utilizar, neste relatório, dados do IBGE sobre famílias extremamente pobres cuja renda per capita é inferior a 1/4 do salário mínimo (o que, em valores de 2011, representa renda per capita menor que R\$ 128,50). O objetivo é fazer a desagregação por idade, uma vez que os dados relativos ao novo conceito definido pelo governo somente estão disponíveis para o ano de 2010 e por grupos etários previamente agregados.

2.3 O racismo nas políticas públicas

Os assassinatos em massa, de jovens, negros e pobres pode ter como implicação primária o racismo, que tem no racista o desejo de destruir fisicamente a população negra e particularmente a juventude negra (WIEVIORKA, 2006, p. 180). Basta verificamos os dados expostos, uma vez que o racismo na nossa sociedade ensejou a importação de europeus com o intuito de branquear fisicamente o país (HASENBALG 1979, p. 156). O encarceramento da população pobre também é um extermínio indireto da população negra, e outras políticas de cooptação, manipulação e dominação buscam atacar diretamente a população negra.

Foram adotadas várias estratégias para mascarar o objetivo real, que naquela época como hoje era o embranquecimento da população, muitas vezes de forma sutil, sem se referir à questão racial explicitamente. Utilizou-se de ideologias racistas, como a da inferioridade racial do negro, para justificar a imigração do europeu para o Brasil. Azevedo (2006, p. 21-23), refletindo sobre a estratégia da imigração dos europeus em massa para a nossa sociedade, afirma que não houve “(...) quaisquer questionamentos a respeito da mentalidade racista e segregacionista a norteá-la”. O “racismo que mata”, tanto em épocas anteriores, como na atualidade, não se discute (IPEA, 2013, p. 15).

Este pensamento, segundo Azevedo (2006, p. 20- 21), influenciou os estudos de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, que também concordaram que o negro escravizado ou liberto “(...) se negava ao trabalho ou então era incapaz de se adequar aos esquemas contratuais do trabalho livre, deixando-se vencer facilmente pela concorrência dos imigrantes europeus (...)” (AZEVEDO, 2006, p. 21). Agora, no século XXI, apesar de não se utilizar este discurso, a elite branca mantém o sentimento do preconceito racial, como forma de garantir e legitimar a obediência da raça negra, visando manter os privilégios em todos os setores da nossa sociedade, privilégios no qual o discurso de superioridade tem como base o racismo, segundo Guimarães (2012, p. 55).

São quatro os sentimentos sempre presentes no preconceito racial: o de superioridade, o de que a raça subordinada é intrinsecamente diferente e alienígena, o de monopólio sobre certas vantagens e privilégios, e o medo ou suspeita de que a raça subordinada deseje partilhar as prerrogativas da raça dominante. (GUIMARÃES, 2012, p. 55)

Esse projeto de embranquecimento tem seu marco no Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890³², que regularizou a introdução, a localização e o serviço de imigrantes na República do Estado do Brasil. Flauzina (2008, p. 74) afirma que de 1871 a 1920 3,4 milhões de europeus entraram no país. A teoria do branqueamento da população no país, desejado intensamente pela elite social e intelectual da nossa sociedade desde o século XIX, recebeu as bênçãos da ciência, que, segundo Skidmore (1989, p. 81), através do diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda³³, previa que dentro de cem anos não haveria mais negros no Brasil (SKIDMORE, 1989, p. 81).

No Censo de 1890, a população branca representava 44% do total, enquanto os dados (não oficiais) de Roquete Pinto³⁴ davam-na como representando exatamente 50% (não há maneira de verificar a exatidão desses algarismos, uma vez que o censo seguinte, feito em 1920, não foi desmembrado por raças). Mais tarde, o censo de 1940 mostraria que a população branca representava 63% do total nacional. Usando ainda as estatísticas de Roquete Pinto, João Batista de Lacerda produziu gráficos projetando a composição racial da população brasileira até 2012. Durante o século intermediário, a população branca subiria a 80% enquanto a negra cairia para zero e a mestiça para 3% (de um total estimado de 13% em 1912) (SKIDMORE, 1989, p. 83-84).

A imigração europeia modificou a composição racial da população através do processo de branqueamento, basta lembrar que as pessoas de cor como proporção da população total do Sudeste declinaram de 49% em 1872 para 16% em 1950. E comparação, o resto do país experimentou uma taxa de branqueamento mais lenta durante o mesmo período – a população de cor caiu de dois terços para 53% da população (HASENBALG 1979, p. 156-158).

Segundo Nascimento (1978, p. 72), “(...) João Batista de Lacerda, único delegado latino-americano ao Primeiro Congresso Universal de Raças, em Londres, em 1911, afirmou que no ano de 2012 a raça negra teria desaparecido do Brasil (...)”. Pode-se inferir que o desaparecimento da população negra ou o branqueamento do país é parte importante

³²Artigo 1º. É inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á ação criminal do seu país, excetuados os indígenas da Ásia, ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas.

³³Único latino-americano a apresentar um relatório (Os Métis ou mestiços do Brasil) no I Congresso Universal de Raças, em Londres em 1911, no ano seguinte, em 1912.

³⁴ Edgar Roquete Pinto, professor de antropologia do Museu Nacional, RJ. As suas estatísticas não oficiais afirmam que a população branca era, em 1890, de 50%.

do racismo, com seu conjunto de mecanismos utilizados pela elite branca da nossa sociedade “com vistas a assegurar a aquiescência dos racialmente subordinados” (HASENBALG 1979, p. 225).

Importantes dentre esses mecanismos são: a) a cooptação social através da mobilidade ascendente controlada de parte da população de cor – normalmente os mais claros ou mais ambiciosos; b) formas sutis de manipulação ideológica que tendem a ocultar as divisões raciais através de ênfase em formas simbólicas de integração; c) a última ratio da dominação, tal como expressa em formas de repressão (ou ameaça de empregá-las), não diferente daquelas a que o resto da classe baixa está exposta. (HASENBALG 1979, p. 255).

Segundo Hasenbalg (1979, p. 225), “(...) esses mecanismos desmobilizadores operam dentro de um sistema político relativamente rígido (...) tendendo a suprimir a organização autônoma dos grupos subordinados”, de forma que essas vulnerabilidades contribuiriam para que os negros não tivessem condições de se mobilizar. A extrema pobreza constituiria um mecanismo excludente e segregador. Isto também pode ser considerado uma forma de homicídio analisando-se que a extrema pobreza é fator de destruição da vida, pela falta de alimento necessário à manutenção da vida, comprometendo o desenvolvimento biopsicossocioespiritual³⁵ do ser humano. Esta estratégia pode ser pensada como um mecanismo com o intuito de destruir a vida da população negra, dificultando a sua existência, através da “submissão³⁶ intencional do grupo a condições de existência que lhe ocasionem a destruição física total ou parcial”.

Além do extermínio também se destaca a criminalização da pobreza³⁷, principalmente do negro pobre. O Brasil é o quarto país que mais encarcera a sua população no mundo, com 567,655³⁸ seres humanos presos, dados do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. O Brasil está atrás dos Estados Unidos da América, que é o primeiro no ranking mundial que mais encarcera seres humanos, com 2.228,424; em segundo vem a China, com 1.701,344, e em terceiro lugar encontra-se a Rússia, com 676,400 seres humanos presos.

³⁵ Ver: Joanna de Ângelis, psicografia por Divaldo Pereira Franco, 2008, p. 15.

³⁶ Artigo II inciso III da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de genocídio, 1948.

³⁷ Ver: Barros (2005).

³⁸ <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/28746-cnj-divulga-dados-sobre-nova-populacao-carceraria-brasileira>>. Acessado em 10/6/2014.

Quando analisados os números dos seres humanos negros encarcerados no Brasil em 2012, constatamos que 21.989 seres humanos negros foram encarcerados, é quase três vezes o número da população branca encarcerada no mesmo período. No segundo capítulo deste trabalho, discutimos a política social de encarcerar a população negra e jovem.

Segundo os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (LIMA, 2013, p. 68), foram encarcerados 166.610 brancos e 273.253 negros em 2011, e 173.536 brancos e 295.242 negros em 2012. Na contagem por faixa etária, que não discrimina raça, o Anuário contabiliza 134.376 jovens de 18 e 24 anos presos em 2011, população que passou para 143.501 em 2012, um aumento de 9.125 jovens. Na faixa de 25 a 29 anos foram encarcerados em 2011 117.706 jovens, e em 2012, 122.855, um aumento de 5.149 jovens presos (LIMA, 2013, p. 66).

Segundo Malaguti (2003, p. 95), “em nossa região o sistema penal adquire características genocidas de contenção, diferentes das características disciplinadoras dos países centrais”. Para Loïc Wacquant (2007), punir os pobres faz parte da nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Loïc Wacquant (2007) fala da nova gestão da miséria nos EUA encarcerando os pobres e negros, com políticas neoliberais de encarceramento. Encontramos elementos em comum com o sistema prisional brasileiro, que podem nos auxiliar a compreender como funcionam na prática os mecanismos racistas na nossa sociedade.

Nos Estados Unidos, segundo Wacquant (2007, p. 334), “(...) com base nas taxas de encarceramento no início dos anos 1990, a probabilidade acumulada de, durante a vida alguém ser ‘engaiolado’ numa prisão estadual ou federal é de 4% para os brancos, 16% para os latinos e 29% para os negros”. Não temos dados sobre a probabilidade de um negro ser preso em relação a um branco no Brasil. Mas considerando que o índice de assassinato da população negra é de 2,3 negros assassinados para cada branco, referente ao ano de 2010 (WAISELFISZ, 2012, p. 14); e que, segundo o IPEA (2013, p. 3), para o mesmo ano de 2010 o índice foi de 2,4 negros assassinados para cada branco assassinado, pode-se inferir que a probabilidade de um negro ser preso é maior que a de um branco da mesma condição social. Como no caso de Vinicius Romão³⁹.

Vinicius Romão foi preso na Rua Amaro Cavalcanti, minutos depois de deixar o Norte Shopping, em Del Castilho, onde trabalha como vendedor

³⁹ Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/corregedoria-vai-investigar-conduta-de-policiais-civis-na-prisao-de-ator-11709688> Acessado em 25/02/2014.

numa loja de roupas. Ele foi levado para a Casa de Detenção Patrícia Acioli, em São Gonçalo. Parentes e o advogado do ator tentavam, desde então, provar que ele é inocente e foi preso injustamente. Ao site do Extra, o delegado Niandro Lima, titular da 25ª DP (Engenho Novo), disse que a mulher que acusava Vinícius prestou novo depoimento nesta terça-feira, por mais de uma hora, e admitiu ter se enganado no reconhecimento. O tenente-coronel da reserva do Exército Jair Romão de Souza, de 64 anos, pai de Vinícius, disse que perdoa a vítima. Ele irá ao encontro do filho, nesta quarta.

Vinicius Romão não é o primeiro nem vai ser o último a ser encarcerado no país, numa política carcerária seletiva, na qual negros e pobres são maioria absoluta.

A política social de encarceramento faz com que o Brasil seja o quarto no ranking dos dez países que mais aprisionam a sua população, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (2014, p. 17).

Tabela 1 - Ranking dos 10 países com maior população prisional

Estados Unidos da América	2.228.424
China	1.701.344
Rússia	676.400
Brasil	567.655
Índia	385.135
Tailândia	296.577
México	249.912
Irã	217.000
África do Sul	157.394
Indonésia	154.000

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2014.

Quando são computadas as pessoas que estão em prisão domiciliar no Brasil, o total passa de 567.655 para 715.655, um aumento de 148.000 pessoas presas.

No perfil dos seres humanos presos, 295.242 são negros e 173.536 são brancos, com uma diferença de 121.706 negros encarcerados a mais que a população branca (LIMA, 2013, p. 68).

A política de encarceramento vem crescendo, pois, os anos 1990, segundo Behring & Boschetti (2006, p. 189), “registram um crescimento de cerca de 300% da população carcerária na era FHC, em sua maioria homens entre 18 e 30 anos, com ensino fundamental incompleto, sendo 42% mestiços e negros, segundo o Censo Penitenciário (TCU, 2002)”.

Fica evidente que a prisão na nossa sociedade tem uma seletividade racial, faz parte do “conjunto de práticas matérias de discriminação racial” (HANSEBALG, 1979, p. 114)

que visa dificultar a vida da população negra, criando meios de segregá-la. A prisão é um dos mecanismos postos em prática pela população branca para garantir seus privilégios como minoria. Utiliza-se o encarceramento para que a população negra não questione seus direitos sociais.

A penalização serve aqui como técnica para a invisibilização dos ‘problemas’ sociais que o Estado, enquanto alavanca burocrática da vontade coletiva, não pode ou não se preocupa mais em tratar de forma profunda, e a prisão serve de lata de lixo judiciária em que são lançados os dejetos humanos da sociedade de mercado. (WACQUANT, 2007, p. 21)

A prisão, como o assassinato, é um mecanismo racista – para segregar no primeiro caso e destruir, no segundo, a população negra, jovem e pobre do país. Seja ela masculina ou feminina, ela está sendo exterminada sutilmente. Segundo Waiselfisz (2012, p. 60) “(...) podemos observar que, mesmo com grandes diferenças entre as Unidades Federadas, a tendência geral desde 2002 é: queda no número absoluto de homicídios na população branca e de aumento nos números da população negra.”

Também as políticas de saúde interferem na sobrevivência da população negra. Uma pesquisa realizada pela Fiocruz⁴⁰ sobre o “perfil dos usuários de crack e/ou no Brasil” entre 2011/2013 mostra que 78,7% são do sexo masculino, 20% dos usuários são brancos (FIOCRUZ, p. 8-9). Isto quer dizer que 80% dos usuários de crack são negros. Se esses 80% de usuários de crack fossem brancos, as autoridades do nosso país já teriam tomadas todas as providencias para prevenir o uso dessa droga, mas como são negros, os deixam abandonados e desamparados sem uma política social que os protejam.

Quando consideradas todas as violências letais – isto é: homicídios, suicídios e acidentes –, os homens de cor negra são os que apresentam a maior perda de expectativa de vida, 3,5 anos de vida, contra 2,57 dos homens de outra cor/raça. Proporcionalmente esse diferencial é bem maior quando considerados apenas os homicídios. Enquanto o homem negro, ao nascer, perde 1,73 ano de vida, o homem não negro perde 0,81 devido a essa causa de mortalidade, que se constitui no principal componente do diferencial de perdas totais. Entre as mulheres, a perda de expectativa de vida devido a todas as mortes violentas é bem menor: 0,65 para as negras e 0,74 para as não negras. É interessante notar que, quando comparamos as mulheres negras e não negras, há uma inversão nas perdas totais,

⁴⁰ Fundação Oswaldo Cruz.

que ocorre em face de uma maior vitimização de mulheres não negra por acidentes (IPEA, 2013, p. 8).

Segundo Malaguti (2003, p.102)

É impossível compreender o quadro geral dos direitos humanos no Brasil sem precisar historicamente a articulação do direito penal público a um direito penal privado, a partir do regime escravocrata, na implantação de um sistema penal genocida, cúmplice das agências do Estado imperial-burocrata no processo de homicídio, mutilação e tortura da população afro-brasileira. As matrizes do extermínio e da desqualificação jurídica frutificam na implantação da ordem burguesa no final do século XIX e na recepção da doutrina de segurança nacional no século XX, nas políticas urbanas de apartação e nas campanhas de lei e ordem. (MALAGUTI, 2003, p. 102)

As evidências demonstram que permanece o tratamento diferenciado para negros e brancos, não só na saúde, mas em todos os setores da sociedade, pois nascer negro no Brasil é permanecer em desvantagem em relação ao branco, mesmo quando comparado com pessoas brancas, da mesma posição social, o negro vai sempre sair perdendo, devido aos mecanismos sutis de discriminação (HANSEBALG, 1979, p. 220-221).

Compreender o atendimento à saúde da mulher negra, que deveria prolongar sua existência, tem um efeito negativo na vida da mulher negra com uma expectativa de vida de 66 anos e para o homem negro é menor, 62 anos, a má qualidade do atendimento reflete na expectativa de vida da população negra, por causa da discriminação racial. A mulher branca é a que tem maior expectativa de vida, 71 anos, e o homem branco, 69 anos (CRUZ, 2004, p. 450).

Esses mecanismos discriminatórios levam à morte da mulher negra, muito mais que as mulheres brancas. A forma racista pela qual a mulher negra é tratada na saúde é a responsável pela sua morte.

(...) entre as mulheres, de 25 anos ou mais, que nunca fizeram exame de mama 28,7% são brancas, enquanto 46,3% são negras. Com relação às principais causas de morte materna, (...) em 2007 a mortalidade das mulheres negras por eclampsia era de 43,92%, enquanto para brancas é 13,14%, e o percentual de mulheres negras que morrem por aborto foi mais de 3 vezes maior do que as brancas por aborto. (SALVATERRA, PACHECO & ALVES, 2012, p. 7)

É interessante notar que no século XXI, apesar do discurso da democracia racial e da harmonia racial, a mulher negra permanece morrendo, devido ao tratamento discriminatório na área da saúde, segundo Cruz (2004, p. 450) ao afirmar que “na área da

saúde existe racismo institucional e este pode ser evidenciado/ detectado em processos, atitudes ou comportamentos que denotam discriminação derivada de estereótipos”. Ela corrobora o racismo como determinante primário dessas “mortes”. Passados oito anos da afirmação de Cruz, temos em 2012 explicitamente publicizado pela Assessoria Técnica de Gestões Estratégica e Participativa/Subsecretaria Geral do Estado do Rio de Janeiro, a disponibilização de dados e suas análises que justificam políticas específicas para a população negra resultado do racismo institucional.

Segundo Pacheco,

Racismo é doença social que causa sofrimento físico e psicológico, por isso deve ser questão confrontada através de Políticas de Saúde Pública (...). Vimos, portanto, apresentar razões que justificam a urgência de implantação de políticas específicas para que as populações pretas e pardas tenham acesso igualitário à saúde no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro. (PACHECO, 2012, 5).

Outra causa de **genocídio como forma de dominação política no Brasil**, com argumentos do combate ao tráfico de drogas, levaram as forças policiais a serem responsáveis por 915 homicídios em 2003, em São Paulo, segundo o Radar Social (BEHRING & BOSCHETTI, 2006, p. 189), os quais qualificam de genocídio. As autoras já explicitava que estava ocorrendo no país um genocídio, mas não caracterizam a raça da população vitimada.

A política social do extermínio e encarceramento é a que chega para esta população jovem de 15 a 29 anos no Município de Duque de Caxias.

Entre 1980 a 2010 as taxas de homicídio no Brasil referentes às crianças e adolescentes cresceram 346%. Não podendo eliminar a criança no ventre antes que nasça, mata-se depois. “As taxas chegaram a 13,8 assassinatos para cada 100 mil crianças e adolescentes do país em 2010” (WAISELFISZ, 2012, p. 47).

O Brasil tem um percentual significativo de adolescentes e jovens, ele deve proteger essa população de ser assassinada.

O Brasil é um país jovem: 30% dos seus 191 milhões de habitantes têm menos de 18 anos e 11% da população possui entre 12 e 17 anos, uma população de mais de 21 milhões de adolescentes. Por isso, é essencial que o Brasil atenda às necessidades específicas da adolescência nas suas políticas. Caso contrário, corre-se o risco de que um grupo tão significativo e estratégico para o desenvolvimento do país fique invisível em meio às políticas públicas que focam prioritariamente na primeira fase da infância e na fase seguinte da juventude. (UNICEF, 2011, p.4).

O Brasil⁴¹ é a sexta economia do planeta com um Produto Interno Bruto R\$ 4,143 trilhões, que não reflete as condições de vida em que a população de zero a onze anos e a de doze a dezessete anos vivem, sendo respectivamente 48% e 38% vivendo na pobreza. (UNICEF, 2011, p. 29). E a população jovens de 15 a 29 anos a maior vítima do assassinato em massa. A falta de investimentos em políticas públicas que atendam a essa população não é por causa de verba, mas de vontade política dos governantes. (FRANCO, 2010, p. 29-30).

A miséria na qual vive a população negra é parte do conjunto de práticas matéricas racistas que levam essa população a ter uma vida na qual é discriminada cotidianamente.

O racismo no brasileiro operou quase sempre, depois da escravidão, por meio de mecanismos de empobrecimento, ou seja, de destituição cultural e econômica dos negros, e de mecanismos de abuso verbal, utilizando-se, sobretudo, dos carismas de classe e cor. Em geral, o racismo brasileiro, quando publicamente expresso, aparece em discursos sobre a inferioridade cultural dos povos africanos e do baixo nível cultural das suas tradições e seus descendentes. Grosso modo, esse racismo atravessou duas grandes fases: a da discriminação racial aberta, mas informal e secundada pela discriminação de classe e sexo, que gerava segregação, de fato, em espaços públicos e privados (praças e ruas, clubes sociais, bares e restaurantes, etc.); e a fase atual, em que, com a discriminação e a segregação raciais sob a mira, apenas os mecanismos estritos de mercado (discriminação de indivíduos e não de grupos) ou psicológicos, de inferiorização de características individuais (autodiscriminação), permitem a reprodução das desigualdades raciais. (GUIMARÃES, 2005, p. 226).

A desigualdade social reflete-se na violência. “(...) morrem proporcionalmente 107,6% mais negros do que brancos, isto é, mais que o dobro (WASELFSZ, 2010, p.116). Essa realidade ainda faz parte da Baixada Fluminense (em Nilópolis foram assassinados três adolescentes de 17 anos; 2 de 16 anos e 1 jovem de 19 anos, matéria do jornal O Dia de terça-feira 11/09/2012) conforme afirma Lemgruber (2004, p. 3). “São os pobres e os negros e, entre esses, os mais jovens, as vítimas preferenciais da violência letal”. São negros 71% dos 16,2 milhões de brasileiros que vivem na extrema pobreza (CNAS, 2011, p. 7).

A miséria no Estado brasileiro de acordo com as pesquisas do Censo 2010 que diz que “a pobreza e a pobreza extrema têm rosto de criança e de adolescente” (UNICEF, 2011, p. 29), sendo que o Estado brasileiro não cuida dessa população conforme o Estatuto

⁴¹ Disponível em <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/brasil-cresce-2-7-em-2011-e-se-consolidou-como-6a-economia-mundial>.

da Criança e do Adolescente no seu artigo 4º, que é incisivo em relação aos direitos e a prioridade desta população de 21 milhões de cidadãos na primazia das políticas públicas. E consolida a assertiva no parágrafo único do mesmo artigo, ao especificar qual a prioridade que cabe ao Estado assegurar para que criança e o adolescente tenham uma qualidade de vida. Para que a família possa desempenhar seu papel de proteção integral à criança e ao adolescente se faz necessário, que o Estado dê condições aos responsáveis e suporte, para que eles atendam suas necessidades de acordo com a “dignidade da pessoa humana” expresso na Constituição de 1988 no seu artigo 1º. E possa cuidar se seus filhos.

É necessário compreendermos o papel de determinados intelectuais de diversas áreas da nossa sociedade que reproduz a ideologia a serviço da classe dominante branca na perpetuação das desigualdades raciais e sociais.

Segundo Gramsci,

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político; o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. (...). (GRAMSCI, 1982, p. 3-4).

Para tanto dar visibilidade a uma questão como o racismo e a extrema pobreza é um desafio, onde o “grande problema para o combate ao racismo, no Brasil, consiste na eminência de sua invisibilidade, posto que é reiteradamente negado e confundido com formas de discriminação de classe” (GUIMARÃES, 2005, p. 226). O autor continua afirmando que este tipo de discriminação ocorre mais com os homens do que com as mulheres, por se tratar de um espaço público e sendo legitimada pelo fato de quem a realizar ser um agente do Estado (GUIMARÃES, 2004, p. 76). “(...) O que faz alguém ser confundido com um assaltante? (...) as justificativas dadas pelos agressores para a discriminação nos ensina que o mais importante para a confusão das posições sociais é a cor da pessoa.” (GUIMARÃES, 2004, p. 76).

Quando analisamos os dados coletados verificamos que a desigualdade sociorracial presente em 1888 (HASENBALG, 1999, p. 8) permanece no século XXI, no qual a soma da população preta e parda que ganha de 5 a 10 salários mínimos chega a 6.866 enquanto a população branca é de 7.196; quando o salário está entre 10 a 15 mínimos o número de negro que recebe é de 642; o de branco, 744; na medida em que o salário vai subindo a

diferença vai ficando maior, para quem ganha entre 15 a 20 mínimos, a população negra é de 269 e a branca de 442; de 20 a 30 salários, os negros são 90 pessoas e os brancos são 157 e para quem recebe mais de 30 salários mínimos são 52 pessoas negras para 66 brancas. Por isso Hasenbalg (1992, p. 10) afirma com muita propriedade que,

“(…) No Brasil tudo se passa como se a magnitude dos problemas sociais e econômicos enfrentados pelo país jogasse para um futuro indefinido a discussão do racismo, um problema aparentemente menor, quase que resolvido pela nova constituição no seu artigo 5º parágrafo XLII. Sendo assim, continuam a aparecer interessantes relatórios de pesquisa sobre trabalho de campo em favelas que sequer mencionam a composição racial das mesmas, nem questionam porque há tantos negros e mestiços favelados.” (HASENBALG, 1992, p. 10)

Para uma parcela significativa da nossa sociedade que internalizou, legitimou e naturalizou ao longo do tempo os conceitos de que a “Riqueza das Nações” (SMITH, 1996) está na sua renda per capita, faz com que a miséria seja aceita como natural e não uma *permanência da desigualdade socioeconômica e racial*, sendo que o livro supracitado foi escrito em 1776. “*A Riqueza das Nações* não foi uma obra escrita com pressa, como se o autor tivesse ainda vivas no cérebro as impressões hauridas de leituras recentes. A redação da obra engloba no mínimo os 27 anos que vão desde 1749 até 1776.” (CANNAN *Apud* SMITH, 1996, p. 55). Esses conceitos ainda são utilizados pelas nações inclusive o Brasil. Diante dos fatos discorridos em relação ao Brasil de forma a que venhamos relacionar os acontecimentos tratados na literatura específica a nível nacional ao município de Duque de Caxias. Para tanto as informações em nível da riqueza do país e do município são simétricas.

Qual será a Verdadeira Riqueza das Nações⁴²? O Relatório do Desenvolvimento Humano coloca como prioridade que “as pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação” (PNUD, 2010, p. iv), buscando desconstruir uma ideologia já naturalizada na sociedade brasileira, na americana como da europeia, onde o capital é mais importante que a vida humana, o lucro é o fim em qualquer lugar, por isso “(…) o capital pode sempre se mudar para locais mais pacíficos se o compromisso com a ‘alteridade’ exigir uma aplicação dispendiosa da força ou negociações cansativas (…)” (BAUMAN, 1999, p. 18). O relatório acrescenta três novos índices para melhor medir o desenvolvimento humano além da

⁴² Este é o título do Relatório de Desenvolvimento Humano 2010 – Edição do 20º Aniversário: “A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano”, que coloca o ser Humano acima do capital. O título faz menção a Riqueza das Nações de Adam Smith, obra já citada.

renda, esperança de vida e alfabetização, agora tem a “(...) desigualdade multidimensional, as disparidades de gênero e a privação extrema. O IDH ajustado à Desigualdade de Gênero e o Índice de Pobreza Multidimensional” (PNUD, 2010, p. v), trará perspectivas novas e importantes para combater a miséria no Brasil nas suas várias dimensões. Para tanto se faz necessário que os indicadores não se limitem em apenas mostrar dados (números), é imprescindível que esses dados sirvam para a formulação de políticas sociais públicas de forma a diminuir a desigualdade sociorracial brasileira.

A desconsideração de muitos governantes em relação ao povo que estorcega na miséria, faz que as favelas e morros vomitem os seus revoltados habitantes para as periódicas ondas de *arrastão* que estarrecem. Sucede que o bem não indo ao seu encontro, tem que enfrentar o mal que prolifera e que desce do lugar que se homizia buscando solução, mantendo comportamentos selvagens. As cidades, grandes e pequenas, tornam-se praças de guerras não-declaradas, porque as necessidades dos sofredores não são atendidas e alguns poderosos que governam, locupletam-se com os valores que deveriam ser destinados, à educação, à saúde, ao trabalho, ao recreio dos cidadãos(...) (FRANCO, 2010, p. 28-29)

Em uma economia de consumo onde já não se precisa de tantos trabalhadores negros, o que fazer com a população que provavelmente não encontrará trabalho? “Só podem estar certos de uma coisa: excluídos do único jogo disponível, não são mais jogadores, e, portanto não são mais necessários” (BAUMAN, 2005, p. 22). Será que este sistema capitalista é o responsável por esta política de extermínio que estamos vivenciando atualmente, devido a grande quantidade de “refugo humano” não ser mais útil? A sua força de trabalho, que mesmo sendo jovem não tem valor?

Priore (2009, p. 8) ao afirmar “Não será a primeira vez que o saudável exercício de ‘olhar para trás’ ajudará a iluminar os caminhos que agora percorremos, entendendo melhor o porquê de certas escolhas feitas por nossa sociedade.” (PRIORE, 2009, p. 8). Possibilita-nos fazer esse exercício de procurar na atualidade a relação entre negros escravizados, hierarquia: racial e social e desigualdade: racial e social, assassinato e pobreza. Dessa forma explica-se a permanência do racismo como determinante da miséria da população negra na atualidade. 71% da população, que se encontra em extrema pobreza são negros. (CNAS, 2011, p. 7). Um passado, escravocrata que está presente no século XXI.

Segundo o IPEA (2013, p. 21),

Há grande desigualdade entre brancos e negros no que diz respeito à distribuição da segurança. Esta desigualdade é explicitada pelas maiores taxas de vitimização da população negra. Pode-se tomar como referência a taxa de homicídios. Se, devido à situação de insegurança no país, a exposição da população como um todo quanto à possibilidade de morte violenta já é grande, ser negro corresponde a pertencer a uma população de risco: a cada três assassinatos, dois são de negros. (WASELFSZ, 2011)

No conjunto da população residente nos 226 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, calcula-se que a possibilidade de um adolescente negro ser vítima de homicídio é 3,7 vezes maior em comparação com os brancos (PRVL, 2010). (IPEA, 2013, p. 21).

Para tanto, é imprescindível o entendimento deste processo ideológico onde o racismo foi internalizado através da educação, legitimado pelo Estado e naturalizado no seu cotidiano e nas relações sociais em todas as hierarquias sociais (GUIMARÃES, 2005, p. 32). Em uma “sociedade hierarquizada” ou de classe, a educação tem um papel fundamental de legitimar, naturalizar o racismo, a extrema pobreza ou a desigualdade socioeconômica e racial de forma que haja uma acomodação mental. Na qual a população em geral, e a população negra especificamente, internalize através de um processo ideológico na educacional estrategicamente elaborado, que ela é a culpada, pela sua própria condição social, na qual se encontra, e não o racismo com seu sistema de desigualdades de oportunidades, inscrita na estrutura da nossa sociedade que dificulta o acesso da população negra sutilmente em todos os setores da sociedade. (GUIMARÃES, 2004, p. 18).

A estratégia de dominação da população branca é alienar os negros, para que eles naturalizem a dominação e se submetam sem questionar, a imposição da população branca, que foi assimilada através de uma ideologia sutil, que culpa o negro pela sua posição miserável, na qual a população negra acaba por aceitar e naturalizar a miséria e o assassinato da juventude negra. (GOMES, 2007, p. 534-535). A dominação naturalizada pelos negros a população branca só precisa manter o processo. Segundo Guimarães (2005, p. 33) “Ademais, o processo de “naturalização” está presente em todas as hierarquias sociais, sendo um traço constitutivo das relações de dominação.”

A ideia de natureza (e de grupo natural) não pode ser eliminada das relações sociais, onde ocupa - mesmo que nos repugne ver - um lugar central ideologicamente escondida (já que a ideologia se esconde sob a ‘evidência’), a forma ‘natural’, quer seja do senso comum ou já institucionalizada, constitui o âmago dos meios técnicos que utilizam as

relações de dominação e de força para se impor aos grupos dominados. (GUILLAUMIN *Apud* GUIMARÃES, 2005, p. 33).

Os dados estatísticos já supracitados dá visibilidade da extrema pobreza, da hierarquização racial e dos assassinatos, da população negra, que luta para sobreviver apesar, das praticas materiais de discriminação racial que ainda existe na sociedade brasileira. (HASENBALG, 1979, p. 114). Que tem o objetivo de dificultar a sua existência ao máximo.

A violência e a pobreza tem cor no Estado brasileiro, a educação também tem. Segundo o Unicef referindo-se ao ano de 2009, constatou que 75,6% dos adolescentes brancos entre 16 e 17 anos tinham ensino fundamental completo, para os indígenas 61,8% e os negros na mesma faixa etária, o percentual era de 56% (UNICEF, 2011, p. 51).

Quando se trata de assassinato há uma inversão, em relação a população branca que teve uma queda, passou de 18.852 para 14.308 uma queda de 24,1%, porém, os assassinatos na população negra passou de 26.915 para 30.193 um crescimento de 12,2% (WAISELFISZ, 2010, p. 57 a 62). Diante dos dados expostos podemos afirmar que o ‘refugio humano’ no Brasil tem cor e que “(...) os depósitos de lixo devem ser estabelecidos dentro da localidade que os tornou supérfluos.” (BAUMAN, 2005, p. 101). Tais locais emergem em todas as grandes cidades, ou na maioria delas.

Destacamos o Município de Duque de Caxias que é o primeiro do Estado e o (88º) octogésimo oitavo no ranking de assassinatos de jovens. Entre os (100) cem Municípios mais matam jovens no total. (WAISELFISZ, 2012, p. 55).

Em uma sociedade hierarquizada ou de classe, a educação pode reproduzir as desigualdades raciais e sociais como natural. Por isso, ela tem um papel fundamental de inculcar, legitimar e naturalizar o racismo, o assassinato, dizendo que, quem foi morto é bandido ou usuário de droga. Além de culpabilizar a população, que esta na extrema pobreza e sem condição socioeconômica, de forma que haja uma acomodação, e essa população não lute por seus direitos, e viva na miséria. (NOGUEIRA & NOGUEIRA, 2002, p. 18-19).

Enquanto isso, O Estado brasileiro ainda recusa-se a admitir que haja um genocídio de jovens negros e pobres. Os dados demonstram que há uma matança seletiva no país e no Município de Duque de Caxias.

Esta é a discussão do capítulo 3.

3 A CONSTRUÇÃO DA VIOLÊNCIA E DA POBREZA CONTRA O NEGRO, SENDO INTERNALIZADA DESDE O BRASIL COLÔNIA E NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS

Desde os cinco anos merecera eu a alcunha de “menino diabo”; e verdadeiramente não era outra coisa; fui dos mais malignos do meu tempo, arguto, indiscreto, traquinas e voluntarioso. Por exemplo, um dia quebrei a cabeça de uma escrava, porque me negara uma colher do doce de coco que estava fazendo, e, não contente com o malefício, deitei um punhado de cinza ao tacho, e, não satisfeito da travessura, fui dizer à minha mãe que a escrava é que estragara o doce “por pirraça”; e eu tinha apenas seis anos. Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia, — algumas vezes gemendo, mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um — “ai, nhonhô!” — ao que eu retorquia: — “Cala a boca, besta!” — Esconder os chapéus das visitas, deitar rabos de papel a pessoas graves, puxar pelo rabicho das cabeleiras, dar beliscões nos braços das matronas, e outras muitas façanhas deste jaez, eram mostras de um gênio indócil, mas devo crer que eram também expressões de um espírito robusto, porque meu pai tinha-me em grande admiração; e se às vezes me repreendia, à vista de gente, fazia-o por simples formalidade: em particular dava-me beijos. (ASSIS, 1994, cap. XI, p. 15 *apud* PRIORE, 2009, p. 244)

Esse capítulo aborda algumas formas de tratamento da população negra no Brasil em diversos períodos históricos, e como esse processo influenciou a construção sociohistórica do Município de Duque de Caxias, que há décadas é o município do Estado com maior índice de assassinatos de crianças, adolescentes e jovens (WASELFISZ, 2010, p. 57-79 e 99).

Já no Brasil Colônia, não havia sensibilização diante da matança de negros. Suicídios de crianças negras, apavoradas com o que presenciavam, constituía-se em realidade cotidiana da população negra. Segundo Priore (2009, p. 244), “a esta permissividade que alimenta o sadismo infantil, soma-se a crueldade das torturas impostas aos negros adultos e, não raro, ocorrem suicídios de crianças negras, desesperadas diante do trágico espetáculo”. O negro era considerado propriedade, e sua vida pertencia aos donos.

A indiferença diante da morte de um ser humano negro no Brasil Colônia permanece na atualidade. Segundo o Ipea (2013, p. 88), 55,8% se chocam menos com a morte violenta de um jovem negro do que com a morte violenta de um branco.

No Brasil, a partir do regime escravocrata, articulam-se historicamente o direito penal público e o direito penal privado na implantação de um sistema penal genocida, cúmplice das agências do Estado Imperial-burocrata no processo de homicídio, mutilação e tortura da população afro-brasileira. (MALAGUTI, 2003, p. 35)

3.1 A violência e a pobreza como processo educativo de submissão do negro no Brasil Colônia e sua permanência no Município de Duque de Caxias

Para Foucault, “a colonização foi o primeiro desenvolvimento do racismo, o genocídio colonizador” (MALAGUTI, 2003, p. 157). Por isso, este “exercício de olhar para trás” (PRIORE, 2009, p. 8) faz com que possamos entender a formação histórico-sócio-cultural dos habitantes do Brasil Colônia e do Município de Duque de Caxias marcada pela violência.

Quando os portugueses chegaram utilizando-se de métodos educativos com base na violência, que foi sendo internalizada, legitimada e naturalizada no seu cotidiano e, em particular, na formação histórico-sociocultural do país, a estratégia era manter a população na ignorância e no isolamento. (GOMES, 2007, p. 113)

O isolamento buscava fazer com que os habitantes aceitassem toda uma forma de opressão, sem questionar e sem se rebelar, pois o processo socializador através da educação intentava condicioná-los para que eles se acomodassem e se submetessem à elite dominante, caso contrário poderiam ser punidos. O sofrimento físico era uma forma de obter obediência e submissão, e a violência, uma forma de relação social (ADORNO apud GUERRA, 1998, p. 31).

“O castigo físico em crianças não era nenhuma novidade no cotidiano colonial. Introduzido, no século XVI, pelos padres jesuítas, para horror dos indígenas que desconheciam o ato de bater em crianças, a correção era vista como uma forma de amor” (PRIORE, 2009, p. 96-97).

Nessa formação, a criança aprende que ser branca é ser superior, é educada para se tornar indiferente ao sofrimento do outro ser humano, negro, podendo reproduzir a mesma violência com perversidade. (PRIORE, 2009, p. 244).

3.2 A Construção sociohistórica do Município de Duque de Caxias

Duque de Caxias⁴³ é um dos 13 municípios que compõem a Baixada Fluminense, Região do Estado do Rio de Janeiro composta também por Belford Roxo, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. Duque de Caxias é o município do Estado onde mais se assassinam crianças, adolescentes e jovens (WASELFISZ, 2010, p. 57- 79 e 99).

A violência⁴⁴ em Duque de Caxias é anterior à própria construção do Município. Alves (2003, p. 21-22) afirma que a violência física e o extermínio são práticas características da Região: “No caso da Baixada [Fluminense], essa violência específica se concretiza a partir dos anos 60 até os dias de hoje, através das execuções sumárias realizadas por grupos de extermínio”.

A história⁴⁵ de Duque de Caxias é marcada por violentas disputas na demarcação de seus territórios, na formação de lideranças políticas e por permanentes e crescentes assassinatos de jovens negros e pobres. A violência é uma característica da região com altos índices de pobreza e assassinatos, “(...) matéria prima a partir da qual se produziu a vinculação da região com a violência, sobretudo através dos meios de comunicação” (ALVES, 2003).

A Baixada Fluminense tem 1,2 milhão de habitantes que vivem com meio salário mínimo, segundo reportagem do jornal O Dia de 31/8/2014. A reportagem é assinada por Hilka Telles.

Segundo Telles,

A realidade socioeconômica da Baixada é um pesadelo para 33,7% de seus moradores. Estudo da Casa Fluminense, que se dedica a discutir a Região Metropolitana do Rio, mostra que, de seus 3,6 milhões de habitantes, 1.213.297 vivem abaixo da linha da pobreza, com renda de até meio salário mínimo. Desses, 507.640 (42%) sobrevivem com até 25% do salário (TELLES, 2014, p. 4).

⁴³ “Na Baixada, 1,2 milhão vive com meio salário”. Disponível em <<http://baixadarj.webnode.com.br/municipios-da-baixada-fluminense>>. Acessado em 21/8/2014.

⁴⁴ Segundo Alves (2003, p. 41) a Baixada Fluminense já viveu o genocídio, quando houve modificações na estrutura fluvial-marítima de locomoção na segunda metade do “século XIX associadas a um conjunto de mudanças em outros diferentes fatores, farão surgir um período de decadência para a região, que mais uma vez passará por modificações tão velozes e intensas quanto as desencadeadas pelo genocídio dos jacutigas.”

⁴⁵ Para maior aprofundamento ver Alves (2003), que detalha como foi construída a Baixada Fluminense e o município de Duque de Caxias.

Esta é a realidade dos Municípios que compõem a Baixada Fluminense. A Figura 1 mostra a localização de cada Município e suas fronteiras.

Figura 1 – Municípios da Baixada Fluminense



Fonte: <<http://baixadarj.webnode.com.br/municipios-da-baixada-fluminense>>. Acessado em 21/08/2014.

José Claudio de Souza Alves⁴⁶, em pesquisa a respeito da Baixada Fluminense e particularmente do Município de Duque de Caxias, ressalta a importância dos quilombos na resistência dos negros escravizados em busca da sua liberdade e na formação da região, que deu origem ao município de Duque de Caxias.

A população negra escravizada no Brasil Colônia e particularmente no Município de Duque de Caxias sempre resistiu ao processo de escravização, desde quando foi traficada da África. Segundo Reis,

Os escravos, principalmente os nascidos na África, revoltaram-se com muita frequência, em movimentos grande e pequeno, ora longamente planejados e visando à abolição geral, ora por meio de golpes mais modestos que previam punir um senhor ou feitos mais tirano. As fugas representavam um estilo mais constante de rebeldia, tanto por aqueles que as empreenderam como aventura individual, misturando-se à massa negro-mestiça livre como pelos que se juntaram para formar quilombos, os quais floresceram em grande números, em cada lugar onde a escravidão fincou raízes, fosse no mato, na montanha ou nas vizinhanças de fazendas e vilas, pequenas e grandes cidades. (REIS, 2000, p. 84)

⁴⁶ Para aprofundamento recomendamos o livro que utilizamos no presente trabalho – Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense, 2003. Autor: José Cláudio Souza Alves. Mestre em Ciência Política – PUC/RJ; Doutor em sociologia – USP; Professor Titular de Sociologia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Essa resistência que Reis constata no macroterritório (Brasil Colônia) pode ser observada também no Município de Duque de Caxias, um microterritório. A população escravizada também se revoltava, fugia da escravização e organizava-se em quilombos para viver com liberdade. O negro nessa região (atual Duque de Caxias) sempre lutou por sua liberdade. A revolta como resistência faz parte da vida, e do cotidiano da população negra em todas as épocas⁴⁷, e o quilombo era sua maior expressão por liberdade (ALVES, 2003, p. 37).

Segundo Alves,

Paralelo ao surgimento da Vila Iguçu, os quilombos que se formaram entre as freguesias de N. Sra. do Pilar e S. Antonio de Jacutinga lançam uma luz significativa sobre as relações sociais que constituíam aquela região. Mencionados desde 1812, esses quilombos representavam a única grande divergência frente à estrutura de poder quase totalitária que se havia constituído. Por que então, mais de 50 anos depois, o ministro da Justiça, manifestando sua preocupação ao Imperador, referia-se a esses quilombos comparando-os à Hydra de Lerna da mitologia grega, isto é, a um monstro cuja cabeça cortada ressurgia do fundo do pântano como outras duas? De onde vinha essa capacidade de resistir e se perpetuar frente à ordem dos fazendeiros escravocratas? (ALVES, 2003, p. 37)

O mito da Hydra de Lerna servia para manter os escravocratas longe dos quilombos. Era uma estratégia dos negros escravizados para viver no quilombo em paz, com propósito de garantir sua segurança, diante dos escravocratas que realizavam expedições para prender e castigar os negros que fugiam das fazendas em busca de liberdade (ALVES, 2003, p. 37-38).

Vivendo na faixa entre os rios Iguçu e Sarapuí, formada por imensos pântanos e que no período das cheias quase se transformava num enorme rio pelo transbordo das águas, os quilombos tinham nessa microrregião sua maior segurança contra as expedições punitivas. Mas se essas não podiam secar os pântanos, como ocorreria na lenda da Hydra, havia outros recursos e estratégias. (ALVES, 2003, p. 37-38)

O autor faz a seguinte indagação em relação às “expedições punitivas” que não tiveram êxito: “Por que elas falharam ao longo de mais de meio século?” (ALVES, 2003, p. 38). Ele mesmo responde que ou os barqueiros faziam negócios com os negros que moravam nos quilombos ou esses assaltavam a embarcação; havia também a troca de

⁴⁷ A população negra sempre resistiu a escravização, basta olhar para as revoltas no século XIX: “ em 1831 temos no Pará a Cabanagem; 1832 em Pernambuco a Setembrada; 1835 no Sul a Farrroupilha; 1835 dos Malês na Bahia; 1837 a Sabinada na Bahia; 1839 a Balaiada no Maranhão e em 1849 Praieira no Maranhão.” Flauzina (2008, p. 47).

alimentos entre os taberneiros, que recebiam em troca lenha em grande quantidade dos quilombolas, que resistiram até o fim da escravização⁴⁸ (ALVES, 2003, p. 38).

No início do século XX, a reforma do então prefeito Pereira Passos (1902-1906) no município do Rio de Janeiro teve o objetivo de expulsar a população pobre do município para a Baixada Fluminense, que seria o lugar ideal para esconder essa população negra e pobre, chamada de “entulho humano” pela sociedade (ALVES, 2003, p. 55).

(...) que adequariam o centro do Rio de Janeiro à sua função de grande porto internacional exportador de café e capital da nova elite cosmopolita, teriam agora um excelente lugar para despejar o entulho humano resultante tanto das demolições dos cortiços e cabeça-de-porco, como das proibições de ambulantes e mendigos no centro. As novas funções do Rio de Janeiro só seriam possíveis com as novas funções da Baixada. O “solar” Rio de Janeiro encontrava o seu “noir” definitivo, uma Baixada afastada o suficiente das suas belezas naturais a ponto de não prejudicar o “boom” imobiliário e próxima o bastante para permitir o ir e vir diário do insubstituível trabalhador. (ALVES, 2003, p. 55-56)

O Município de Duque de Caxias tem 855.048 habitantes (IBGE, 2010). Entre os anos de “1910 e 1920 a população do Município de Duque de Caxias passou de 800 para 2.920” habitantes (ALVES, 2003, p. 59). Começava o crescimento populacional da Baixada Fluminense e em particular de Duque de Caxias (ALVES, 2003, p. 56).

O município de Duque de Caxias⁴⁹, com seus 467,619 Km², foi emancipado em 31 de dezembro de 1943, durante o Estado Novo, através do Decreto nº 1.055. No período de 1947 a 1950, a população ultrapassou a casa dos cem mil habitantes. Apesar de o município ser conhecido por cidade dormitório, devido aos moradores encontrarem trabalho somente na capital, que na época era o Distrito Federal, José Claudio Souza Alves (2003) relata que entre os anos de 1948 a 1952 o orçamento do município passou de Cr\$ 4.850.000,00 para Cr\$ 14.496.496,00, sendo o 4º do Estado do Rio de Janeiro, porém a população não usufruía dessa riqueza. O Município é o segundo mais rico do Estado do

⁴⁸ Segundo Alves (2003, p. 40), “apesar de tudo, a história dos quilombos em Iguazu perpetuou-se até o fim da escravidão. Nem mesmo as reações provocadas pelo grande pavor consequente da Revolta dos Malês, em 1835, ou a campanha contra a “onda negra” dos crimes praticados por cativos, no final da década de 70, foram capazes de secar os pântanos sobre os quais os mocambos brotavam. Sua integração/desintegração econômica e social dependeu das ambiguidades de uma ordem encabeçada por senhores ambiciosos e mediatizada por atravessadores que agiam tanto nas margens dos rios como à margem dessa ordem. Sobreviventes a nove grandes expedições punitivas, que deixaram atrás de si capturas, mortes destruições e uma enorme euforia da imprensa, os quilombos de Iguazu revelam uma das faces mais originais da sociedade que se consolidava na Baixada Fluminense: a formação de um setor dominante intocável, que, via processos ilegais, canalizava benefícios para si, ao mesmo tempo que estimulava um setor intermediário como cúmplice e estigmatizava os reais responsáveis pelos seus ganhos por meio da violência legal”.

⁴⁹ < http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/index.php/conheca_caxias/historia_2> Acessado em 13/08/2012.

Rio de Janeiro. Isso demonstra que uma boa parte da população permanece sem usufruir da riqueza que ele produz com sua refinaria de petróleo, a Reduc⁵⁰.

Em 1953, já existiam 133 fábricas em Duque de Caxias, sendo 31 delas panificações. Sete anos mais tarde, Caxias já contava com 206 indústrias, que empregavam 7.738 pessoas. Um ano depois, 1961, o funcionamento já era responsável por 72% do total da transformação industrial no município. (ALVES, 2003, p. 66)

Voltando à segunda metade do século XX, é importante ressaltar que já no final da década de 1950, mesmo a cidade sendo a quarta economia do Estado, a população não tinha uma qualidade de vida compatível com o orçamento municipal. A população tem os piores índices de qualidade de vida. Os índices do município de Duque de Caxias, entre todos da Baixada, eram os piores. O abastecimento de água, que atendia somente 8% dos domicílios, em 1950, reduzia-se ainda mais, em 1960, restrito a apenas 4% dos domicílios. A rede de esgoto simplesmente inexistia. Quando, no início do verão de 1956, o médico da cidade de Caxias Moacyr Rodrigues do Carmo, declarava que por falta de higiene, de recursos econômicos e, principalmente, de água, haviam morrido 150 crianças em 15 dias (...). (ALVES, 2003, p. 67)

A disputa pela terra feita pela especulação imobiliária em Xerém e Belford Roxo, em conjunto com os ‘donos do poder local’, é uma das consequências da violência na Baixada, legitimada pelo golpe militar de 1964 (ALVES, 2003, p. 74).

A violência e a pobreza presentes desde o período de escravização dos negros na Baixada Fluminense refletem o que se passa no Brasil. Segundo Elias (2000, p. 14), “(...) os problemas em pequena escala do desenvolvimento de uma comunidade e os problemas em larga escala do desenvolvimento de um país são inseparáveis.”, desta forma pode-se compreender que a violência, o racismo, a pobreza, são estruturais na formação histórico-socio-cultural do Brasil, do Estado e do Município de Duque de Caxias.

3.3 Duque de Caxias, sua população e sua juventude

A população jovem de Duque de Caxias é de 219.901, com idades entre 15 a 29 anos (IBGE, 2010), cerca de 25% da população total, que é de 855.048 habitantes. Em nível nacional, segundo o Ipea (2013, p.11), “(...) o total de 51 milhões de jovens existentes hoje representa 26% dos quase 200 milhões de habitantes do país”.

O município tem uma população total de 855.048 pessoas, dividido em 301.439 pessoas brancas, 123.130 pessoas pretas, 9.564 pessoas amarelas, 420.050 pessoas pardas e

⁵⁰ Refinaria de Duque de Caxias.

865 indígenas (IBGE, 2010). Dos 855.048 habitantes do Município, 425.357 têm entre 0 e vinte e 29 anos (IBGE, 2010), distribuídos conforme a Tabela 2.

Tabela 2 – População jovem de Duque de Caxias por raça e faixas de idade

IDADE	BRANCA	PRETA	AMARELA	PARDA	INDÍGENA
0 a 4	23.674	5.412	681	29.269	32
5 a 9	22.557	7.363	781	35.266	49
10 a 14	25.423	10.215	861	43.912	61
15 a 17	14.623	6.628	583	24.635	36
18 a 19	9.309	4.152	361	14.669	34
20 a 24	24.780	10.587	946	36.212	60
25 a 29	24.737	11.261	950	35.318	70
Total	144.703	55.618	5.113	219.281	342

Fonte: IBGE - 2010

A soma das populações preta e parda é de 274.899 negros de 0 a 29 anos.

A população negra é maioria absoluta, mas, quando analisamos o perfil socioeconômico, a população branca é a que tem maior rendimento nominal mensal, cálculo feito tendo como referência o salário mínimo e sendo consideradas pessoas de 10 anos ou mais de idade, de acordo o IBGE, 2010. A Tabela 3 mostra a distribuição de renda em salários mínimos por raça.

Tabela 3 - Renda/branca Renda/Preta Renda/Amarela Renda/Parda Renda /Indígena

RENDA	BRANCA	PRETA	AMARELA	PARDA	INDÍGENA
1/4	2.168	1.496	113	4.425	14
1/4 a 1/2	3.290	2.400	166	6.447	14
1/2 a 1	48.652	25.844	1.646	72.277	157
1 a 2	57.168	25.954	1.779	77.284	185
2 a3	20.048	6.793	485	21.708	76
3 a5	13.813	3.664	292	12.630	36
5 a10	7.196	1.492	112	5.374	13
10 a15	744	133	11	519	2
15 a20	442	51	4	218	---
20 a 30	137	19	1	81	1
+ 30	66	6	3	46	-----
Total	153.724	51.951	4.632	200.969	498
Sem renda	101.484	42.503	3.490	154.506	286

Fonte: IBGE - 2010

A soma da população preta e parda que ganha de 5 a 10 salários mínimos chega a 6.866 enquanto a população branca é de 7.196; quando o salário está entre 10 a 15 mínimo o número de negros é de 642; o de brancos, 744; na medida em que o salário vai subindo, a

diferença vai ficando maior: para quem ganha entre 15 a 20 mínimos, a população negra é de 269 e a branca de 442; de 20 a 30 salários, os negros são 90 pessoas e os brancos são 157 e para quem recebe mais de 30 salários mínimos são 52 pessoas negras para 66 brancas. Por isso Hasenbalg (1992, p. 10) afirma que

No Brasil tudo se passa como se a magnitude dos problemas sociais e econômicos enfrentados pelo país jogasse para um futuro indefinido a discussão do racismo, um problema aparentemente menor, quase que resolvido pela nova constituição no seu artigo 5º parágrafo XLII. Sendo assim, continuam a aparecer interessantes relatórios de pesquisa sobre trabalho de campo em favelas que sequer mencionam a composição racial das mesmas, nem questionam porque há tantos negros e mestiços favelados. (HASENBALG, 1992, p. 10)

Os dados estatísticos citados dão visibilidade da extrema pobreza, da hierarquização racial e dos assassinatos que atingem a população negra, que luta para sobreviver apesar das práticas materiais de discriminação racial que ainda existem na sociedade brasileira (HASENBALG, 1979, p. 114).

3.4 Os jovens assassinados no Município de Duque de Caxias

No Brasil foram assassinados, no período de 1980 a 2012, 1.202.245 pessoas Waiselfisz (2014, p. 14). É como se a população total de Duque de Caxias, que é de 855.048 (IBGE, 2010), fosse exterminada em 32 anos.

Diante dos dados pode-se afirmar que a violência estrutural do Estado brasileiro ao longo do tempo foi sendo internalizada por seus habitantes, legitimada pelo Estado e naturalizada, conforme a afirmação de Julita Lemgruber (2004, p.1): “O Brasil não está em guerra, mas nossas taxas de mortes violentas superam até mesmo países que vivem conflitos armados”. Essa violência em nível nacional “macro” terá consequência nos municípios “micro” (ELIAS, p. 14, 2000). Segundo Minayo (1994, p. 7), “a violência não faz parte da natureza humana e não tem raízes biológicas. Trata-se de um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial, mas seu espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade”. Entende-se violência estrutural:

(...) como aquela que oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte. Conforme assinala Boulding (1981), essas

estruturas influenciam profundamente as práticas de socialização, levando os indivíduos a aceitar ou infligir sofrimento, segundo o papel que lhes corresponda, de forma naturalizada. (MINAYO, 1994, p. 8).

Alba Zaluar (1994, p. 215) fala do “faroeste urbano e do medo” em que vive a população do Estado do Rio de Janeiro. Loïc Wacquant (1999, p. 5) relata que em 1999 permanece a miséria e a insegurança proveniente do medo que já faz parte do cotidiano da população.

O fato é que a juventude está sendo exterminada e o Estado, que deveria garantir a vida dessa população, não a protege. Segundo Waiselfisz,

Os 52,2 milhões de jovens que o IBGE estima que existam no Brasil em 2012 representavam 26,9% do total da população. Mas os 30.072 homicídios de jovens que o DATASUS registra para esse ano significam 50,4% do total de homicídios do país, indicando que a vitimização alcança proporções extremamente preocupantes. (WAISELFISZ, 2014, p. 30).

O Brasil tem uma população de “21 milhões de cidadãos com idades entre 12 e 17 anos”, composta de 10.367.477 meninas e 10.716.158 meninos (UNICEF, 2011, p. 21), mas os dados mostram que as políticas públicas não chegam para os 48% das crianças de 0 a 11 anos e para os adolescentes de 12 a 17 anos que vivem na pobreza (UNICEF, 2011, p. 29). Porém, 3,7 milhões destes adolescentes, o que corresponde a 17,6% do total de 21 milhões, vivem em famílias extremamente pobres.

Segundo Waiselfisz, há um

(...) brutal incremento dos homicídios a partir dos 13 anos de idade: as taxas pulam de 4,0 homicídios por 100 mil para 75, na idade de 21 anos. A partir desse ponto, há um progressivo declínio. Nessa faixa jovem, são taxas de homicídio que nem países em conflito armado conseguem alcançar. (WAISELFISZ, 2014, p. 14)

Quando analisamos os dados do Município de Duque de Caxias observamos que este detém o sexto posto em nível nacional no assassinato da população de 0 a 19 anos, o primeiro do Estado do Rio de Janeiro em assassinatos de crianças, adolescentes e jovens (WAISELFISZ, 2010, p. 57-79 e 99).

Mesmo com o ECA, crianças e adolescentes são alvo de assassinatos no Município de Duque de Caxias, segundo Waiselfisz, (2010, p. 57). Foram assassinadas, faixa de 0 a 19 anos, 118 pessoas em 2003; 127 em 2004; 156 em 2005; 219 em 2006; e 189 em 2007.

Os assassinatos de jovens no Município de Duque de Caxias são epidêmicos (WAISELFISZ, 2013, p. 35): 10 homicídios por 100 mil. No Município a taxa de assassinato há décadas passa de 100 assassinatos por 100 mil.

Em um trabalho pioneiro, Edinilsa R. de Souza conseguiu com sua pesquisa explicitar que em 1987 já se matava de forma epidêmica no Município, que já tinha os maiores índices de assassinatos no Estado. “Duque de Caxias é o que possui os maiores coeficientes da Baixada Fluminense. Em 1987, tem 108.96 óbitos por 100 mil habitantes. Também apresenta maiores coeficientes que a capital (86,07) e que o Estado do Rio de Janeiro (95,70) neste mesmo ano” (SOUZA, 1993, p. 57).

Dados do Mapa da Violência de 2008 confirmam os mais de 100 assassinatos por 100 mil habitantes em 2006, conforme Tabela 4.

Tabela 4 - Duque de Caxias - Números de homicídios juvenis de 15 a 24 anos. RJ. Brasil. 2006

2002	2003	2004	2005	2006	Média Taxa Homicídio	Jovens em 2006 (Miles)
225	259	221	295	306	176,8	157,1

Fonte: Mapa da Violência 2008, p. 56.

Observa-se que os assassinatos estão em ordem crescente, apesar de em 2004 ter havido uma queda, provavelmente efeito da campanha⁵¹ do desarmamento naquele ano, instituída a partir do Estatuto do Desarmamento⁵², elaborado em 2003. Em nível nacional, a queda foi verificada para a população branca, enquanto para a população negra houve aumento significativo no índice de assassinatos.

Segundo Waiselfisz,

O número de vítimas brancas caiu de 18.852 para 14.308, o que representa uma queda significativa da ordem de 24,1%. Entre os negros, o número de vítimas de homicídio aumentou de 26.915 para 30.193, o que equivale a um crescimento de 12,2%. Com isso a brecha preexistente cresceu, no quinquênio, 36,3%. (WAISELFISZ, 2010, p. 17)

Essa matança de jovens acontece em outras localidades do país, na maioria de jovens negros, e não se tem uma discussão em nível nacional com o intuito de prevenir

⁵¹ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.884.htm>

⁵² O Estatuto – Lei 10.884 de 17/06/2004 – deu à população portadora de armas sem registro o prazo de 180 dias para regularização de registro ou porte perante a Polícia Federal, ou entrega de boa-fé da arma de fogo com direito a indenização.

esses assassinatos. Segundo o Ipea (2013, p.15), “(...) mais de 39 mil pessoas negras são assassinadas todos os anos no Brasil, contra 16 mil indivíduos de todas as outras ‘raças’”.

Na faixa de 25 a 29 anos houve um aumento significativo de homicídios, segundo a Tabela 5.

Tabela 5 - Duque de Caxias - Número e taxas Médias de Homicídio (em 100.000) na População de 15 a 29 anos. R.J - Brasil 2003/2007

2003	2004	2005	2006	2007	Taxa Homicídio
373	322	413	421	393	175

Fonte: Mapa da Violência 2010, p. 99.

A Tabela 6 demonstra a queda no número de assassinato da população branca no período de 2002 a 2011, e uma linha crescente relativa aos negros.

Tabela 6 - Evolução do número de homicídios da população total de jovens por raça no Brasil. 2002/2010

ANO	BRANCA	PRETA	PARDA	NEGRA	AMARELA	INDÍGENA	TOTAL
2002	6.569	1.712	9.609	11.321	33	20	17.970
2003	6.613	1.969	9.855	11.824	68	20	18.525
2004	5.871	1.695	9.831	11.526	34	17	17.448
2005	5.195	1.518	10.045	11.563	21	33	16.812
2006	5.015	1.539	10.294	11.833	23	32	16.903
2007	4.512	1.559	10.346	11.905	9	45	16.471
2008	4.582	1.506	11.243	12.749	16	49	17.399
2009	4.430	1.449	11.600	13.049	10	34	17.523
2010	4.196	1.496	11.899	13.395	23	41	17.655
2011	3.973	1.482	11.923	13.405	17	31	17.426
Total	50.983	15.925	106.645	122.570	257	322	231.039
%	-39,8	-13,4	24,1	18,4	-48,5	55,0	-3,0

Fonte: Mapa da Violência, 2013, p. 82.

Os dados demonstram que há um tipo físico a ser perseguido e exterminado em nosso país. Em dez anos foram assassinados 122.570 jovens negros, mais que o dobro que o total de jovens brancos assassinados no mesmo período – 50.983 (WASELFISZ, 2010, p. 99).

Segundo Souza (1993, p. 58), “os dados mostram que, para todas as causas externas, 65,6% das vítimas eram de cores preta e parda. A população branca aparece com 34,3% das causas externas, com menor proporção nos homicídios (28,2%) e maior nos

acidentes de trânsito (46,2%)”. Esses dados confirmam que os assassinatos no Município de Duque de Caxias ‘têm cor’.

Analisando esses dados percebo que falta à nossa sociedade querer ver e aceitar que o racismo mata no Brasil e em Duque de Caxias. É compreender que o racista quer a destruição do outro por ele ser de outra raça. (WIEVIORKA, 2006, p. 180)

O Mapa da Violência de 2011 não tem informações sobre o assassinato de jovens negros nos municípios, apenas nas capitais, não contribuindo dessa forma para que se tenha uma visão ampla do assassinato e o perfil desses jovens.

Neste mapa, conforme a Tabela 7, tem o número de jovens assassinados no Município de Duque de Caxias. O total de jovens assassinados entre 2006, 2007 e 2008, sendo que esses dados não estão desagregados por raça. A queda no número de assassinatos pode indicar uma queda de assassinatos da população jovem negra.

Tabela 7 - Duque de Caxias - Número e taxas (em 100 mil) de Homicídio Juvenil nos Municípios com 10 Mil Jovens ou Mais. Brasil, 2006/2008.

2006	2007	2008	Taxa 2008
306	270	242	165,3

Fonte: Mapa da Violência, 2011, p. 47.

Os assassinatos da população negra também não tiveram a explicitação devida no “Mapa da Violência 2012: A cor dos homicídios no Brasil”. É pobre no sentido da análise do extermínio da população negra, sem trazer o perfil detalhado dos assassinados. É de suma importância saber a idade da população negra que está sendo exterminada, com vistas a prevenir esses assassinatos em massa da população negra e especificamente a jovem. Apesar da contribuição do Mapa da Violência, não caracteriza o perfil da criança e do adolescente assassinado, dificultando não só a elaboração de políticas públicas de prevenção desses assassinatos como impedindo a problematização dessa epidemia. Como, quais são os fatores que levam a assassinar tanta criança e adolescentes na nossa sociedade e no Município de Duque de Caxias especificamente (WAISELFISZ, 2011, p. 27).

A Tabela 8 mostra o número de jovens assassinados em 2010 no Município de Duque de Caxias (WAISELFISZ, 2012, p. 36).

Tabela 8 - Duque de Caxias - Homicídio da População jovem. Brasil - 2010

Negra	236	Taxa	163,7
Branca	64	Taxa	87,6

Fonte: Mapa da Violência, 2012, p. 36.

Observa-se que o número de jovens negros assassinados é mais que o triplo do total de jovens brancos assassinados no mesmo período. A taxa de assassinatos evidencia que há um extermínio da população jovem e negra no Município de Duque de Caxias.

A Tabela 9 mostra que a taxa de assassinato da população jovem, de 15 a 24 anos, é mais que o dobro da população não jovem, de 0 a 14 anos e de 25 anos em diante.

Tabela 9 - Taxas de Homicídio da população total Jovem, Não-Jovem e vitimização Juvenil (%) por homicídio. Brasil 2005/2010

Indicadores	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Taxa jovem	48,6	48,12	49,49	52,89	53,75	52,35
Taxa não jovem	20,1	20,82	19,63	20,51	21,14	20,45
Vitimização juvenil (%)	141,7	131,1	152,1	157,8	154,3	156,0

Fonte: Mapa da Violência 2012, p. 71.

O Município de Duque de Caxias permanece em primeiro lugar no índice de assassinatos de jovens em 2011, conforme a Tabela 10.

Tabela 10 - Número de assassinatos de total jovens no Município de Duque de Caxias, 2011

2009	2010	2011	Taxa
232	211	201	135

Fonte: Mapa da Violência 2013, p. 56.

Caxias, com 201 assassinatos, teve uma taxa quase quatro vezes maior que a nacional, de 53,4 para cada 100 mil habitantes, e que a do Estado do Rio de Janeiro, de 58,0. Segundo Barros (2006, p. 15), “o caráter excludente pode ser comprovado pelos extermínios e principalmente nas chacinas que passam a acontecer com a maior frequência na década de 1990, pós-Estatuto da Criança e do Adolescente”.

A Tabela 11 mostra a quantidade de jovens assassinados em Duque de Caxias⁵³ de 2008 a 2012, sem a desagregação por raça cor.

Tabela 11 - Número de Assassinatos total de jovens no Município de Duque de Caxias. 2008/2010

2008	2009	2010	2011	2012	Taxa
356	343	304	278	230	103,1

Fonte: <http://www.mapadaviolencia.org.br/tabelas2014/2014_Homicidio_jovens.xlsx>

⁵³ Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/tabelas2014/2014_Homicidio_jovens.xlsx> Acessado em 02/07/2014.

Considerando a pesquisa de Souza em (1993), referente aos anos de 1979 a 1983 no Município de Duque de Caxias, e Waiselfisz⁵⁴, pode-se afirmar que há mais de três décadas o Município vem exterminando a população negra e pobre, conforme a Tabela 12.

Tabela 12 - Número de Assassinatos por raça/cor de jovens em Duque de Caxias. 2010/2012

População jovem	2010	2011	2012	Taxa
Negra	239	220	187	127,9
Branca	65	58	43	58,1

Fonte: <http://www.mapadaviolencia.org.br/tabelas2014/2014_cor_jovens.xlsx>

Pode-se ainda afirmar, que no Município se vive uma epidemia de assassinatos há décadas, considerando que a situação epidêmica é considerada para “10 homicídios para cada 100 mil habitantes” (WAISELFISZ, 2012, p. 47). Segundo Souza (1993, p.58), sendo negras 71,8% das vítimas de assassinatos no Município de Duque de Caxias, conclui-se que se vive uma situação epidêmica há décadas.

3.5 Análise dos dados da pesquisa sobre Duque de Caxias e o seu contexto social

Como forma de contextualizar o município de forma mais detalhada passaremos a apresentar a pesquisa feita no site do Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no site do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro – ISP, na Proteção Social Básica e no setor que cadastra as famílias que serão inscritas no Cadastro Único, ambos localizados na Secretária de Assistência Social do Município de Duque de Caxias.

O Município de Duque de Caxias tem 855.048 habitantes, sendo que 852.138 vivem em área urbana e 2.910 em área rural (IBGE, 2010). É o segundo município mais rico do Estado, porém no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 2013 está em 49^a posição entre os 92 municípios do Rio de Janeiro. Sua riqueza não se reflete na qualidade de vida da população, devido à falta de investimento que melhore as condições de vida.

⁵⁴ Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/tabelas2014/2014_cor_jovens.xlsx>. Acessado em 02/07/2014.

Tabela 13 - Município de Duque de Caxias e o seu Saneamento básico referente 2010

269.353	Total dos Domicílios
206.324	Têm banheiro exclusivo e rede geral de esgoto
23.845	Têm banheiro exclusivo e a fossa séptica como esgotamento sanitário
10.519	Têm banheiro exclusivo e a fossa rudimentar como esgotamento sanitário
17.821	Têm banheiro exclusivo e a vala como esgotamento sanitário
6.444	Têm banheiro exclusivo e o rio, o mar e o lago como esgotamento sanitário
1.100	Têm banheiro exclusivo e outro como esgotamento sanitário

Fonte: IBGE 2010 - Elaboração própria

Tabela 14 - Município de Duque de Caxias e o seu abastecimento de água referente 2010

269.353	Total dos Domicílios
168.536	Têm abastecimento permanente de água ligado a rede geral
86.756	Têm como abastecimento de água o poço ou nascente na propriedade
6.951	Têm como abastecimento de água o poço fora da propriedade
2.069	Têm como abastecimento de água o carro-pipa
163	Têm como abastecimento de água a chuva armazenada em cisterna
53	Têm como abastecimento a chuva armazenada de outra forma
37	Têm como abastecimento de água o rio, o açude, o lago ou o igarapé

Fonte: IBGE - Elaboração própria

A falta de investimento em saneamento básico e no abastecimento de água deixa Caxias em situação pouco melhor que a de 1950. Segundo Alves,

Os índices do Município de Duque de Caxias entre todos da Baixada, eram os piores. O abastecimento de água, que atendia somente a 8% dos domicílios, em 1950, reduzia-se ainda mais, em 1960, restrito a apenas 4% dos domicílios. A rede de esgoto simplesmente inexistia. (ALVES, 2003, p. 67)

A maioria da população da Baixada Fluminense é de negros. “[Desde] 1779 e 1789, a população escrava era de 7.122 indivíduos, correspondendo a 54,6% da população dessa região. Em 1821, passava para 11.155 pessoas e 59,7% respectivamente, e em 1840 chegavam a ser 62% da população” (ALVES, 2003, p. 31). Hoje a população de Duque de Caxias tem 65% de negros. Segundo Alves (2003, 31), a população negra vivia “subjugada, submetida a padrões de brutalidade que faziam desaparecer os limites do humano”.

Essa subjugação ainda está presente no Município e se expressa nas altas taxas de assassinatos da população negra e sobretudo jovem, o que contribui para o baixo IDHM e para tornar o Município um dos cem mais violentos para a população negra no geral e jovem, particularmente (WASELFISZ, 2012, p. 35).

Conforme a pesquisa realizada, encontram-se na Tabela 15 os bens duráveis que existem no domicílio de cada morador do Município, referente ao ano de 2010 do Censo do IBGE.

Tabela 15 – Bens duráveis por domicílio

BEM	Domicilio urbano		Domicilio rural	
	Tem	Não tem	Tem	Não tem
Rádio	231.609	36.790	704	181
Televisão	263.840	4.559	838	37
Máquina de lavar roupa	153.152	115.247	428	457
Geladeira	262.775	5.624	862	23
Telefone Celular	223.845	44.554	711	174
Telefone Fixo	168.370	100.029	190	695
Microcomputador	103.562	164.837	165	720
Microcomputador com acesso a internet	80.389	188.010	58	827

Fonte: IBGE: 2010 - Elaboração própria

Esses dados indicam a pobreza na qual vivem os moradores do Município. Esta pobreza explica a 1.574^a posição em nível nacional no IDHM, entre os 5.565 Municípios que compõem o Estado brasileiro. Mas não explica que o segundo Município mais rico do Estado do Rio de Janeiro tenha um contingente grande da população na pobreza. O que agrava a responsabilidade dos gestores em relação ao IDHM é que o Município de Duque de Caxias está em 18º lugar entre os municípios com maior Produto Interno Bruto do Brasil (IBGE, 2012, p. 62).

A renda baixa da população também é outro fator que influencia a baixa qualidade do IDHM, tendo em vista que 41.385 domicílios do Município, segundo o IBGE (2010) “domicílios particulares permanentes – classes de rendimento nominal mensal domiciliar-mais de 1/2 a 1 salário mínimo”, fica evidente que o baixíssimo rendimento nominal mensal domiciliar, contribui para a baixa qualidade de vida da população.

Em 71.898 domicílios o rendimento nominal mensal domiciliar é de 1 a 2 salários mínimos e em 99.134 domicílios, de 2 a 5 salários mínimos. Quando somamos a população que tem rendimento mensal entre 1/2 e 2 salários, que totalizam 113.283 domicílios, percebe-se que o nível de pobreza do Município é grande, tendo em vista a riqueza que ele produz. Isto é, a sua população vive como demonstra o a Mapa da Pobreza e Desigualdade

dos Municípios Brasileiros – 2003⁵⁵, a incidência da pobreza é de 53,53% em Duque de Caxias (IBGE, 2010).

Essa realidade caracterizada pela falta de saneamento básico, uma renda baixa e a pobreza que faz parte do cotidiano da Baixada Fluminense e particularmente do Município de Duque de Caxias, desde 1962 segundo Alves (2003) reportando-se primeiro a Baixada Fluminense afirma que:

“(…) a Baixada conhecerá um outro fenômeno emergente no comportamento de sua população. Trata-se da revolta popular, expressa pelo saque e pelo quebra-quebra. O dia 5 de julho de 1962 será o marco dessa revolta. Os 42 mortos e 700 feridos, segundo os dados oficiais; os 2 mil estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios atingidos e o prejuízo de 1 bilhão de cruzeiros revelariam uma outra face da população pobre da Baixada. Como compreender uma explosão popular de tamanhas proporções naquela região? (ALVES, 2003, p. 93).

Os moradores do Município de Duque de Caxias também se encontram inserido nessa revolta popular, reivindicando condições dignas para viver, pois, essas revoltas em 1962, revelam segundo Alves (2003, p.93) uma crescente insatisfação da população com a falta de alimentos que acabou se expressando sob a forma do saque e do quebra-quebra no Município, essa revolta por falta de alimentos se estendeu para outros Municípios da Baixada Fluminense. (ALVES, 2003, p. 94).

Segundo Alves,

(…) É verdade que quatro dias antes, os moradores de Saracuruna, bairro de Duque de Caxias, após terem descoberto um depósito clandestino de feijão da casa Maracanã, obrigarem o gerente a vender o produto à população; e que no mesmo dia encerrava-se a coleta de assinaturas, em São João de Meriti, num abaixo-assinado contra a carestia da vida do povo e contra os grupos econômicos que controlavam e distribuíam os gêneros de primeira necessidade e que se enriqueciam coma especulação, escondendo os produtos. (ALVES, 2003, p. 93)

Para aprofundamento das questões aqui tratadas procurei estar próximo aos profissionais que trabalham com estes dados e fazer com eles uma “interlocução aberta” isto é, foram feitas perguntas a partir dos dados apresentados. Assim, quando perguntei por que o número de família oscila, as responsáveis pelo setor do Programa Bolsa Família da SMAS-DC afirmaram que 4.000 de 67.000 famílias foram desligadas, por não terem

⁵⁵ Ver <<http://cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=33&idtema=19&codv=v01&search=rio-de-janeiro|duque-de-caxias|sinthese-das-informacoes-2003>> Acessado em 04/10/2014

cumprido as condicionalidades. Perguntei se elas fizeram entrevistas com os beneficiários antes de os desligarem, elas responderam que não. Apenas fazem a notificação do descumprimento das condicionalidades. Percebi que a pergunta as deixou reflexivas. As duas responsáveis pelo setor moram no Município. Uma delas relatou suas dificuldades desde criança para chegar a sua posição atual, ela é negra. Acredito que ela, como afirma Brandão (2004, p. 116), “(...) incorporou sem saber as estruturas da ordem social, através da repetição sucessiva e prolongada, a cada dia (...)”.

Perguntei se havia alguma política Municipal na Assistência voltada para a população geral e particularmente para os jovens de 15 a 29 anos. Tanto a Proteção Social Básica como a Proteção Social Especial informaram que não.

Ficou evidente que na Proteção Social Básica toda a equipe demonstrou-se disposta a participar da entrevista, a Assistente Social, a Pedagoga e a Psicóloga que foram entrevistadas demonstraram comprometimento com seu trabalho e com a população do Município. Todas contribuíram de forma espontânea, sem preocupação com a gravação que fiz, com a permissão de todas.

Na Proteção Social Especial, a responsável não permitiu gravação e limitou-se a dizer que não tem política municipal voltada para a população jovem de 15 a 29 anos. Percebi que a responsável pelo PSE, como a equipe presente, não estavam dispostas a ser entrevistadas.

Considero que a pesquisa foi de suma importância, pois pude perceber que, apesar do comprometimento das profissionais entrevistadas, elas, por muitas vezes, ainda culpabilizam as famílias por sua pobreza. Acredito que a capacitação continuada proposta na NOB/SUAS (2009, p. 27), em “V - Diretrizes para a política nacional de capacitação” possa reverter esse quadro, pois prevê:

A capacitação dos trabalhadores da área da Assistência social deve ser promovida com a finalidade de produzir e difundir conhecimentos que devem ser direcionados ao desenvolvimento de habilidades e capacidades técnicas e gerenciais, ao efetivo exercício do controle social e ao empoderamento dos usuários para o aprimoramento da política pública. (NOB/SUAS, 2009, p. 27)

Procurei também fazer um panorama das famílias cadastradas no Programa Bolsa Família, tendo como referência julho de 2014, conforme a Tabela 16.

Tabela 16 - Panorama geral das famílias beneficiárias residentes no Município de Duque de Caxias

Famílias Quilombolas cadastradas	1
Famílias Quilombolas beneficiárias do Programa Bolsa Família	1
Famílias Indígenas cadastradas	42
Famílias Indígenas beneficiárias do Programa Bolsa Família	13
Famílias em situação de rua cadastradas	14
Famílias em situação de rua beneficiárias do Programa Bolsa Família	12
Famílias de pescadores artesanais cadastradas	4
Famílias de pescadores artesanais beneficiárias do Programa Bolsa Família	4
Famílias ribeirinhas cadastradas	45
Famílias ribeirinhas beneficiárias do Programa Bolsa Família	16
Famílias de agricultores cadastradas	4
Famílias de agricultores beneficiárias do Programa Bolsa Família	2
Famílias assentadas da Reforma Agrária cadastradas	1
Famílias assentadas da Reforma Agrária beneficiárias do Programa Bolsa Família	-
Família beneficiária do Programa Nacional de Crédito Fundiário Cadastradas	1
Família beneficiária do P. N. C. F. beneficiárias do Programa Bolsa Família	1
Famílias atingidas por empreendimento de infraestrutura cadastradas	3
Famílias atingidas por empreendimento de infraestrutura beneficiárias do P.B.F.	1
Famílias de preso do sistema carcerário cadastradas	2
Famílias de preso do sistema carcerário beneficiárias do Programa Bolsa Família	1
Famílias de catadores de material reciclável cadastradas	1.552
Famílias de catadores de material reciclável beneficiárias do Programa Bolsa F.	1.042

Fonte: SMAS-DC/MDS - julho 2014 - Elaboração própria

A pesquisa na SMAS-DC foi realizada com o objetivo de compreender porque o Município, na figura do prefeito, e particularmente a SMAS-DC, com seus profissionais, ainda não formulou Política Social para prevenir esses assassinatos em massa dos jovens negros no Município.

A pesquisa demonstra um alto índice de assassinato, ela foi realizada no site do ISP⁵⁶, a Tabela 17 explicita essa matança.

⁵⁶ A pesquisa foi feita no site do Instituto de Segurança Pública - ISP. Disponível em <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/RelacaoAISP.pdf> Acessado em 07/10/2014

Tabela 17 - Vitimas de violência no Município de Duque de Caxias - jan/ago - 2013/2014 - ISP

	2013	2014	Diferença absoluta
Homicídio doloso	308	340	32
Lesão corporal seguida de morte	-	1	1
Latrocínio (Roubo seguido de morte)	9	10	1
Tentativa de Homicídio	298	241	-57
Lesão corporal dolosa	3.251	2.978	-273
Estupro	218	206	-12
Auto de resistência	24	49	25
Pessoas desaparecidas	247	277	30
Policiais militares mortos em serviço	-	1	1
Policiais civis mortos em serviço	-	-	-

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP - Acessado em 07/10/2014 - Elaboração própria

No Estado do Rio de Janeiro foram assassinados 3.115 pessoas, entre janeiro e agosto de 2013 e no mesmo período de 2014 foram assassinados 3.471 pessoas. Houve um aumento de 356 pessoas assassinadas em 2014. O ISP deve caracterizar o perfil dessas vítimas, como forma de possibilitar o entendimento dos estudiosos para a formulação de políticas sociais que previnam e combatam em matança no Estado. Particularmente a Baixada Fluminense responde por um número significativo dessa matança, foram 1.152 assassinatos entre janeiro e agosto 2013 e no mesmo período em 2014 foram 1.400 pessoas assassinadas. O ISP deve não só caracterizar o perfil como a raça desses seres humanos. Na outra ponta, por exemplo, para os mesmos períodos, tem-se na Zona Sul do Rio de Janeiro 18 assassinatos em 2013 e 20 em 2014 (ISP, 2014, p. 4, 10 e 18).

Observa-se também uma diferença quanto aos auto de resistência⁵⁷: na Zona Sul carioca, em 2013, foram 2, e em 2014 foram 8,. (ISP, 2014, p. 18). Um dado significativo é que, no Estado do Rio de Janeiro tivemos, em 2013, 263 autos de resistência e em 2014, 386, um aumento de 123 autos de resistência. Já na Baixada Fluminense, 73 autos de resistência em 2013 e 125 em 2014 (ISP, 2014, p. 18).

Fica evidente que há uma divisão geográfica desses assassinatos. Confirma-se a seletividade dos assassinatos explicitada por Lemgruber (2004, p. 4): “(...) os bairros da zona sul da cidade (Copacabana, Ipanema, Leblon, Jardim Botânico, etc.), local onde se concentram moradores com maior poder aquisitivo, são aqueles que apresentam as mais baixas taxas de homicídios”. Acredito que essas baixas taxas na Zona Sul, além da

⁵⁷ O auto de resistência, segundo Lemgruber (2004, p. 6), é a definição dada pela polícia às mortes resultantes de sua ação.

diferença de poder aquisitivo, indica outro ponto fundamental, a raça, que determina na nossa sociedade quem vive e quem deve morrer.

Faço uma crítica ao ISP por não indicar a raça dos assassinados nos resumos. Acredito que a raça é um variável importante e deve constar na descrição feita pelo Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, para que se possa ter uma compreensão desses assassinatos, e a sua motivação.

Segundo Lemgruber,

É interessante comparar, por exemplo, as taxas de homicídios e o número de autos de resistência – definição dada pela polícia às mortes resultantes de sua ação – e entender, sobretudo, o que se esconde por trás de tais números. O estudo de Ignácio Cano, “Letalidade e ação policial no Rio de Janeiro”, já demonstrou, a partir da análise de dados do Instituto Médico Legal, que os corpos de vítimas de ação policial apresentavam, em aproximadamente 50% dos casos, quatro ou mais perfurações a bala. Com tiros dados pelas costas ou na cabeça, indicando a intenção de abater e não de paralisar. (LEMGRUBER, 2004, p. 7)

Quando analisamos os policiais mortos em serviços e os autos de resistência, segundo a definição da polícia, conclui-se que a política de confronto serve apenas para legitimar a matança no Estado e no Município. Segundo Lemgruber (2004, p. 7), “a polícia do Rio de Janeiro mata mais que todas as polícias dos Estados juntas. E, é bom que se diga, os Estados Unidos convivem com índices de violência muito superiores a qualquer outro país do mundo desenvolvido”.

Lemgruber afirma que

(...) o secretário de segurança pública fluminense⁵⁸ não parece se preocupar com isto. Ao contrário, estimula a brutalidade de sua polícia. Matéria publicada por O Globo, em 24 de janeiro de 2004, traz como manchete a resposta de Garotinho a noticiário do dia anterior, que relatava casos graves de violência policial: “A polícia não vai fazer papel de banana”. E, como subtítulo: “Garotinho defende sua política de confronto com os bandidos”. (LEMGRUBER, 2004, p. 7)

Essa política do confronto tem a legitimação do tratamento desumano pelo comandante do 1º Comando de Policiamento de Área (CPA) do Estado do Rio de Janeiro, quando ele afirma que:

⁵⁸ Nesse período o Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro era o ex- governador Anthony Garotinho.

(...) **‘A PM é o melhor inseticida social’**, no dia 15/04/2008, em referência a ação da polícia militar na favela de Vila Cruzeiro, onde foram mortas nove pessoas e feridas seis, tendo como justificativa o combate ao tráfico de drogas. Agindo dessa maneira, **os representantes da política de segurança do Estado do Rio de Janeiro visam naturalizar suas práticas, comparando seres humanos a insetos que podem ser mortos sem que ocorra qualquer investigação sobre os fatos**. (RIBEIRO, DIAS & CARVALHO, 2008, p. 7 grifo nosso)

É importante ressaltar que essa política de confronto e o discurso de combate ao tráfico de droga é direcionada para um público específico. Segundo Ribeiro, Dias & Carvalho, (2008, p. 7), “a partir de 1980, em nome do combate ao tráfico de drogas, diferentes governos passam a implementar uma política de segurança cada vez mais repressiva e com rígido controle das populações pobres, em especial os negros”.

É evidente que essa violência contra a população negra e pobre no Estado, como no Município de Duque de Caxias, só é ser exercida porque tem quem a legitime, é seletiva porque tem um perfil racial.

Quando um governante tem um discurso carregado de preconceito e uma visão de mundo racista ele acaba por legitimar e naturalizar uma concepção extremamente conservadora e autoritária em relação à população negra pobre moradora das favelas e das periferias. Estamos nos referindo a fala do então governador Sergio Cabral “ao relacionar a taxa de natalidade da Rocinha à produção de violência. Em entrevista aos meios de comunicação defendeu o aborto como forma de combate à criminalidade. O discurso, que se refere à Rocinha, é válido para a Baixada e para o Município de Duque de Caxias. De acordo com suas palavras:

A questão da interrupção da gravidez tem tudo a ver com a violência. Quem diz isso não sou eu. São os autores do livro ‘Freakonomics’ [Steven Levitt e Stephen J. Dubnerr]: Eles mostram que a redução da violência nos EUA na década de 90 está intrinsecamente ligada à legalização do aborto em 1975 pela suprema Corte. Citou [na verdade, foi em 1973] (...) você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora pega na Rocinha. É padrão Zâmbia. Isso é uma fábrica de produzir marginal. O Estado não dá conta. (RIBEIRO, DIAS & CARVALHO, 2008, p. 10)

Essa seletividade racial e geográfica fica evidente também no Município de Duque de Caxias, que tem 4 Distritos. O 1º Distrito, o mais desenvolvido dos 4, o Centro, tem o Bairro 25 de Agosto, que pode ser considerado a *zona sul* de Duque de Caxias, na qual moram brancos abastados – ali a infraestrutura é a melhor do Município, todas as ruas

asfaltadas, iluminadas, sinalizadas e limpas, coleta de lixo diária, abastecimento de água e saneamento básico em 100% no bairro, policiamento ostensivo. No 2º Distrito, que tem a refinaria de petróleo Reduc, a qualidade de vida da população é bastante precária, apesar de ter uma refinaria e a sede da prefeitura ser no bairro Jardim Primavera. O 3º Distrito é pobre e violento. O nível de pobreza é grande, ruas sem asfalto, sem saneamento básico, sem iluminação, sem infraestrutura. O 4º Distrito ficou conhecido devido à tragédia que aconteceu em 2013 com a chuva, em Xerém.

A violência que ainda caracteriza o Município, esta explicitada na tabela 19 abaixo com uma visão geral de como a violência em suas várias dimensões, faz parte do cotidiano dos moradores.

A violência que ainda caracteriza o Município esta explicitada na Tabela 18.

Tabela 18 - Panorama geral da violência no Município de Duque de Caxias - jan/ago - 2013/2014- ISP

Vítimas	2013	2014	Diferença absoluta
Vítima de crimes de trânsito - Homicídio culposo	60	62	2
Lesão corporal culposa	1.326	1.364	38
Roubo a estabelecimento comercial	295	359	64
Roubo a residência	55	45	10
Roubo de veículo	2.199	2.669	470
Roubo de carga	299	385	86
Roubo a transeunte	3.719	4.873	1.154
Roubo a coletivo	214	323	109
Roubo a caixa eletrônico	3	1	-2
Roubo de aparelho celular	313	271	-42
Roubo com condução da vítima para saque em I. F.	3	11	8
Furto de veículos	606	709	103
Extorsão	40	47	7
Extorsão com momentânea privação da liberdade	5	10	5
Estelionato	1.438	1.184	-254
Armas apreendidas	434	441	7
Ameaça	2.971	2.594	-377

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP Acessado em 07/10/2014 - Elaboração própria

O panorama dessa violência no Município, que pode começar com um insulto ou com uma ameaça verbal, pode terminar com um assassinato. Acredito que há na nossa sociedade uma cultura da violência enraizada, principalmente contra a população negra e pobre. Segundo Camila, Rafael e Sandra (2008, p. 15), “entendemos que a opção por uma ‘política de enfrentamento’ se expressa na realidade por ações de extermínio voltadas para os pobres, negros e jovens moradores de favelas”.

A violência está tão enraizada no cotidiano do carioca, que é caracterizada por alguns segmentos da sociedade, meios de comunicação e por autoridades públicas como “guerra”, derivada de um “poder paralelo”. Impositor do terror e da desordem. No entanto, nesta “guerra”, **a identificação do inimigo obedece a critérios geográficos, sociais e raciais, que impõem às camadas mais miseráveis da população a triste generalização entre pobreza, raça e crime.** (RIBEIRO, DIAS & CARVALHO, 2008, p. 8, grifo nosso)

Pensar na possibilidade de formular políticas sociais públicas de prevenção e combate a esses assassinatos contra a população jovem e negra é dever de todos os seres humanos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio de mostra de forma objetiva, que os assassinatos de jovens no Município de Duque de Caxias, têm como determinante a raça, nos possibilita entender o porquê, não temos ainda uma política social pública, em nível Federal, Estadual e principalmente Municipal de prevenção aos assassinatos de jovens negros. Pois, as evidências expostas neste trabalho demonstram que a maioria absoluta dos assassinados é de jovens negros, os dados evidenciam que a nossa sociedade, quer fazer uma “limpeza étnica e social”. (LEHER, 2008, p. 32).

Vale ressaltar conforme afirma Hasenbalg (1992, p. 13-14) que os teóricos marxistas da ciência social não discutem e não analisam a desigualdade sociorracial, embora analisem a estrutura de classe que não da conta da realidade sociorracial brasileira, que também tem uma hierarquização sociorracial, por isso temos 71% dos negros em extrema pobreza (CNAS, 2011, p. 7). Devemos olhar a pobreza não só como uma questão de classe social, capital, trabalho e exploração, mas, principalmente com um viés fortemente racial, que determina muitas vezes quem deve viver e quem deve morrer. Da mesma forma que os assassinatos, deve-se ter um olhar para perceber o racismo como determinante desses assassinatos no Município de Duque de Caxias. Essa percepção, em que o racismo é posto como determinante primário, permite compreender esses assassinatos em massa. Sendo ele colocado como um construto ideológico, na qual incorporamos um “conjunto de práticas materiais” que naturalizamos. (HASENBALG, 1979, p. 114). Na qual está inserido o assassinato em massa como uma de suas práticas materiais da população negra jovem do Município de Duque de Caxias, nos auxilia a compreender porque os negros são as maiores vítimas de assassinatos a décadas.

Por que não se formula políticas sociais de prevenção e combate ao assassinato em massa da população jovem negra e pobre do Brasil?

Acredito que o estudo possibilitou compreender, que a matança no Município de Duque de Caxias é na realidade, pode se configurar como um verdadeiro extermínio da população negra e especificamente a jovem. Por isso não temos Políticas Sociais de prevenção e de combate ao assassinato da população negra e especificamente jovem e negra.

Essa omissão leva a esses altos índices de assassinatos de jovens negros 19.840 no ano de 2010. Isso é um extermínio, sendo que no mesmo período foram assassinados 6.503

jovens brancos. “A persistência histórica do racismo não deve ser explicada como mero legado do passado, mas como servindo aos complexos e diversificados interesses do grupo racialmente dominante no presente” (HASENBALG, 1999, p. 10).

Faço uma crítica ao Plano Juventude Viva, pois deixar a cargo de Município que queira o não fazer a adesão ao Plano. Que visa propor ações para diminuir o assassinato da população negra e jovem.

Por que a crítica? Devido o Plano não responsabilizar o governante que não adere apesar de ter altos índices de assassinatos no Município, como é o caso de Duque de Caxias o primeiro do Estado em assassinatos e só fez adesão em 03/04/2014⁵⁹. Mostrando-se negligente em proteger a vida da população negra e especificamente a jovem negra. Enquanto Municípios que não se encontravam com índices tão altos fizeram a adesão desde 2013. Como Angra dos Reis, 31/10/2013; Campos dos Goytacazes, 16/10/2013; Nova Iguaçu, 29/11/2013; São João de Meriti, 15/11/2013 e Volta Redonda em 19/11/2013. Duque de Caxias levou quase 5 meses para fazer a adesão. Enquanto isso quantos jovens foram assassinados?

O Estado como o Município tem que ser responsabilizados, pelos assassinatos que ocorrem na sua gestão. Dessa forma procurarão formular Políticas Sociais que visem diminuir e prevenir esses assassinatos.

Utilizarei o conceito de extermínio e não o de homicídio para referir-me aos assassinatos dos jovens no Município de Duque de Caxias, pois o homicídio está relacionado sempre a alguma atrito interpessoal que levam a morte de um e do outro que estão em conflitos, o homicídio segundo Neto e Minayo (1994, p, 199) “pode ser considerado a expressão máxima da exacerbação dos conflitos das relações interpessoais” e para Waiselfisz, (2013, p. 8) “o homicídio tem como características uma agressão intencional de terceiros, que utilizam quaisquer meios para provocar danos ou lesões que levem à morte da vítima”.

O homicídio pode ser considerado como o resultado de um conflito interpessoal que tem a intenção de provocar a morte do outro devido a um conflito existente.

Os assassinatos de jovens negros e pobres no Município de Duque de Caxias, não são por causa de um conflito anterior, que tenham alguma ligação interpessoal entre esses

⁵⁹ Disponível em <<http://WWW.juventude.gov.br/juventudeviva/aqui-tem-juventude-viva/adesão-voluntar...>> Acessado em 07/07/2014.

jovens e os seus assassinos. E que isso tenha levado a um desentendimento, culminando na morte desses jovens, mas acredito o que determinam esses assassinatos é a raça.

O município tem o seu IDHM⁶⁰ baixo levando em consideração que ele é o segundo Município mais rico do Estado. Isso reflete na qualidade de vida da população.

Duque de Caxias⁶¹ ocupa a 1.574^a, em 2010 em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 1.573 (28,27%) municípios estão em situação melhor e 3.992(71,73%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro. Duque de Caxias ocupa a 49^a posição, sendo que 48 (58,17%) municípios estão em situação melhor e 44 (47,83%) municípios estão em situação pior ou igual.

Duque de Caxias é um Município rico, mas, a maioria da sua população não usufrui dessa da riqueza que o Município produz, o próprio índice de Gini⁶², que em 1991 era de 0,47; em 2000 passou para 0,50 e em 2010 para 0,46, mostra que há no Município uma concentração de renda.

A pobreza faz parte do cotidiano da população, que além de viver e sobreviver com a pobreza, tem que conviver com o assassinato da população no geral e o assassinatos em massa da população negra e jovem particularmente.

O interessante é que o Município é rico e está em 48^a posição no IDHM no Estado. Devido, os seus governantes não terem dado a população no geral, as condições para que ela viva com qualidade. Pelo índice de Gini, percebe-se que a maior parte da população tem uma baixa qualidade de vida. Qualidade essa explicitada por Alves (2003, p. 67).

Segundo Alves,

Os índices do município de Duque de Caxias, entre todos da Baixada, eram os piores. O abastecimento de água, que atendia somente 8% dos domicílios, em 1950, reduzia-se ainda mais , em 1960, restrito a apenas 4% dos domicílios. A rede de esgoto simplesmente inexistia. Quando, no início do verão de 1956, o médico da cidade de Caxias Moacyr Rodrigues do Carmo, declarava que por falta de higiene, de recursos econômicos e, principalmente, de água, haviam morrido 150 crianças em 15dias (...) (ALVES, 2003, p. 67).

⁶⁰ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – 2010.

⁶¹ Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/duque-de-caxias_rj Acessado em 31/07/2013.

⁶² O índice de Gini “é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos tem a mesma renda , e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar. Disponível em Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/duque-de-caxias_rj. Acessado em 31/07/2013.

É importante ressaltar que já no final da década de 1950, mesmo a cidade sendo a quarta economia do Estado, a população não tinha uma qualidade de vida compatível com o orçamento municipal (ALVES, 2003, p. 67).

Nos anos de 1947 a 1950, a população ultrapassa a casa dos 100 mil habitantes. Apesar de o município ser conhecido por cidade dormitório devido aos moradores encontrarem trabalho somente na capital, que na época era o Distrito Federal, José Claudio Souza Alves (2003) relata que entre os anos de 1948 a 1952 o orçamento do município passa de Cr\$ 4.850.000,00 para Cr\$ 14.496.496,00, sendo o 4º do Estado do Rio de Janeiro, porém a população não usufrui da socialização da riqueza.

Em 1953, já existiam 133 fábricas em Duque de Caxias, sendo 31 delas panificações. Sete anos mais tarde, Caxias já contava com 206 indústrias, que empregavam 7.738 pessoas. Um ano depois, 1961, o funcionamento, já era responsável por 72% do total da transformação industrial no município. (ALVES, 2003, p. 66).

Passados 64 anos o Município é o 2º mais rico do Estado, mas a população continua na miséria, não compartilhando da sua riqueza que tem um PIB⁶³ de 25,7 bilhões, mas, a população não usufrui da riqueza que o município produz, vivendo mais da metade da população na pobreza 53,53% (IBGE, 2003), isto faz com que metade da população de zero a vinte e nove anos encontra-se na condição pobreza.

Sua economia, que totaliza um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 25,7 bilhões, tem como foco os setores de indústria e serviços. Um importante componente da economia caxiense é o Polo Gás-Químico, que tem entre as principais empresas a Refinaria Duque de Caxias (Reduc), da Petrobras. Apesar disso, Duque de Caxias tem um dos piores índices de pobreza do estado, com 53% da população vivendo nessa situação. O sistema de coleta e tratamento de esgoto do município também é considerado pelo Instituto Trata Brasil um dos dez piores entre as 81 maiores cidades do Brasil.

Que este trabalho possa contribuir para que possa ser formulada Políticas Sociais que previnam combatam o assassinato de jovens e especificamente jovens negros no Município de pesquisado.

⁶³ <<http://www.jb.com.br/eleicoes-2012/noticias/2012/09/24/segunda-maior-economia-do-rio-duque-de-caxias-tera-oito-candidatos-a-prefeito/>>. Acessado em 07/10/2012.

E que outros trabalhem discutam o extermínio da população negra, pois, se pesquisa muito sobre desigualdade social com um viés na pobreza. É preciso pesquisar a desigualdade nos assassinatos, que é um fato ainda ignorado ou tenta-se ignorar.

A satisfação de fazer essa pesquisa é que, quando entrei na UFF não tinha noção de como se matava a população negra no Brasil e no Município de duque de Caxias, no qual moro desde 1975. Com essa pesquisa pude compreender o que levou tantos jovens a serem assassinados entre 1979 a 1989 no bairro. Ser negro era o motivo.

Formulação de Políticas Sociais de Prevenção e Combate aos Assassinatos de Jovens Negros. Se não forem formuladas Políticas Sociais de Prevenção e Combate aos Assassinatos de Jovens Negros, cabe a responsabilização dos governantes pelo extermínio da população negra e jovem no âmbito Federal, Estadual e especificamente no Município de Duque de Caxias pesquisado.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMAN, Raquel Zumbano. Brincando na história. In _____ **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 231-258.

ALVES, José Claudio Sousa. **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência na baixada Fluminense. Rio de Janeiro, APPH, CLIO, 2003.

ANGÊLIS, Joanna de. **Constelação familiar**. Salvador. Livraria Espírita Alvorada, 2008.

_____. **Vida Feliz**. Salvador Livraria Espírita Alvorada, 1992.

ARENDT, Hanna. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: 4. ed. Companhia das Letras, 1989.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra medo branco**: o negro no imaginário das elites século XIX. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

BALDEZ, Miguel Lanzellotti. Conselho popular. **Revista Crítica do Direito**. v. 35 n. 1, p. 1-8, abril/ maio. 2012.

BARATTA, Alessandro. Prefácio. _____. In. **Difíceis ganhos fáceis**: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1ª reimpressão dezembro 2013.

BARROS, Nívia Valença,. **Violência intrafamiliar contra criança e adolescente**: Trajetória histórica, políticas sociais, práticas e proteção social. 2005. 266 f. Tese (Doutorado em Psicologia) PUC-Rio, Departamento de Psicologia, Rio de Janeiro.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis**: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1ª reimpressão dezembro 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. Volume 2. São Paulo: Cortez, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRANDÃO, André Augusto. **Miséria da periferia**: desigualdades raciais e pobreza na metrópole do Rio de Janeiro, Pallas Ed., Niterói: PENESB, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição federal**. Centro Gráfico do Senado Federal.

_____. **Decreto n º 133-A de 17 de fevereiro de 1854.** Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>>. Acessado em 04/03/2014.

_____. **Decreto nº 528 de junho de 1890.** Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acessado em 05/03/2014 às 14:23

_____. **Lei 11.705** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11705.htm> Acessado em 07/09/2014 às 22:48

_____. **Lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013.** Estatuto da Juventude. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm> Acessado em 27/08/2013.

_____. **Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010.** Estatuto da Igualdade Racial. 4. Ed. Seppir/PR, Brasília. 2012.

BIKO, Steve. **Escrevo o que eu quero.** São Paulo: Editora Ática, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro 11ª ed. Civilização Brasileira, 2008.

CECCHETTO, Fátima; MONTEIRO, Simone. Discriminação, cor e intervenção social entre jovens na cidade do Rio de Janeiro (RJ, Brasil): a perspectiva masculina. **Estudos Feministas.** Florianópolis, 14 (1): 336, p. 199-218, jan/abr. 2006.

CNAS. Consolidar o SUAS e valorizar seus trabalhadores: **VIII conferência nacional de Assistência Social.** 2011.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Novo diagnóstico de pessoas presas no Brasil.** Brasília, junho/2014. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/pessoas_presas_no_brasil_final.pdf> Acessado em 09/06/2014.

CRUZ, Isabel Cristina Fonseca da. A Sexualidade, a saúde reprodutiva e a violência contra a mulher negra: aspectos e interesse para assistência de enfermagem. **Rev. Esc. Enfermagem.** USP. 38(4) p. 448-4457, jul. 2004.

ONU. **Declaração Universal Dos Direitos Humanos.** Disponível em <<http://www.dudh.org.br/declaracao/>> Acessado em 26/09/2011. ESTEVES, Luiz Carlos Gil. ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In _____. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade.** 2007. p. 19-50.

FIOCRUZ. **Perfil dos usuários de crack e/ou similares no Brasil.** 2011/2013.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado Brasileiro.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 18. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso.** Porto Alegre: L&PM Editores, 2013.

GOMES, Ana Paula Pereira. **O Negro-Individual, Coletivo, Self, Raça e Identidade: algumas questões sobre o tornar-se negros e a auto-rejeição.** *Cronos*, Natal. R.N. v. 8, n. 2, p. 529-546, jul./dez. 2007.

GOMES, Laurentino. **1808.** Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. 2. ed. São Paulo. Editora Planeta Brasil, 2007.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A. 1982.

GUERRA, **Viviane Nogueira de Azevedo.** Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada. 3. ed. ver. e ampl. São Paulo: Cortez, 1998.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito racial: modos, temas e tempos.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2005.

_____. Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito e Discriminação** 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2004.

_____. Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia.** 1. ed. São Paulo: Ed. 34, 2002.

HANSENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1979.

HASENGBALG, Carlos Alfredo. A pesquisa das desigualdades raciais no Brasil. In _____. **Relações raciais no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed. IUPERJ, 1992.

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330330&search=rio-de-janeiro|niteroi>>

_____. **Censo Demográfico 2010:** característica da população e dos domicílios, resultados do universo. Duque de Caxias. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=rj>> Acessado em 31/08/2012.

_____. **Censo Demográfico 2010:** domicílios- amostra. Duque de Caxias. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acessado em 28/10/2012.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios, 2010. Contas Nacionais nº 39.** Rio de Janeiro, 2012.

IPEA. **Vidas perdidas e racismo no Brasil.** Brasília. 2013.

_____. **Juventude levada em conta.** Brasília. 2013.

JÚNIOR, Almir de Oliveira. LIMA, Verônica Couto de Araujo. Segurança pública e racismo institucional. In. _____ **IPEA. Boletim de análises político - institucional**, 2011, p. 21-31.

LEHER, Roberto. Capitalismo Dependente e Direitos Humanos: uma relação incompatível. In. **JUSTIÇA GLOBAL. Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro. Fundação Heinrich Boll, 2008.

LEMGRUBER, Julita. Violência, omissão e insegurança pública: o pão nosso de cada dia. Trabalho apresentado no **Encontro Anual dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Ciências** em 1º de Junho de 2004. p. 1-13.

LIMA, Renato Sérgio de. Quando muito é pouco. In. _____. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** Ano 7. 2013. p. 55-71.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De Perto e De Dentro. um novo olhar sobre a cidade. **GVEXECVITIVO.** v.12. n. 2, jul/dez. 2013.

MALAGUTI, Vera Batista. **O medo na cidade do Rio de Janeiro:** dois tempos de uma história. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Caderno de Saúde Pública.** Rio de Janeiro, 10(supl.). 1994, p. 07-18

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro.** São Paulo: Editora Ática S.A. 1988.

MUNANGA, Kabengele. Nosso racismo é um crime perfeito. **Revista Fórum**. 11/11/2013 e 12/11/2013.

NETO, Otávio Cruz. MINAYO, Maria Cecília de S. **Extermínio e banalização da vida**. **Caderno Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 10 (supl. 1): p.199-2012, 1994.

NOB-RH/SUAS. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS**. 2009.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação e sociedade**. Ano XXIII, nº 78, p. 15-36, abril. 2002.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. Política e práticas de proteção social para o enfrentamento da violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente. **Em debate** 2006. Serviço Social da PUC-Rio.

OLIVEIRA, Dijaci David de (et al.) organizadores. **A cor do medo**: homicídios e relações raciais no Brasil. Brasília: Editora da UnB; Goiânia: Editora da UFG, 1998.

PACHECO, Carina. In:_____ **Política de Combate ao Racismo no SUS**: Promoção de Saúde da população negra no Estado do Rio de Janeiro, 2012.

PAIXÃO, Marcelo. (Org.). **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010**: constituição cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor e raça. Editora Garamond, 2010.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2013**. Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/ranking>> Acessado em 04/08/2013.

PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano. **Perfil do Município de Duque de Caxias, 2013**. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/duque-de-caxias_rj> Acessado em 31/07/2013.

PRIORE, Mary Del. (Org.) **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 7-17.

_____. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império. In:_____. **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 84 -106.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010**: A verdadeira riqueza as nações: vias para o desenvolvimento humano. 20 ed. 2010.

RIBEIRO, Camila; DIAS, Rafael; CARVALHO, Sandra. Discursos e Práticas na construção de uma política de segurança. In. **JUSTIÇA GLOBAL. Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Fundação Heinrich Boll, 2008.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RAMOS, Fábio Pestana. A História trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In _____ **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 19-54.

REIS, J.J. **Presença negra: Conflitos e encontros**. In Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro; IBGE, 2000, pp. 79 a 99.

SALES, JR., Ronaldo. **Democracia racial: o não dito racista**. Tempo soc. São Paulo, v. 18, n. 2, nov. 2006.

SALVATERRA. Bárbara (Org.). **Política de Combate ao Racismo no SUS: Promoção de Saúde da população negra no Estado do Rio de Janeiro**, 2012.

SCARANO, Julita. **Criança esquecida das Minas Gerais**. In _____ **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2009. P. 107-136.

SCHUMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: Estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, 26, (1). p. 83-94, 2014.

SENADO FEDERAL. **Violência contra a juventude negra no Brasil**. Pesquisa de opinião pública nacional. Brasília, novembro, 2012.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1989.

SOUZA, Edinilsa R. de. Violência velada e Revelada: Estudo Epidemiológico da Mortalidade por causas externas em Duque de Caxias, Rio de Janeiro. **Caderno de Saúde Pública**, 9 (1): 48-64, jan/mar, 1993.

SOUZA, Jesse. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

UNICEF. **O direito de ser adolescente: oportunidade para reduzir vulnerabilidade e superar desigualdade**. 2011.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2014: Os jovens do Brasil**. Rio de Janeiro. Flasco, 2014.

_____. **Mapa da Violência 2013:** homicídios e juventude no Brasil. Rio de Janeiro, CEBELA. Flasco,. 2013.

_____. **Mapa da Violência 2012:** a cor dos homicídios no Brasil. CEBELA, Flasco, Brasília: SEPPIR/2012.

_____. **Mapa da Violência 2012:** os novos padrões da violência homicida no Brasil., 1. ed. Instituto Sangari. São Paulo, 2012.

_____. **Mapa da Violência 2012:** Crianças e adolescentes no Brasil. Rio de Janeiro. CEBELA. Flasco, 2012.

_____. **Mapa da Violência 2011:** Os jovens no Brasil. 1. ed. Instituto Sangari. São Paulo. 2011.

_____. **Mapa da Violência 2010:** anatomia dos homicídios no Brasil. Instituto Sangari. São Paulo. 2010.

_____. **Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008.** Instituto Sangari. São Paulo. 2008.

_____. **Homicídios de Jovens.** 2014. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/tabelas2014/2014_Homicidio_jovens.xlsx> Acessado em 02/07/2014.

_____. **Homicídios de Jovens por raça /cor.** 2014. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/tabelas2014/2014_cor_jovens.xlsx> Acessado em 02/07/2014.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres:** a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]., 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WIEVIORKA, Michel. **Em que mundo viveremos?** São Paulo: Perspectiva, 2006.